

A close-up photograph of a woman's face. She is smoking a cigarette, with a plume of smoke visible against a dark background. Her hair is dark and slightly messy. She is wearing a dark-colored sweater. The lighting is dramatic, highlighting her features.

Alana Kercia Barros

MALOGRO E ESPLENDOR DA LINGUAGEM

SOCIOCognição EM
CLARICE LISPECTOR

MALOGRO E ESPLendor DA LINGUAGEM

**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Victor Godoy Veiga

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC****Reitor**

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

**IMPRENSA UNIVERSITÁRIA****Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL DA UFC**Presidente**

Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto

Conselheiros

Joaquim Melo de Albuquerque

José Edmar da Silva Ribeiro

Felipe Ferreira da Silva

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade

Prof.^a Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof. Guilherme Diniz Irffi

Prof. Paulo Rogério Faustino Matos

Prof.^a Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Alana Kercia Barros

MALOGRO E ESPLENDOR DA LINGUAGEM

Sociocognição em Clarice Lispector



Fortaleza
2022

Malogro e esplendor da linguagem: sociocognição em Clarice Lispector

Copyright © 2022 by Alana Kercia Barros

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Yvanteimack Dantas

Normalização bibliográfica

Marilzete Melo Nascimento

Programação visual

Heron Cruz

Diagramação

Frank Bezerra

Capa

Heron Cruz

Ilustrações da capa

Clarice Lispector, retrato.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Bibliotecária Marilzete Melo Nascimento CRB 3/1135

B277m Barros, Alana Kercia.

Malogro e esplendor da linguagem [livro eletrônico] : sociocognição em Clarice
Lispector / Alana Kercia Barros. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.
1.879 kb : il. color. ; PDF.

ISBN 978-85-7485-380-2

1. Linguagem. 2. Sociocognição. 3. Recursão. 4. Clarice Lispector. I. Título.

CDD 418.007

Para Helenice

Em sincero reconhecimento a todos que de algum modo contribuíram para que se tornasse concreta esta obra, agradeço. Em especial, ofereço minha terna gratidão à mãe, ao pai e ao Alan, meus espelhos, minha história. Com carinho, agradeço também à Rogéria e à Maninha, por verem-me do avesso e não irem embora, à Iara, meu anjo favorito, e à Andrezza, pelo companheirismo e consideração. Acima de tudo, sou desmedidamente grata à Helenice, por tudo o que me ensina com seu modo singular de desafiar paradigmas na ciência e na vida, por todas as vezes que me ouviu, orientou, compreendeu e alertou, em circunstâncias muito além das acadêmicas, e ao Rondinelle, pela “nossa caminhadura”, nosso laço, nossa dança, nosso riso, nosso choro, nosso amor. Em particular, agradeço ainda à UECE, que me formou, à UFC, à Imprensa Universitária e a todos os queridos colegas dessa instituição, especialmente à Leidyanne, pelo acolhimento afetuoso, que

cedo me fez sentir em casa, à Maris, ao Zana e ao Melo, que com ações, além de palavras, apoiaram e incentivaram de imediato esta publicação, ao Antídio, por compartilhar ideias, ao Yvan, pela revisão cuidadosa, ao Heron, pela atenção generosa e pelo olhar arguto, e ao Frank e ao Victor, pela paciência, dedicação e bom humor.

*Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter
a realidade. Entender é uma criação, meu único modo.*

Clarice Lispector

*O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.*

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

DE COMO UM FIO DESENCADEOU UMA TORRENTE

O convite para prefaciar este livro me trouxe à memória um episódio bem distante no tempo, em uma aula da disciplina “Projetos Especiais” do Curso de Letras da UECE. O tema do projeto era “referenciação” e o conteúdo básico era centrado na proposta de Mondada e Dubois (2003) de, a partir da virada linguístico-pragmática, recriar o conceito clássico de referência, objeto de discussões históricas na filosofia e na linguística. A sugestão dessas autoras, que teve no Brasil grande aceitação e impulsionou fortemente no país as pesquisas no campo da linguística textual, era que o termo clássico fosse substituído pela noção de “referenciação”, o que na verdade significaria assumir uma nova concepção de linguagem, de texto e de discurso. Ao discutir o artigo seminal das autoras, tentávamos naquela aula

reconceituar o ato de referir apresentando-o como o fenômeno dinâmico e instável de fabricação de objetos de discurso, dependente das negociações de sentido, em contraste à ideia do senso comum de representação de objetos da realidade por nomes preestabelecidos para nomear uma realidade fixa, dada *a priori*.

Na ocasião ouvi da Alana, então graduanda de Letras que cursava a disciplina, um comentário surpreendente. Conhecedora profunda da obra da Clarice, ela teve um *insight* admirável: relacionou de imediato a questão epistemológica da referenciação à visão clariciana de linguagem em *A maçã no escuro*. Quem conhece essa obra sabe que na trama o protagonista Martim, debatendo seu drama existencial a uma pretensa ineficácia da linguagem, rejeita o que chama “a linguagem dos outros”, tenta em vão acessar a realidade sem mediação linguística e ainda se lança na tarefa frustrada de recriar a linguagem.

Esse fio, surgido a partir daquele momento epifânico da Alana, ganhou consistência a ponto de mais tarde tornar-se objeto de sua pesquisa de mestrado. Em sua dissertação, ela mostrou como o personagem Martim é levado pelo narrador onisciente a “se debater entre a crença numa essência inalcançável, inacessível pela linguagem convencional [...] , e a ciência de uma realidade moldável pela linguagem” (BARROS, 2014, p. 37), questões que subjazem naturalmente a uma reflexão epistêmica sobre a referência. Ao discutir evidências para essa hipótese na defesa de dissertação, um dos muitos elogios que ela recebeu da banca foi o reconhecimento de que ali já se delineava uma tese. De fato, o que se vislumbrava na análise perspicaz da concluente do mestrado sobre os estranhamentos do personagem Martim acerca da linguagem era parte de uma tese que ela já

vinha desenhando desde que lhe ocorrera aquela ideia luminosa naquela sala de aula da graduação.

Essa tese passou mais efetivamente a tomar corpo quando, em seu projeto de doutorado, ela decidiu estender o olhar sobre a totalidade dos romances claricianos, agora com o propósito de observar de modo mais acurado nesse universo amplo as diversas nuances do discurso autorreflexivo da escritora. A obra *Malogro e esplendor da linguagem: sociocognição em Clarice Lispector* é resultante desse estudo ousado e criativo que, conforme declara a autora, trata das “relações entre as reflexões construídas no discurso sobre a linguagem presente nos romances de Clarice Lispector e as noções teóricas que sustentam a perspectiva sociocognitiva sobre o dizer” (BARROS, 2018, p. 16), pondo em foco aspectos da prática languageira como atividade indidual, constitutiva e colaborativa.

Um elemento crucial nessa construção retórica é a explitação do conceito de sociocognição, que se desenvolve no primeiro e no segundo capítulo do livro. No primeiro capítulo, a autora antecipa logo de início ao(à) leitor(a) a ideia de que a abordagem do tema contemplará algumas peculiaridades relevantes para o projeto de relacionar o dizer clariciano à linha de pensamento proposta por Mondada e Dubois e eleita por Koch, Marcuschi, Salomão e outros estudiosos brasileiros como uma inovação valiosa para a compreensão do fenômeno textual.

De fato, pode-se dizer metaforicamente que, ao tratar do conceito, a pesquisadora “abre” o item lexical – sociocognição – para apresentar ao(à) leitor(a) aspectos curiosos aí encapsulados ou implicados. Assumindo uma perspectiva não representacionista, ela desconstrói a ideia simplista de sociocognição como soma

de aspectos externos e internos do fazer sentido, mostrando que tais aspectos mantêm entre si uma relação de mútua constitutividade. A partir da assunção desse ponto de vista, critica ainda a redundância que haveria no uso da expressão “abordagem sociocognitiva interacional”, tendo em vista que o componente interativo já estaria imbricado no próprio processo de construção cognitiva, uma vez que tal processo se desenvolve no seio das práticas interacionais.

Ainda como parte do refinamento inicial que empreende em torno do conceito de sociocognição, a autora tece uma crítica aos que, tomando como motivação o fato de Tomasello caracterizar seus estudos ontogenéticos como sociocognitivistas, veem nas ideias desse autor uma referência para a abordagem sociocognitivista. Por meio de uma longa e detalhada argumentação, demonstra que o uso que faz Tomasello do termo sociocognição para explicar o desenvolvimento da espécie humana via acumulação cultural sustenta-se numa base representacionista, o que naturalmente não corresponde ao que ela propõe como fundamentação para seu estudo.

A partir desse aprimoramento que tenta livrar a sociocognição de traços representacionistas, a autora passa a discutir amplamente a indicialidade, a constitutividade e a colaboração na linguagem como pressupostos que considera implicados na abordagem sociocognitivista e que julga adequados para embasar os objetivos de sua pesquisa. Ao demonstrar a relevância desses aspectos como orientação para a pesquisa, ela vai buscar argumentos em fontes mais amplas e mais distantes do chamado núcleo duro dos estudos linguísticos e cognitivos, promovendo com isso um espraiamento da abordagem sociocognitivista, a

qual, sem o “peso” do objetivismo utilitarista, se enreda por espaços mais interdisciplinares. Entre os numerosos poços que se enfrasam nesse ambiente interdisciplinar, a autora constrói fios que interligam, por exemplo, ideias provenientes da filosofia, dos estudos semióticos e da biologia. Esses fios lhe permitem encaminhar a discussão que se desenvolve no segundo capítulo, que trata da história da desestabilização do representacionismo, ou seja, da trajetória conceitual pretensamente percorrida entre a perspectiva do nosso fazer sentido como espelhamento da realidade e a ideia de que a realidade é produzida discursivamente na interação recursiva. Para chegar a essa construção, ela amplia e aprofunda didaticamente a multidisciplinaridade que já se manifestava no primeiro capítulo. Recorre para isso a uma estruturação retórica que mostra, de um lado, o trajeto conceitual percorrido pelas ciências cognitivas e, de outro, os movimentos empreendidos no âmbito da filosofia ao longo das conhecidas viradas epistemológica, linguística e pragmática.

Do lado das ciências cognitivas, a autora discute, com base principalmente em Varela (1988), o caminho que vai do modelo lógico simbólico de cognição, passa pela perspectiva conexionista e chega ao enacionismo. Nessa discussão, deixa claro para o(a) leitor(a) que a ideia de representação vai enfraquecendo à medida que o fenômeno cognitivo vai sendo reconceituado como algo mais amplo e complexo que se distancia da relação direta entre símbolo e sentido e se encamina para uma progressiva dependência.

Já do lado da filosofia, narra a história dos abalos no seio desse campo de conhecimento apontando relações importantes entre as ideias de pensadores como Kant, Wittgenstein em suas

duas fases, Austin e Davidson. Conta para isso com a ajuda da crítica de autores contemporâneos, entre os quais estão Marcondes, Cardoso, Araújo, Martins e Magro. Merece destaque nesse segmento a inserção do modelo proposto por Blikstein ([1983] 2003) para explicar o funcionamento da linguagem. O(a) leitor(a) perceberá que, embora tal modelo seja classificado pela autora como uma “armadilha epistemológica” na qual teria se enredado o linguista, esse fenômeno serve de base para a constituição de uma das categorias de análise que aparecem na descrição da metodologia.

O capítulo se encerra com a discussão do conceito maturaniano de recursão, assumido como pertinente para explicar as relações complexas entre linguagem e realidade fora do terreno da representação. Ao pôr essa noção em foco, a autora desenvolve uma resenha concisa e didática sobre a biologia do conhecer. Explicitando pontos da teoria que geralmente são alvo de críticas e desconstruindo algumas delas, dá razão a Maturana e Varela e reconhece que, ao dispensar os apriorismos, essa perspectiva teórica estabelece congruência com a abordagem socio-cognitivista. As considerações que fecham o capítulo completam assim a rica base teórica sobre a qual se assenta a obra.

Atentando à metáfora do rio, o(a) leitor(a) pode imaginar que a profusão de fios puxados nessa atividade enfraseante da autora já formou córregos e que esses córregos já se encaminham para o terreno que se fará leito do discurso-rio. As margens e a sintaxe que vão delimitar e configurar o fluxo desse rio são dadas a conhecer no terceiro capítulo, em que a pesquisadora descreve de forma didática seu fazer investigativo. Vale ressaltar a congruência que se verifica entre a sequência de distribuição das categorias de

análise, pautadas em diferentes conceituações sobre a linguagem, e a trajetória de desestabilização do representacionismo, mostrada nos capítulos anteriores. Também muito relevante ainda é perceber, pela descrição da pesquisadora, que a experiência ontosepistêmica vivida por ela durante o processo recursivo de construção e organização dessas unidades evidencia a indissociabilidade e a mútua constitutividade entre o pensar, o fazer e o viver, pressupostos defendidos na discussão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores.

Merce ainda destaque especial no capítulo a série de sinopses dos romances claricianos com que a pesquisadora nos brinda. Dar a conhecer, ainda que de forma breve, o universo de cada obra vai permitir ao(à) leitor(a) dialogar melhor com a autora no quarto capítulo, em que acontece finalmente o encontro entre as águas da sociocognição e o terreno fecundo habitado pelos personagens e narradores claricianos. Ao navegar por essa corrente, o(a) leitor(a) contará com a orientação que se desenha nas reflexões da pesquisadora sobre trechos pinçados dos diversos romances da escritora. O olhar lançado por ela sobre esses fragmentos é balizado pelas categorias ou unidades conceituais de análise, já mencionadas, as quais emergem das concepções de linguagem sugeridas na fala de narradores e personagens.

Convém ressaltar que o rio que se faz desse enfrasamento não é um regato de águas calmas e transparentes; também não resulta numa inundação capaz de, no dizer do poeta, “impôr outra linguagem”. Esse rio se forma como uma torrente vigorosa que percorre corredeiras, saltos e sorvedouros, acidentes que aparecam ser pequenos, mas que se aprofundam e se avolumam à medida que a autora traz de volta os fios teóricos que

teceu e com eles discute as declarações inusitadas, curiosas e desconcertantes dos interactantes das obras de Clarice.

Paradoxalmente, o que ela faz, ao lidar com a intensificação desses fenômenos, não é lançar o(a) leitor(a) desprotegido na correnteza revolta. Ao mesmo tempo que o(a) tira do conforto ao lhe apresentar o pensamento conflituoso dos habitantes do mundo clariciano, consegue negociar sentidos e organizar o caos. E isso ela faz recorrendo ao saber que já incorporou como observadora que se move no domínio “da objetividade entre parênteses” (MATURANA, 2001) durante sua rica trajetória de “coordenações consensuais de coordenações consensuais” sobre os dois temas que se entrelaçam no discurso-rio atual. Não há dúvida de que, ao longo desse percurso de reformulações de experiências, ela produziu atos de fala cada vez mais “felizes”, enquadrados cada dia mais próximos do que seria trazer à mão seu intangível objeto de estudo.

Um aspecto a mais a ressaltar sobre essa produção discursiva diz respeito à linguagem bem cuidada e não transgressora. Pelo que entendo, a correção e a sobriedade da sintaxe, assim como a indiscutível adequação das escolhas lexicais, características que já fazem parte do estilo da autora, podem ser vistas no caso em particular como providenciais na busca hermenêutica que ela empreende. Por razões óbvias, não configurariam uma tentativa de afigurar a realidade tomando por base uma perspectiva vericondicional; viriam em função de seu estar em uma forma de vida – a elaboração de uma tese acadêmica – e de sua consequente participação nos jogos de linguagem próprios desse viver, o discurso acadêmico, que pressupõe uma argumentação retoricamente apropriada.

Por último, expresso aqui minha convicção de que, na composição desse rio, a pesquisadora fez mais que reatar fios cortados para resgatar o leito de um antigo rio. Ela foi além. Tomou para si a tarefa de construir um rio novo, enfrasando fontes multidisciplinares, tecendo por si mesma novos fios, estabelecendo entre esses fios novas e curiosas relações e explicitando com muita propriedade, de um modo criativo todo seu, questões intrigantes que ocupam nosso pensar sobre linguagem, cognição e realidade. Foi sua a epifania inaugural; foi seu todo o percurso que antecedeu o projeto que desembocou neste livro. E são minhas a honra e a alegria de ter acompanhado de perto esse processo tão brilhante.

A publicação da obra é um ato de dar voz a uma “sentença-rio” que é única, mas que, mesmo antes de transpor os limites do ambiente acadêmico, já serve de fonte para outros rios, alguns que já se construíram e outros que estão em formação. Ainda tomando de empréstimo a analogia do poeta, penso que, como fonte para outros enfrasamentos, este livro-rio combate a escazez provocada pelo senso comum.

Parabéns, Alana. Obrigada por me proporcionar a oportunidade de aprender tanto mergulhando mais uma vez na correnteza rica e generosa do seu discurso-rio.

Maria Helenice Araújo Costa

INTRODUÇÃO, 21

PARA COMPREENDER A SOCIOCOGNIÇÃO, 32

DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE SOCIOCOGNIÇÃO, 33

INDICIALIDADE, CONSTITUTIVIDADE E COLABORAÇÃO:
PRESSUPOSTOS DE UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVISTA DE
LINGUAGEM, 42

A indicialidade da forma linguística, 43

Literalidade e limites interpretativos, 47

A linguagem como atividade constitutiva, 53

Linguagem, realidade e práxis mediadora, 56

A condição colaborativa da construção de sentidos, 60

Coordenações consensuais de ações, 63

DA REPRESENTAÇÃO À RECURSÃO, 66

A DEESTABILIZAÇÃO DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO, 67

Transformações no campo das ciências cognitivas, 69

Abalos epistemológicos gerados por concepções filosóficas, 77

Mudanças de perspectiva nas abordagens filosóficas analíticas, 89

O VIVER NA LINGUAGEM: RECURSÃO NAS COORDENAÇÕES CONSENSUAIS DE AÇÕES, 108

TRAJETÓRIA DE UM REAL CONSTRUÍDO, 119

CONTINGÊNCIA NO CONHECER E RACIOCÍNIO ABDUTIVO, 121

O DISCURSO AUTORREFLEXIVO NA LITERATURA CLARICIANA, 127

PROCESSOS OPERACIONAIS E UNIDADES CONCEITUAIS DE ANÁLISE, 134

SOCIOCOGNIÇÃO NO DISCURSO DE CLARICE LISPECTOR SOBRE A LINGUAGEM, 144

PRESENÇA DO DISCURSO AUTORREFLEXIVO NOS ROMANCES CLARICIANOS, 145

REPRESENTAÇÃO E RECURSÃO NO DISCURSO DE CLARICE SOBRE A LINGUAGEM, 151

Representação na linguagem: função designadora,
papel instrumental defectivo, qualidade
materializadora e iterativa, 152

Recursão na linguagem: aspecto indicial, caráter
constitutivo, condição colaborativa, 176

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 206

REFERÊNCIAS, 214

A AUTORA, 223

INTRODUÇÃO

Os romances de Clarice Lispector são notadamente marcados pelo drama que constitui para os personagens seu esforço de referir. Desde o romance de estreia, *Perto do coração selvagem*, a narrativa da escritora entrelaça a trajetória de seus protagonistas ao confronto com a linguagem. Mesmo quando não ocupa o primeiro plano, como ocorre na obra mencionada, esse confronto aparece no discurso construído por Clarice:

Palavras muito puras, gotas de cristal. Sinto a forma brilhante e úmida debatendo-se dentro de mim. Mas onde está o que quero dizer, onde está o que devo dizer? Inspirai-me, eu tenho quase tudo; eu tenho o contorno à espera da essência; é isso? (LISPECTOR, 1998f, p. 69).

Conforme aponta Nunes (1995), a estratégia empregada por Clarice, de fazer voltar-se a linguagem sobre si mesma, intensifica-se quando o estilo da escritora assume um nível mais abstrato e alegórico, que já se delineia em *A cidade sitiada* e sofre um

adensamento em *A maçã no escuro*. De fato, a inquietação do protagonista de *A maçã no escuro* com a linguagem é tão contundente que nele desencadeia a determinação de reconstruí-la: “Sua reconstrução tinha de começar pelas próprias palavras, pois palavras eram a voz de um homem” (LISPECTOR, 1998c, p. 131). Uma vez que a busca por essa reconstrução torna-se a temática central dessa obra, toda a narrativa é permeada de um discurso autorreflexivo.¹

E não é apenas no interior dos conflitos dos personagens que Clarice constrói as reflexões sobre o dizer. Em *A hora da estrela*, esse exercício aparece também na *Dedicatória do autor*, espécie de prólogo com que o narrador criado pela escritora introduz a história de Macabéa: “Mas que ao escrever – que o nome real seja dado às coisas. Cada coisa é uma palavra. E quando não se a tem, inventa-se-a. Esse vosso Deus que nos mandou inventar. Por que escrevo? Antes de tudo porque captei o espírito da língua e assim às vezes a forma é que faz conteúdo” (LISPECTOR, 1998b, p. 17).

Observando diversos exemplos de manifestação dessa escritura autoconfrontadora nos romances de Clarice, percebemos que as reflexões que a autora constrói em torno da linguagem abordam o tema de maneira ampla, extrapolando cogitações sobre o ato da escrita ou sobre o fazer literário, as quais encontramos com frequência no trabalho de outros escritores. Em relação a estas, as reflexões claricianas se destacam por

¹ Empregamos o termo “discurso autorreflexivo” neste trabalho para nos referir ao discurso que sobre ele mesmo engendra reflexão, ao dizer vergado sobre o próprio dizer.

abranger conteúdos ancorados nas raízes filosóficas dos estudos da linguagem. São questões pertinentes ao pensamento, à cognição, à problematização do mundo extramental, da noção de verdade. Trata-se do voltar-se da linguagem para a problematização epistemológica de complexos aspectos nela mesma envolvidos.

Ao conhecermos mais detalhadamente uma das obras da escritora, *A maçã no escuro*, sobre a qual realizamos um estudo em que discutimos a relação entre a trajetória conceitual da referência e o percurso do protagonista do romance, percebemos que as considerações que Clarice agrupa às vozes do narrador e do personagem parecem cogitar os fundamentos de uma visão sociocognitivista de linguagem. Estando a par da presença do discurso autorreflexivo em outros romances da autora, tivemos a curiosidade de verificar se havia também nessas obras a mesma “defesa de tese” que enxergamos em *A maçã no escuro*. Um exame superficial nos revelou que em quase todos, se não em todos, os romances claricianos, insinuam-se, em comentários tecidos pela escritora sobre o nosso desafio de fazer sentido de nós e do mundo, pressupostos teóricos da sociocognição.

Segundo afirma Salomão (1999, p. 64), conceber a linguagem sob a ótica da sociocognição quer dizer postulá-la “como operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo”. Argumentando em favor dessa concepção construcionista dos atos de referir,

a autora sustenta como premissa a ideia de que a linguagem é indicial,² não icônica, como é tratada em algumas análises funcionalistas; assevera que o significado é, portanto, apenas subdeterminado pelo significante. Em *A paixão segundo G.H.*, romance narrado em primeira pessoa, enxergamos na fala da protagonista o reconhecimento dessa premissa: “A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço” (LISPECTOR, 1998d, p. 176).

A escassez da forma linguística em que consiste a premissa de Salomão (1999) relaciona-se à problematização da existência de um mundo objetivo. Como admite Marcuschi (2007, p. 91), “[...] o mundo extra-mente existe, mas não de uma determinada, homogênea e única forma para todas as mentes humanas”. Para o autor, os fenômenos são uma espécie de massa amorfa que moldamos discursivamente de acordo com nossos propósitos. Assim, não haveria meio de a forma linguística determinar qualquer espécie de sentido

² Os termos “indicial” e “indicialidade” são adotados neste estudo na perspectiva de Salomão (1999), Mondada e Dubois (2003) e Marcuschi (2007), que entendem a forma linguística como indício, guia, não como rótulo, e o fenômeno referencial como a construção de objetos de discurso na interação, não como a escolha do rótulo apropriado para designar entidades preexistentes à negociação discursiva. Não tencionamos, portanto, aludir ao aspecto em geral atribuído “às formas tradicionalmente consideradas dêiticas, que desempenhariam a função de situar o referente, com relação às coordenadas [pessoa, tempo e espaço], a partir de uma *origo*” (COSTA, 2007, p. 119, grifo da autora).

a priori.³ A discretização do mundo é um trabalho permanentemente em progresso, de maneira que estamos sempre construindo e negociando com a linguagem versões públicas da realidade. Reconhecemos, mais uma vez em *A paixão segundo G.H.*, no argumento que Clarice empresta à narradora-personagem, essa ideia construcionista: “Minha voz é o modo como vou buscar a realidade; a realidade, antes de minha linguagem, existe como um pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui eu impelida a precisar saber o que o pensamento pensa” (LISPECTOR, 1998d, p. 175).

Buscando explicar esse nosso modo de com a linguagem fabricar o real, Blikstein ([1983] 2003) propõe um esquema segundo o qual, entre língua e realidade, interpõe-se a dimensão da práxis. Nessa dimensão, seriam coletiva e culturalmente forjados, segundo o autor, mecanismos desencadeadores de

³ Há que se reconhecer que essa compreensão a respeito da natureza dos sentidos remonta ao pensamento saussuriano, o qual já sustentava o princípio de que “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 2006, p. 130). Para Saussure, em face da espécie de nebulosa, de reino flutuante em que consiste o domínio amorfo do que se encontra fora da língua, os signos não têm como oferecer entidades circunscritas de antemão. Essa premissa é, aliás, o que nutre a noção central desenvolvida na proposta saussuriana, a de que a língua se apresenta como um sistema de valores puros coletivamente definidos a constituir inter-relações que levam à significação, isto é, ela não corresponde a uma nomenclatura, a uma lista de termos meramente indicativa de vínculo entre palavras e conceitos independentes, pré-formados. Não estamos, naturalmente, afirmando que seja possível identificar nessa proposta a mesma concepção de língua assumida por Marcuschi (2007), nem é nosso propósito levantar aqui essa discussão, mas, embora se trate de um olhar epistemológico que se detém no signo, não no discurso, consideraremos importante chamar a atenção para o embrião antirrepresentacionista que a proposta cultiva na compreensão da relação linguagem-mundo.

“[...] um processo ininterrupto de estereotipação” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 82) ao qual estaria fatalmente sujeita nossa cognição. Blikstein explica que a influência mútua entre língua e práxis provoca uma “[...] reiteração circular que, em princípio, não pode ser rompida: a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta, por sua vez, materializa e reitera a práxis” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 80). Em *A cidade sitiada*, na figura do narrador, Clarice parece aludir à noção da existência dessa práxis mediadora, que intermedeia o complexo processo de significação: “E a cidade ia tomado a forma que o seu olhar revelava. Nesse momento propício em que as pessoas viviam, cada vez que se visse – novas extensões emergiriam, e mais um sentido se criaria” (LISPECTOR, 1998a, p. 23).

Compreendemos, com base no esquema idealizado por Blikstein ([1983] 2003), que a cognição está longe de ser um fenômeno apenas mental. De acordo com Marcuschi (2007), o mais coerente é pensá-la em termos de uma construção social, fruto de interações entre duas subjetividades criando, no interior da cultura e da história, uma realidade intercomunicável. Conforme essa perspectiva, “[...] sem interlocução não há produção de sentido, já que o sistema não providencia mais do que o momento heurístico dessa construção, cabendo aos interlocutores o papel central na arena cognitiva” (MARCUSCHI, 2007, p. 72). Em *A maçã no escuro*, o comentário que Clarice tece na voz do narrador indica, a nosso ver, alinhamento com esse modo de conceber a construção de sentidos como uma atividade colaborativa:

Ele o descobrira com curiosidade quando dissera tão simplesmente que suspeitara um amante. O que, se não era a melhor verdade, era afinal uma verdade que tinha valor de troca... Com curiosidade, com o peso no peito, ele estava de novo trocando, comprando e vendendo (LISPECTOR, 1998c, p. 298).

Os aspectos ligados à sociocognição que aqui discutimos constituem importantes pressupostos de uma visão de linguagem apoiada nessa abordagem teórica. Assim, estabelecemos como objetivo geral de nosso estudo investigar possíveis relações entre as reflexões construídas no discurso sobre a linguagem presente nos romances de Clarice Lispector e as noções teóricas que sustentam a perspectiva sociocognitivista sobre o dizer. Para satisfazer esse propósito, nossos objetivos específicos foram verificar, no discurso autorreflexivo de Clarice, a possível existência de traços indicadores do reconhecimento do caráter indidual da linguagem; averiguar, nas reflexões construídas pela escritora, a possível manifestação da ideia de que com a linguagem damos forma ao mundo; e identificar, nas considerações claricianas sobre a referência, características associáveis a uma concepção que toma a construção de sentidos como uma atividade de colaboração.

A questão que investigamos inscreve-se na perspectiva da teia movente sobre solo fluido, metáfora nietzschiana a que Fabrício (2006) recorre para nos advertir da instabilidade e flexibilidade do território dos saberes. Queremos com isso dizer que não atribuímos a nosso estudo a pretensão de criar modelos universais ou produzir discursos apaziguados. Nele enxergamos, por outro lado, a grande contribuição de ampliar a discussão, no âmbito

dos estudos da linguagem, sobre a sociocognição, uma linha teórica que se abstém, ela mesma, de pleitear qualquer postura dogmática ao postular a realidade como um efeito situada e socialmente validável, não como um dado.

Utilizar o discurso literário para explorar os pressupostos de uma concepção de linguagem apoiada nessa proposta diferencia nosso estudo de outros que abordam os fenômenos referenciais em textos do universo ficcional. Ciulla (2008), por exemplo, identifica a sobreposição de funções ligadas aos processos referenciais, analisando trechos de contos que utiliza, segundo a própria autora, apenas como exemplário dessas funções. Voltando-se mais especificamente para uma abordagem sociocognitiva da referência, Ferreira (2011) procura demonstrar, a partir de fragmentos de um romance de Fernando Pessoa, o *Livro do desassossego*, como os mecanismos envolvidos na produção dos sentidos funcionam na literatura de modo similar ao das nossas práticas cotidianas.

Em nossa pesquisa, estabelecemos um vínculo mais estreito com o discurso literário, pois, à semelhança de como procedemos em Barros (2014), tomamos esse discurso como espaço por excelência para analisar nossas questões teóricas, por percebermos nele a manifestação dessas questões. A escrita autoconfrontadora de Clarice Lispector não constitui, portanto, apenas exemplário ou amostra; compõe inextricavelmente o problema.

Em Barros (2014), identificamos, todavia, a necessidade de uma discussão filosófica mais ampla e conduzida com maior profundidade epistêmica, para subsidiar a compreensão das complexas noções envolvidas nas propostas teóricas da referenciação e da sociocognição. Também em relação à sociocognição,

que defendemos, então, ser o pilar da concepção da referência como atividade processual, percebemos ser necessária maior fundamentação teórica na argumentação construída. Com esta obra, tencionamos, nesse sentido, suprir essas lacunas.

Desse modo, atribuímos importância ao diálogo que tecemos entre a linguística e a filosofia, as quais, como áreas disciplinares que construíram historicamente enfoques, metodologias e paradigmas epistemológicos peculiares, apresentam fronteiras menos definidas quando aplicadas a questões como a que investigamos, isto é, que situam a linguagem como um fenômeno que aglutina processos e circunstâncias de ordens diversas, demandando um olhar teórico-metodológico híbrido. Além disso, a teorização da linguagem do ponto de vista da sociocognição envolve conceitos em que, segundo entendemos, é inócuá a tentativa de delimitar o que é pertinente à linguística ou à filosofia. Por sua vez, a escrita de Clarice, que apresenta, nas palavras de Nunes (1995, p. 100), “[...] temática marcadamente existencial”, é dotada de uma densidade filosófica que exige de qualquer estudo que se proponha analisá-la essa conversa íntima com a filosofia. Em nosso estudo, o escopo, que consiste em tomar o discurso autorreflexivo presente nessa escrita como espaço por excelência para explorar a concepção sociocognitivista de linguagem, torna a interlocução entre as duas disciplinas bastante pertinente.

Acrescentamos que também tomam parte neste diálogo outras áreas disciplinares, como a antropologia e a biologia, que se imiscuem naturalmente no enfoque sob o qual posicionamos nosso objeto. A transdisciplinaridade desse enfoque é menos uma combinação deliberada de contribuições teóricas que uma

exigência emergente da complexidade de um fenômeno que integra aspectos mínima e superficialmente compreensíveis sob a fragmentação disciplinar. Embora não redutíveis entre si de modo geral, os diversos campos do conhecimento se entrelaçam, a nosso ver, conforme demandas epistêmicas situadas, evidenciando a incongruência de “xenofobias” teóricas e ciúmes metodológicos ou terminológicos.

Consideramos, ainda, que esta obra é relevante por subsidiar, em certa medida, o ensino e a compreensão da obra de Clarice, uma vez que propomos uma leitura possível para os romances da autora ao discutir conceitos linguísticos que vislumbramos no discurso que os permeia. Da mesma forma, aproveitando-nos da atraente plasticidade do discurso literário para explorar os fundamentos da sociocognição como abordagem de linguagem, podemos colaborar para ampliar a compreensão das abstratas categorias envolvidas nesse quadro teórico.

Por fim, julgamos oportuna a discussão aqui empreendida em virtude da evidente relevância que carrega a reflexão sobre a relação linguagem-mundo, que, há muito, desde a Antiguidade Clássica pelo menos, tem sido tema de debate. As bases filosóficas que amparam essa reflexão auxiliam, a nosso ver, em larga medida, a urgente compreensão do protagonismo da linguagem na constituição de nossas práticas sociais. A urgência a que nos referimos se dá em face da recorrência, seja no âmbito mais restrito de nossas interações cotidianas, seja na dimensão mais global de nossas ações e decisões políticas, de problemas advindos de visões que ignoram ou negligenciam a opacidade da linguagem.

O livro está organizado em seis seções. Nesta primeira, descrevemos a questão abordada, situando-a em linhas teóricas gerais e destacando a relevância do estudo e a pertinência de sua realização.

No primeiro capítulo, delimitamos conceitualmente a ainda difusa perspectiva epistemológica em que nos apoiamos para compreender o complexo fenômeno da referenciação – a socio-cognição. Em seguida, dando continuidade a esse movimento de conceituação, discutimos aquilo que consideramos pressupostos de uma abordagem sociocognitivista de linguagem.

No segundo capítulo, com o amparo de proposições explicativas oriundas de múltiplos campos de conhecimento, tratamos da desconstrução da noção de representação, que consideramos ponto de partida para compreender o conceito de recursão na linguagem e a coerência que, a nosso ver, este estabelece com a hipótese sociocognitiva.

No terceiro capítulo, descrevemos nosso processo metodológico e, em seguida, no quarto, indicamos algumas relações quantitativamente manifestas nos dados e conduzimos a discussão sobre os exemplos selecionados para a análise.

Na última seção, tecemos as considerações finais. Procurando responder às questões que nos propusemos investigar, salientamos os consensos provisórios cuja construção buscamos negociar ao longo do estudo.

PARA COMPREENDER A SOCIOCOGNIÇÃO

A abordagem sociocognitivista da referência, cujos fundamentos vislumbramos no discurso de Clarice Lispector sobre a linguagem, oferece, em oposição às teorias correspondentistas das semânticas formais e à visão intrassistêmica dos modelos estruturalistas, um olhar que leva em consideração tanto aspectos sociais da produção de sentido quanto a atividade cognitiva que desempenhamos ao agir discursivamente. Sob esse olhar, a partir de nosso estar no mundo com os outros, pela linguagem damos forma, uma forma nunca definitiva, às nossas experiências.

Compreendemos que para investigar a manifestação desse modo de conceber a referência no discurso autorreflexivo dos romances claricianos, precisamos entender, em sua heterogeneidade, pressupostos, conceitos, categorias que contribuíram para a consolidação da sociocognição como perspectiva teórica no âmbito dos estudos da linguagem. Pensamos que, dado o caráter dialógico, processual e não linear de que é dotada nossa maneira de construir conhecimento, não se pode falar propriamente em

gênese de uma teoria; tencionamos, portanto, conhecer e discutir algumas ideias que, de forma geral, parecem ter favorecido a definição de uma linha sociocognitivista de estudos sobre o dizer.

DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE SOCIOCOGNIÇÃO

Segundo Koch e Cunha-Lima (2004, p. 298), a sociocognição não consiste exatamente em um programa bem delimitado e consolidado de pesquisa linguística, mas em um conjunto de preocupações que envolvem distintas áreas do conhecimento e compõem uma agenda investigativa em ascensão, construída em torno do pressuposto de que é necessário “[...] desenvolver um modelo de cognição que seja socialmente constituído e também [...] investigar as maneiras pelas quais a sociedade dá forma à cognição”.

Para contextualizar o percurso que teria deflagrado essa necessidade, as autoras discutem como a relação entre linguagem e mundo e entre conhecimento e linguagem tem recebido desde a Antiguidade as mais variadas abordagens, entre elas, a abordagem das ciências cognitivas, que surgiram como reação ao modelo behaviorista, segundo o qual a mente era concebida como campo inacessível de investigação.

Koch e Cunha-Lima (2004) salientam que as ciências cognitivas reabilitaram a mente e os processos mentais como objetos de investigação, desenvolvendo métodos para estudá-los, sobretudo a partir da recorrência a recursos computacionais, e ampliando o campo com a inclusão de fenômenos considerados menos complexos que as capacidades cognitivas mais nobres,

tal qual a linguagem. Como exemplos desses fenômenos mais simples, as autoras citam a nossa capacidade de locomoção numa sala cheia de móveis; a de enxergarmos as cores consistentemente perante condições de iluminação distintas; ou ainda a de deduzirmos a quantidade aproximada de leite restante numa caixa em consumo.

Figurando de todo modo entre as questões de maior interesse investigativo dos cognitivistas, a linguagem não foi considerada sob um ponto de vista que englobasse sua inegável dimensão social, como ressaltam Koch e Cunha-Lima. Esses pesquisadores preocupavam-se “[...] fundamentalmente com aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 254).

Na outra extremidade desse enquadramento redutor, as autoras identificam o heterogêneo grupo de pesquisadores – em que incluem sociolinguistas, etnolinguistas, analistas do discurso, pragmaticistas – que concebem a linguagem como um fenômeno apenas social, tendendo a assumir em seus estudos uma perspectiva em que se separam mente e corpo. A dicotomia entre esses focos investigativos tem sido, entretanto, posta em xeque, porque se tem percebido “[...] que não é possível estudar a mente de forma absolutamente separada do organismo em que se situa e, tampouco, é possível separá-la do meio onde os processos acontecem” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 256).

Consideramos que a primeira questão a ser esclarecida a respeito da sociocognição da maneira como a concebemos reside na forma de compreender a desconstrução dessa dicotomia. Concordando com Koch e Cunha-Lima (2004, p. 256, grifos nossos), entendemos que não se trata de

[...] traçar as relações entre os aspectos cognitivos e os aspectos sociais que concorrem para a constituição do fenômeno linguístico, como se estes fossem aspectos que meramente se adicionam ou se conjugam na análise da linguagem humana, como se procurar compreendê-los separadamente fosse desejável e mesmo possível. A questão não é perguntar como a interação pode **influenciar** os processos cognitivos, como se as duas [coisas] fossem elementos estanques. A pergunta é, ao contrário (entendendo-se a interação como parte essencial da cognição): Como a cognição **se constitui** na interação?

Assim, julgamos equivocados os comentários a respeito da sociocognição que apontam para a simples justaposição de processos cognitivos e de elementos socioculturais, como o de Cezario e Martelotta (2008, p. 213, grifo nosso), os quais chegam a afirmar, ao tratar das diversas abordagens de aquisição da linguagem, que “[...] a abordagem sociocognitivista **junta** a base social, interacional, com a base cognitiva”. A nosso ver, esta é uma forma bastante simplificada de conceituar a visão sociocognitivista de linguagem. Mais do que de soma, trata-se de fato de uma relação de mútua constitutividade entre o social e o cognitivo. Nossa própria cognição é um fenômeno que só se constitui socialmente; ela não é um aspecto puramente individual, uma vez que não vivemos isolados e encontramo-nos em interação desde o nascimento (ou mesmo antes disso, há quem o sustente).⁴ Ao mesmo tempo, nossas práticas sociais, nosso modo de interagir

⁴ Ao buscarem caracterizar a produção psicanalítica escrita brasileira acerca do psiquismo pré-natal, Costa, Reis e Machiavelli (2007) demonstram que diversos pesquisadores observam, em maior ou menor grau, indícios de que o feto é sensível aos estímulos do meio intrauterino e extrauterino.

com os outros e com a natureza, necessariamente mobilizam, desenvolvem e transformam nossa cognição.

Outra questão que consideramos merecer destaque é decorrente da primeira; é consequência desse nosso modo de compreender a cognição como uma instância que, além de incorporada, é socialmente situada. A assunção dessa premissa impede-nos não apenas de ignorar que os processos cognitivos são motivados por aspectos sociais, mas de enxergar tais aspectos como entorno ou como esfera subjacente a esses processos, visto que, muito mais do que isso, como observa Maturana (2001, p. 15), o conjunto de “[...] atividades que desenvolvemos no nosso espaço de interações [...] modula o fluir de nossa dinâmica fisiológica, bem como tem nela a sua maravilhosa possibilidade de ocorrência”. Pensamos, nesse sentido, que se torna redundante na referência à sociocognição o acréscimo de termo que aluda ao interacionismo, como fazem Koch (2005) – ao tratar da construção dos sentidos no discurso – e Cavalcante *et al.* (2010)⁵ – ao discutirem as contribuições de uma perspectiva fundada em pressupostos sociocognitivistas nas abordagens do texto.

A respeito da discussão conduzida por estes últimos, os quais consideram a sociocognição responsável por um salto qualitativo nos estudos do texto, fazemos a observação de que a pertinência que a hipótese sociocognitiva apresenta na análise dessa

⁵ É possível que a referência alusiva ao interacionismo ocorra, nesse caso, como recurso enfático, em razão do título da obra em que o artigo está inserido, “Linguística de texto e análise da conversação”.

manifestação linguística reside, a nosso ver, exatamente em sua orientação não segmentária. Ocorre que a falência do representacionismo, que transformou a concepção do fenômeno linguístico, tornou evidente a complexidade de fatores envolvidos nos processos de produção e compreensão textual e favoreceu o redimensionamento da própria noção de texto, o que resultou na demanda por uma perspectiva teórica com essa orientação que leva em conta a amplitude heteróclita dos atos de referenciação.

Conforme entendemos, as transformações da noção de texto se devem justamente à constatação do vínculo inextricável, de mútua constitutividade, entre as ordens de elementos que guiaram o processo de significação. Como salienta Marcuschi (2007, p. 70), “[...] a cognição não é apenas um fenômeno mental”, mas uma construção social. Isso quer dizer que “[...] a calibragem de nossos enquadres cognitivos (*espaços mentais, modelos, esquemas*) não vem de uma simples exterioridade histórica, mas de nossa relação de **continuidade** entre sociedade e cognição” (MARCUSCHI, 2007, p. 64, grifo nosso). Assumindo esse ponto de vista, afastamos a noção de cognição como atributo individual capaz de apreender dados apriorísticos sobre o mundo. Dessa forma, não podemos esperar que a mente configure-se como um repositório de representações a serem rotuladas a partir do emprego da linguagem. A linguagem não é, portanto, um instrumento para comunicar uma realidade independente, que preexiste às práticas sociocognitivas dos sujeitos; ela é – afirmamos tomando emprestadas palavras de Marcuschi (2007, p. 65) – “[...] um trabalho sociocognitivo sistemático” de fabricação do real.

Também sustentando não haver cesura entre a mente, o mundo e a linguagem, Salomão (1999, p. 71) argumenta em favor de uma continuidade essencial entre essas instâncias, “[...] que não as reduz entre si, mas as redefine em sua fragmentária identidade (como realidade, ou como conhecimento, ou como linguagem), segundo as necessidades locais da interação humana”. Para a autora, essa continuidade implica a impossibilidade de dissociarmos nosso exercício de interpretar o mundo, nossa autorrepresentação e nossa atividade linguística. Admitindo esse ponto de vista, podemos afirmar então que ser e estar no mundo para nós, seres humanos, é um fenômeno tão epistêmico quanto ontológico.

Há ainda uma última questão que gostaríamos de discutir neste preâmbulo em que procuramos categorizar a perspectiva teórica de que tratamos neste trabalho. Quando lemos ou ouvimos a respeito da sociocognição, deparamos geralmente com alguma referência a Tomasello (1999), uma vez que o autor caracteriza como sociocognitivos seus estudos da ontogênese. Para Tomasello, a cultura é o nicho ontogenético da espécie humana. O autor constrói essa hipótese na tentativa de decifrar um enigma em torno do nosso desenvolvimento. Como explica, quando pensamos em termos de evolução das espécies, os seis milhões de anos que separam os humanos de outros grandes primatas é um tempo curto demais. Além disso, conforme ele enfatiza, os seres humanos modernos e os chimpanzés compartilham aproximadamente 99% do seu material genético, o que equivale ao mesmo grau de parentesco que o de outros gêneros irmãos, como leões e tigres, cavalos e zebras, e ratos e camundongos.

Tomasello argumenta que seis milhões de anos não é tempo suficiente para que os processos comuns de evolução biológica, como variação genética e seleção natural, tenham feito surgir as habilidades cognitivas necessárias aos seres humanos modernos para que eles fossem capazes de criar e manter os elementos que compõem seu complexo modo de vida, como ferramentas e tecnologias, sistemas de comunicação simbólica e representação, e organizações sociais e instituições.

A hipótese que, segundo o autor, poderia explicar esse enigma é a de uma evolução cultural cumulativa. Tomasello propõe que, na sucessão das gerações, os organismos herdam suas culturas da mesma forma que herdam seus genomas. Assim, a invenção de artefatos,⁶ o aprimoramento dos usos desses artefatos e a disseminação de práticas envolvendo esses usos seriam incorporadas ontogeneticamente. Ao serem inseridas na convivência com seus conspecíficos, as crianças apropriar-se-iam desses processos e coparticipariam, ao longo de seu desenvolvimento, de eventuais modificações. A repetição desse decurso na sucessão de gerações, que resulta na incorporação cumulativa dessas transformações pela espécie, é o que tem sido chamado, conforme o autor, de efeito catraca. Para Tomasello, não é então o componente criativo que nos permite compreender o papel da cultura no rápido salto cronológico que se identifica na evolução de nossa espécie, e sim o componente “catraca”.

⁶ Em *The cultural origins of human cognition*, Tomasello emprega muitas vezes o termo artefato, com o qual parece aludir a construtos sociais físicos, como ferramentas, e simbólicos, como notações linguísticas e sistemas numéricos.

De acordo com o autor, o que torna possível a inscrição dos aspectos sócio-histórico-culturais na própria ontogênese é a peculiar capacidade humana de reconhecer no outro intencionalidade. De outro modo, argumenta Tomasello, mesmo sendo imersa em um ambiente culturalmente rico, a criança não seria capaz de apropriar-se das habilidades cognitivas e do conhecimento manifestos por seus conspecíficos nesse meio. A percepção dos conspecíficos como agentes intencionais, com atitudes e ações voltadas para uma tarefa, é o que permitiria à criança o engajamento intersubjetivo em direção à apropriação das práticas e dos saberes compartilhados pela espécie.

Consideramos questionáveis nessa proposta tanto a atribuição exclusiva aos seres humanos da capacidade de reconhecer os conspecíficos como agentes intencionais quanto a concepção da intencionalidade como condição apriorística necessária ao desenvolvimento sociocognitivo. Por um lado, assumindo a continuidade (em lugar da contiguidade) entre linguagem, cognição e mundo, em favor da qual vimos argumentando, devemos admitir que não somos capazes de saber a respeito do modo como funciona a cognição não humana muito mais do que o fato de que ele é distinto do modo como opera a nossa. Por outro lado, ao entendermos o aspecto interacional como elemento inscrito (não incluso) na constituição mesma da cognição, contestamos a ideia de que uma representação prévia (do conspecífico como agente dotado de intencionalidade) habilite nosso desenvolvimento sociocognitivo.

Nesse sentido, concordamos com Maturana (2001), para quem a única condição apriorística necessária ao nosso desenvolvimento sociocognitivo é o amor. O tom possivelmente humorístico

dessa afirmação dissipa-se quando o autor procura negociar o sentido que buscou construir ao usar o termo. Trata-se, nas palavras do biólogo, de “[...] uma emoção, quer dizer, uma disposição estrutural inicial que torna possível a recorrência das interações” (MATURANA, 2001, p. 85). Maturana explica que “[...] a ontogenia de um ser vivo é uma **deriva** estrutural, na qual as mudanças estruturais que ocorrem são **contingentes** com as interações com o meio” (MATURANA, 2001, p. 82, grifos nossos). A recorrência dessas interações estabelece “[...] um espaço operacional para que eventualmente se dê uma recursão nas coordenações de condutas” (MATURANA, 2001, p. 86). Todavia, a história dessas interações recorrentes está condicionada a “[...] uma disposição estrutural que aceite o outro na convivência” (MATURANA, 2001, p. 86).

Compreendemos que, na abordagem de Maturana, é o próprio encontro, a própria interação, o fator que “habilita” nosso desenvolvimento sociocognitivo. Se o encontro (com ou sem copresença) não ocorre, nada acontece. Se o encontro ocorre, desencadeiam-se mudanças estruturais mútuas nos sistemas interactantes, os quais conservam sua organização filogenética. Finalmente, se o encontro ocorre repetidas vezes, esses sistemas, que em coderiva estrutural mantêm sua organização filogenética, consensualmente coordenam comportamentos e coordenações de comportamentos, constituindo-se ontogeneticamente.

Debatidas essas questões, resta-nos acordar o que significa conceber a linguagem dentro da perspectiva da sociocognição. Assumir essa concepção quer dizer, segundo nosso entendimento, compreender a produção de sentidos como uma

atividade criativa, uma vez que os falantes operam com a indeterminação de sentidos apriorísticos e, portanto, com a indicialidade da linguagem; modeladora, porquanto os sujeitos fabricam e reiteram, com suas práticas discursivas, versões compartilhadas do mundo; e correcursiva, visto que os indivíduos interagem recurrentemente, coordenando consensualmente condutas e coordenações de condutas, o que resulta numa dinâmica de recursão na consensualidade, num processo coordenado de referências à história de negociações e consensos anteriores.

INDICIALIDADE, CONSTITUTIVIDADE E COLABORAÇÃO: PRESSUPOSTOS DE UMA ABORDAGEM SOCIOCognITIVISTA DE LINGUAGEM

Elaboramos nossos objetivos específicos a partir dos pressupostos que consideramos basilares para a compreensão da visão sociocognitivista a respeito do fenômeno do dizer, isto é, os pressupostos da indicialidade, do caráter constitutivo e da condição colaborativa da linguagem, que justamente nos permitem descrevê-la tal qual fizemos ao encerrar a subseção anterior, como atividade criativa, modeladora e correcursiva. Assim, com vistas a dar continuidade ao movimento de conceituação da sociocognição que neste capítulo empreendemos, trataremos a seguir do pressuposto da indicialidade da forma linguística, do argumento do caráter constitutivo da linguagem e da premissa da condição colaborativa da construção dos sentidos.

A indicialidade da forma linguística

A resistência que as palavras oferecem aos usos que delas fazemos, os mal-entendidos inscritos em nossas interações cotidianas, nossas dificuldades de compreensão, esses aspectos, confrontados à crença, ainda predominante no senso comum, de que à linguagem caberia designar os supostos significados essenciais de um mundo naturalmente discretizado, corroboram a ideia de uma falha de performance dos falantes ou de uma imperfeição das línguas naturais.

Chamando a atenção para as inquietações desencadeadas por essa suposta falibilidade do aparato linguístico humano, Magro (1999a) nos lembra dos esforços empreendidos ao longo do tempo para minimizar, ou mesmo eliminar, o pretenso problema. Entre esses esforços, a autora aponta a proposta do *Calculus universalis*, de Leibniz, que consiste no “[...] projeto de uma linguagem artificial, desprovida de qualquer ambiguidade” (MAGRO, 1999a, p. 96), e o intento de Frege de inaugurar por meio do simbolismo lógico uma linguagem perfeita, o *Begriffsschrift*, “[...] uma conceitografia, que se define como uma linguagem formular de pensamento puro, imitada da linguagem aritmética, um meio de evitar mal-entendidos e erros no pensamento originados principalmente da linguagem ordinária” (MAGRO, 1999a, p. 96).

Também poderíamos incluir em tais esforços de dissolver as imperfeições da língua cotidiana a teoria proposta no *Tractatus* por Wittgenstein, que, em seus primeiros estudos, atribuiu ao mau uso da linguagem a emergência dos problemas filosóficos.

Wittgenstein procurou resolver o problema de traduzir a realidade por meio de notações que funcionassem como diagramas capazes de espelhar a estrutura lógica do mundo, postulando que “[...] a proposição é figuração da realidade, pois [se conhece] a situação representada por ela quando [se entende] a proposição” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 72, § 4.021).

A crença na possibilidade de se estabelecer uma relação biúnica entre linguagem e realidade, na qual estão apoiadas as propostas do cálculo, da conceitografia e da figuração, pressupõe que a realidade discretizada já existe e que à linguagem caberia apenas o papel mal desempenhado de exprimi-la.

Conforme asseveraram Mondada e Dubois (2003), as categorias não são preexistentes às práticas humanas; estas é que as reificam dialeticamente. As autoras explicam que, nesse sentido, a referenciação emerge de um processo de ajustamento das palavras que os falantes operam não “[...] em relação ao referente dentro do mundo, mas no quadro contextual, a fim de construir o objeto de discurso ao curso do próprio processo de referenciação” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 33). É assim desconstruída a noção de que “[...] o locutor é um locutor ideal que está simplesmente tentando buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 34), a qual dá lugar ao reconhecimento do caráter indicial da linguagem e do discurso.

Argumentando nessa direção, Salomão (1997, p. 25) postula, como característica essencial do processo de significação da linguagem, a “[...] subdeterminação do significado pelo signifícente”. Para a autora, a forma linguística não contém propriedades intrínsecas; ela é uma pista que desencadeia, pela enumeração dos sujeitos e em meio a outros elementos semióticos,

complexos processos de inferenciação, os quais “[...] resultam do trabalho local da interpretação” (SALOMÃO, 1999, p. 67).

A ameaçadora sensação de incomunicabilidade que nos acompanha desde os momentos iniciais de nosso processo de aquisição da linguagem, nossa angustiante impressão de inadequação entre o que dizemos e o que desejamos dizer ou entre o que pensamos ter dito e o que achamos que foi compreendido não podem ser atribuídas a um defeito da linguagem ou a uma incompetência do falante. Como assevera Marcuschi (2007, p. 143), a indeterminação da linguagem é indispensável para a negociação contingencial dos sentidos; “[...] é uma estratégia de sedução do ouvinte e do leitor para que faça uma opção. Portanto, a indeterminação é a forma que a semiose linguística adota para operar”.

Diante de nossa comprehensível expectativa de um mundo primária e naturalmente discretizado, herança histórica do pensamento ocidental, demoramos a nos conformar com essa peculiaridade operacional da semiose linguística e a acolher como vantagem a plasticidade da linguagem. Imergimos, em vez disso, numa ilusão de objetividade do mundo, produzida, segundo Mondada e Dubois (2003), pela negociação intersubjetiva que caracteriza as atividades linguísticas e cognitivas. Nessa dimensão intersubjetiva se configuram processos simbólicos complexos que, conforme as autoras, estabilizam (consensual e provisoriamente) as categorias. Ao eclipsar discussões, controvérsias e desacordos envolvidos na concepção dessas categorias, essa estabilidade cria efeitos de objetividade, de uma realidade constituída por entidades discretas cognitivamente perceptíveis pelos indivíduos racionais.

Essa estabilização das instabilidades ocorre, conforme explicam Mondada e Dubois (2003), tanto em nível psicológico quanto discursivo. O nível psicológico diz respeito aos efeitos de prototipicidade, categoria que segundo as autoras extrapola a dimensão puramente subjetiva. Discutindo a conceituação de Rosch (1978), Mondada e Dubois (2003) identificam nela uma caracterização problemática dos protótipos como supostas representações estruturadas, resultantes de construções psicológicas e individuais. Sustentando a concepção da prototipicidade numa dimensão intersubjetiva, as autoras salientam que o domínio social de validação dos protótipos é apenas parcialmente determinado, o que relativiza seu caráter estável.

O nível discursivo, por sua vez, corresponde à lexicalização das categorias (à conversão dos protótipos em estereótipos), ao emprego dos recursos referenciais e ao uso das tecnologias de inscrição. Como explicam as autoras, esses processos, que são desencadeados nas práticas linguísticas e cognitivas de sujeitos social e culturalmente ancorados, convencionam os usos categoriais, “objetivam” versões do mundo; por outro lado, a solidez dessa objetivação é apenas relativa, uma vez que, como mecanismos de negociação, tais processos propõem, confirmam e corrigem essas versões, as quais emergem não como referência a uma ordem de mundo ideal, mas como argumento discretizante de um mundo indiviso.

Essa estabilização das instabilidades passa despercebida, como processo, pela maior parte dos falantes de uma língua. É como produto (cujo processo é apagado) que ela de fato repercute em nosso cotidiano, fundamentando, com solidez suficiente para o senso comum, a problemática noção de literalidade na linguagem.

Literalidade e limites interpretativos

De acordo com Ariel (2002), estabeleceu-se como definição clássica de um “sentido literal” um tipo de significado puramente linguístico. Esse tipo de significado seria supostamente acessado primeiramente e mais rapidamente, enquanto um tipo distinto, concebido como um “sentido não literal”, exigiria dos falantes um tempo maior de processamento. A autora denuncia a inconsistência dessa conceituação tradicional, desmontando de antemão a premissa básica na qual ela está apoiada. Ocorre que “literal”, também tomado como convencional, é naturalmente visto como oposto a “figurado”, a inferido. Opondo-se a essa premissa, Ariel argumenta que a linguagem tomada como figurativa pode também tornar-se convenção e, da mesma forma, sentidos tidos como naturais podem demandar inferência, o que torna difícil o enquadramento sem resistência das formas linguísticas nessas categorias dicotômicas.

Salomão (1999, p. 66) também confronta essa dicotomia postulada pelos estudos clássicos da significação, os quais “[...] legitimam como significados ‘não literais’ as interpretações excêntricas: sentidos figurativos, implicaturas, ironias, humor, conotações – tudo o que o ‘contexto’ possa [...] agregar à ‘significação literal’; tudo que pertença à ordem da pragmática, não da semântica”. A autora sustenta a tese de que em verdade “[...] a periferia está no centro; ou seja, que aquilo que parece excepcional (a contribuição da informação extralingüística) instala-se no próprio coração do processo de interpretação da linguagem” (SALOMÃO, 1999, p. 66).

Admitir esse dinamismo na interpretação desconstrói, naturalmente, a ideia de um significante portador do sentido. Compreender e apoiar essa desconstrução não nos livra, contudo, da inclinação esporádica, em nossas práticas discursivas diárias, para o uso da expressão linguística “literalmente” e, o que é ainda mais surpreendente, para o reconhecimento de certa inadequação em alguns de seus usos quando os recebemos de nossos interlocutores. Buscando diluir este aparente paradoxo, a colisão entre esse fenômeno e a premissa que defendemos, recorremos à proposta de Ariel (2002), que argumenta poder ser um sentido considerado mínimo ou básico conforme perspectivas que não estão centradas no código.

Entre essas perspectivas, situam-se, de acordo com a autora: a perspectiva psicolinguística, que nega a existência de um sentido básico obrigatoria e automaticamente acessível, rejeitando a distinção absoluta entre “figurado” e “não figurado” em favor de uma distinção gradativa, relacionada à saliência do significado e à sua recuperabilidade; e a perspectiva interacional, que vai ainda mais longe em direção à desconstrução da visão tradicional, dicotômica, remetendo à inexistência de um sentido consistentemente predeterminado para os interlocutores. Sob esse olhar, poderíamos apenas falar em sentido “interacionalmente significativo” ou “interacionalmente privilegiado”; as interpretações privilegiadas são negociadas entre os interlocutores.

Assim, compreendemos nossa tendência em reconhecer sentidos primários em nossas interações como manifestação do fato de que, ao negociarmos sentidos, criamos expectativas em relação a significados que construímos histórica e consensualmente como preferenciais; esses significados não são, contudo,

estáticos (impassíveis de recategorização), nem necessários (como etapas, pontos de partida para a construção da interpretação). Além disso, é contingencialmente e de modo complexo (não linear e imprevisível) que a maior ou menor saliência de um sentido se estabelece. As expectativas de que falamos são elas mesmas, portanto, apenas relativamente estáveis.

Nosso cotidiano está repleto de exemplos que ilustram essa afirmação, mas vale a pena referirmos um caso representado na ficção que nos leva a refletir sobre a questão. Trata-se do filme “Muito além do jardim”, de Hal Ashby, lançado nos Estados Unidos em 1979. No filme, um ingênuo e humilde jardineiro é confundido com alguém de sobrenome influente e poderoso. Essa confusão acaba levando-o a vivenciar situações inusitadas, dentre as quais, um jantar com magnatas, uma conversa com o presidente e uma entrevista na televisão. O jardineiro, que do mundo conhecia apenas o jardim do qual cuidava, sem nunca mesmo ter saído da casa onde vivia como empregado, não sabia falar sobre coisa alguma que não fosse terra e raízes. Acreditando ser o pobre jardineiro um homem de prestígio, o presidente e logo toda a sociedade passam a interpretar metafisicamente tudo quanto diz o homem. As expectativas dos sujeitos no contexto peculiar dessas interações constroem-se no confronto entre dois principais jogos de linguagem distintos: descrever um trabalho manual ligado à natureza e problematizar conceitos abstratos subjacentes aos problemas humanos. Enquanto o jardineiro acredita jogar o primeiro, seus interlocutores creem jogar o segundo, o que resulta, para estes, na emergência situada de sentidos primários que parecem inusitados a nós, espectadores a par do confronto.

Esse exame crítico da noção de literalidade na linguagem inevitavelmente conduz, a nosso ver, à questão da interpretação. Ao admitirmos não haver um sentido transcendental, negamos de antemão a possibilidade de vincularmos um texto a um caminho interpretativo fechado, definido.

De acordo com Eco ([1993] 2012), negar essa possibilidade não quer dizer que a interpretação independe de critérios. “Dizer que a interpretação é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz” (ECO, [1993] 2012, p. 28). Preocupado com as implicações ético-políticas daquilo a que ele se refere como “semiótica ilimitada”, o autor sugere uma hipótese alternativa que estaria situada entre duas teorias radicais da interpretação. Assim, entre a inacessível – e muitas vezes irrelevante – intenção original do autor (*intentio auctoris*) e a discutivelmente irrestrita intenção do intérprete (*intentio lectoris*), existiria a intenção do texto (*intentio operis*).

Ao apresentar exemplos de interpretações construídas por alguns leitores para textos de sua autoria, Eco, como autor empírico, discute o limitado papel que lhe caberia na validação das associações de sentido propostas nessas interpretações. A evidência dessa limitação estaria, sobretudo, nos casos em que o texto é explicitamente produzido para uma comunidade de leitores em vez de ser dirigido a um destinatário imediato. Eco argumenta que nesses casos é aparente que não são as intenções autorais que determinam a interpretação; esta se constrói “[...] de acordo com uma complexa estratégia de interações que

também envolve os leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro nacional” (ECO, [1993] 2012, p. 80). O autor entende por tesouro nacional

[...] não apenas uma determinada língua enquanto conjunto de regras gramaticais, mas também toda a enciclopédia que as realizações daquela língua implementaram, ou seja, as convenções culturais que uma língua produziu e a própria história das interpretações anteriores de muitos textos, compreendendo o texto que o leitor está lendo (ECO, [1993] 2012, p. 80).

Essa competência é, para Eco, exigida do leitor para que um texto seja lido de forma econômica, isto é, para que não se extrapole no ato de leitura a linha interpretativa autorizada pelo texto, com associações que o autor chama de paranoicas e com abduções apressadas, apoiadas em indícios superestimados. Uma leitura não econômica consistiria assim no que o autor denomina “superinterpretação”. Conforme Eco ([1993] 2012), interpretar requer do leitor abstenção em relação à recontextualização textual – o que produziria um efeito de paródia – e ao consumo do texto com propósitos particulares – o que caracterizaria uso (diferente de interpretação na visão de Eco).

O formalismo que observamos nessas exigências postuladas por Eco, para evitar o suposto equívoco da superinterpretação, parece-nos curiosamente contraditório em relação à maneira como o autor procura concretizar a tarefa “[...] difícil [de] definir abstratamente a ‘intenção do texto’” (ECO, [1993] 2012, p. 75). Segundo Eco, “[...] a intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido da carta roubada. É preciso querer vê-la. Assim é possível falar da

intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor” (ECO, [1993] 2012, p. 75).

Esse modo de conceber a *intentio operis* nos conduz à compreensão de que não fazem sentido tais exigências. Por um lado, se é como carta roubada que a intenção do texto aparece, se é na leitura, não na superfície textual, que ela se realiza, o contexto se constitui no próprio ato de ler; não corresponde a uma entidade apriorística e recuperável. A recontextualização nos parece então um movimento inevitável, necessário à construção da interpretação, não excessivo. Por outro lado, a distinção entre interpretação e uso não condiz, a nosso ver, com a noção de linguagem como semiose opaca e indicial, subjacente a essa concepção de *intentio operis*.

Essa distinção é objeto de crítica para Rorty (2012), que sustenta a inexistência de propriedades intrínsecas aos fenômenos. Conforme o autor, “[...] entrar no próprio texto e relacionar o texto com outra coisa” (RORTY, 2012, p. 110) é uma dicotomia essencialista inconcebível, já que “[...] tudo o que alguém faz com alguma coisa é usá-la” (RORTY, 2012, p. 110). Nesse sentido, Rorty estende sua crítica à própria separação entre *intentio operis* e *intentio lectoris*. Considerando que essa separação estaria fundada na precaução de garantir que uma suposta coerência interna do texto pudesse controlar “[...] nosso desejo monomaníaco de submeter tudo a nossas próprias necessidades” (RORTY, 2012, p. 112), o autor argumenta que a coerência

[...] não é mais do que o fato de alguém ter encontrado algo interessante para dizer sobre um conjunto de sinais ou ruídos –

[...] o que dizemos tem necessariamente algumas conexões dedutivas razoavelmente sistemáticas com o que foi dito antes por nós ou por outros – com descrições anteriores desses mesmos sinais. Mas não existe um ponto do qual possamos traçar uma linha entre aquilo sobre o que estamos falando e o que estamos dizendo disso, exceto por referência a um propósito particular, a alguma *intentio* particular que *nós* tenhamos no momento (RORTY, 2012, p. 115-116, grifos do autor).

Consideramos pertinentes as críticas de Rorty e concordamos com o caráter problemático de uma concepção de interpretação como descoberta de características não relacionais, pois a ideia de que os propósitos que orientam nossos usos dos textos são aspectos distintos daquilo de que os textos tratam de fato dificilmente se esquia de uma visão representacionista de linguagem. Ainda que reconheçamos, com Eco ([1993] 2012), a inconsistência de uma noção de interpretação sem limites, entendemos que esses limites não se configuram em termos essenciais. Quando admitimos que usar a linguagem não é representar, reconhecemos nos textos limites provisórios, situados, flexíveis e parciais; eles são contornos que estabelecemos intersubjetivamente num esforço de organizar, estruturar, constituir a (uma) realidade.

A linguagem como atividade constitutiva

Apoiando-se nas ideias de Humboldt (1836), Franchi ([1977] 1992) postula a linguagem como um processo criador pelo qual damos forma ao conteúdo variável de nossas experiências. O autor nos adverte de que tal forma não corresponde à

instauração de uma “[...] racionalidade definitiva” (FRANCHI, [1977] 1992, p. 28); não se trata de “[...] *instituir*, mas [de] tornar o objeto suscetível de uma intermitente retomada, possibilitando o estabelecimento de relações a todo tempo renovadas, que se formulam por sua vez e retornam ao processo de *maturação*” (FRANCHI, [1977] 1992, p. 28, grifos do autor).

A afirmação de Franchi nos permite observar que a capacidade constitutiva da linguagem tem um caráter sistemático. A sistematicidade é que garante, a nosso ver, a manutenção dessa capacidade que lhe é inerente, pois, fosse o dizer um ato fundador em vez de um processo dinâmico, contingencial e contínuo, não se poderia conceber a realidade como efeito transitório; ela seria produto.

Nesse sentido, Salomão (2005, p. 165-166, grifos da autora) proclama como premissa da perspectiva sociocognitivista um realismo não metafísico, sobre o qual também não se pode afirmar ser histórico se tomarmos por referência a acepção hegeliana:

A razão-no-mundo, que transforma o mundo ao transformar-se, não se sintetiza jamais: ela é contrapontística, mesclada e heterogênea; nada nela anuncia qualquer hipótese de unificação. Sua pluralidade não a torna, entretanto, errática. Não há fundamento para a “ansiedade cartesiana” de que o conhecimento se dissolva em entropia: a verdade, tanto quanto o mundo, existe e *se produz como entendimento*, construído em condições comunicativas densamente radicadas e vividamente experimentadas.

Tanto Salomão (1999) quanto Marcuschi (2007) apontam a posição kantiana como mediadora entre o ingênuo realismo esencialista e o desconcertante relativismo radical. De fato, Kant

([1781] 2009, p. 37) sustenta “[...] que aquilo a que chamamos objetos exteriores são representações de nossa sensibilidade, cuja forma é o espaço, mas cujo correspondente real, a coisa própria, continua ‘não conhecida’ e não pode ser conhecida, nem por ela a experiência nunca indagou”.

Marcuschi (2007, p. 90) admite, com Kant, que “[...] sem nossa participação cognitiva não há representação da nem acesso à realidade”. Reconhecendo de antemão que o mundo não é apenas uma construção teórica, o autor alega que a linguagem é uma categoria epistêmica, não ontológica; o que construímos, a partir de nossas inserções sociocognitivas, é o saber sobre o mundo, que é ao mesmo tempo o único mundo que conhecemos.

Com efeito, reconhecemos na filosofia kantiana, no âmbito das abordagens teóricas acerca do conhecimento, um importante passo em direção ao movimento de pôr parênteses na noção de objetividade, sobre o qual falaria mais tarde o biólogo Maturana (2001). Para o filósofo iluminista,

[...] mediante a sensibilidade, não conhecemos obscuramente a natureza das coisas em si, mas nem sequer a conhecemos e, assim que eliminamos nossa formação subjetiva, em nenhuma parte se achará nem poderá ser encontrado o objeto representado com as propriedades que a intuição sensível lhe concedia, na medida em que essa formação subjetiva estabelece a forma de tal objeto como fenômeno (KANT, [1781] 2009, p. 45).

O argumento kantiano da inexistência de um correlato àquilo que concebemos como objeto, o qual toma a forma atribuída por nossa constituição subjetiva, desestabiliza, a nosso ver, a noção

de representação. Apesar do tom solipsista que se insinua na visão sustentada pelo filósofo, problema que ele procura resolver recorrendo à proposição da noção de sujeito transcendental, da qual discordamos, não nos parece pertinente ignorar o impulso desestabilizador que essa visão promove.

Desenvolvemos essa discussão no segundo capítulo, explorando os rumos que se delinearam a partir desse impulso, isto é, observando como a desconstrução da representação e o reconhecimento do caráter constitutivo da linguagem e da cognição ganham força no seio da filosofia. Por ora, voltamos nossa atenção a algumas considerações significativas a respeito do modo como os processos sociocognitivos estão imbricados na relação de constitutividade entre língua e realidade.

Línguagem, realidade e práxis mediadora

Segundo afirma Blikstein ([1983] 2003), na configuração do real, desempenha papel primordial a dimensão da percepção-cognição. Para o autor, tal dimensão é anterior à experiência verbal e é nela que ocorre a gênese do significado. Blikstein questiona a tese clássica de Humboldt, que atribui à língua a função de organizar a estrutura conceitual do mundo. Pondera que, “[...] se a língua é o ‘molde’ ou a ‘grande matriz semiótica’ da sociedade, é necessário reconhecer que a experiência perceptiva já é um processo (não verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 42).

Esse processo é, conforme explica o autor, engendrado por uma práxis modeladora, cujos mecanismos consistem em traços

de diferenciação e identificação que o “[...] homem cognoscente desenvolve [...] para mover-se no tempo e no espaço de sua comunidade” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 60). Blikstein esclarece que, a partir de tais traços, somos capazes de “[...] discriminar, reconhecer e selecionar [os elementos] do universo amorfo e contínuo do real” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 60). Acrescenta que, ao serem impregnados de valores melhorativos ou pejorativos, esses traços transformam-se em traços ideológicos, os quais desencadeiam corredores semânticos ou isotopias, que, por sua vez, orientam a percepção-cognição, criando modelos ou padrões perceptivos, os “óculos sociais”.

Apesar de refutar a primazia da língua sobre a práxis, assegurando que os “óculos sociais”, através dos quais a práxis nos ensina a enxergar o mundo, geram “[...] conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos, na dimensão *cinésica* e *proxémica* (gestos, movimentos, espaços, distâncias, tempo etc.), independentemente da ação e do recorte da linguagem linear” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 65-66, grifos do autor), Blikstein admite que, quanto maior nossa inserção nos processos de socialização, mais larga a apropriação pelos códigos verbais do nosso sistema perceptual.

Além disso, o autor reconhece que, mesmo que lhe seja anterior, a semiose não verbal só pode ser explicada pela língua; “[...] embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não verbal, é praticamente só por meio desses códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 80). Em *Água viva*, Clarice Lispector

parece aludir, na voz da narradora-personagem, a essa semiose oculta na dimensão da práxis sobre a qual fala Blikstein, mencionando frequentemente a expressão “atrás do pensamento”: “No fundo, bem **atrás do pensamento**, eu vivo dessas ideias, se é que são ideias. São sensações que se transformam em ideias porque tenho que usar palavras” (LISPECTOR, 1998e, p. 84, grifos nossos). Transformar as sensações em ideias ao usar palavras é, segundo nosso entendimento, recorrer ao código verbal como maneira de “[...] capturar a semiose não verbal” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 79). Ao apontar tal maneira como única possível ao mesmo tempo que sustenta a reiteração ininterrupta entre língua e práxis, o autor acaba por aceitar a condição constitutiva da língua.

Fauconnier ([1985] 1994) também alega a existência de processos sociocognitivos imbricados na relação entre língua e realidade. Buscando explicar em que consistem esses processos, o autor propõe a teoria dos espaços mentais, os quais define como conjuntos de elementos que construímos enquanto pensamos e falamos, a partir de *frames* (conjuntos estabilizados) e modelos cognitivos e com base em propósitos contingencialmente determinados. Esses conjuntos nunca são definitivos; eles se modificam no curso da interação e se conectam uns aos outros por meio de vários tipos de mapeamento, entre os quais, o autor resalta o de identidade e o de analogia.

A contingencialidade e o dinamismo dessa teoria motivam Salomão (2005) a elegê-la como a mais promissora entre as abordagens processuais da referência, por oferecer uma explicação convincente para o modo como se dá a interpretação em

tempo real. De acordo com a autora, esses domínios epistêmicos em que se desdobra o discurso “[...] são necessários para a identificação de um objeto no interior de seu enquadre físico ou para a antecipação mental de uma trajetória” (SALOMÃO, 2005, p. 157), o que denuncia mais uma vez a insuficiência da forma linguística.

Guardadas suas peculiaridades e seus distintos enquadramentos teóricos, compreendemos que tanto a proposta de Blikstein quanto a de Fauconnier chamam a atenção para a atuação dos processos sociocognitivos em nossas tentativas de dizer o mundo. Nesse sentido, ressaltamos que a “[...] reabilitação da imaginação” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 15)⁷ promovida por essas abordagens está longe de ser associada ao mentalismo aristotélico, porquanto corrobora a categorização da cognição como construção social, não como atributo individual.

Por outro lado, por não prescindir, com seus hipotéticos agrupamentos de memória de trabalho, organizados e conectados “[...] através de excitações sincrônicas de conjuntos de neurônios” (COSCARELLI, 2005, p. 291), da ideia de mente como instância interna, aparato que processa *inputs*, a abordagem de Fauconnier conserva um traço representacionista, que apresenta, a nosso ver, contraste com os pressupostos da sociocognição. Sobre a ancoragem também do modelo proposto por Blikstein para explicar a gênese do significado numa visão de linguagem ainda não desvencilhada do conceito de representação fazemos alguns comentários mais adiante, no segundo capítulo.

⁷ “[...] rehabilitation of imagination” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 15).

A condição colaborativa da construção de sentidos

Conforme já referido, ao abordar as bases culturais da cognição humana, Tomasello (1999) assevera que a maior parte das habilidades cognitivas dos seres humanos não provém apenas de uma herança biológica, mas é resultado de processos históricos e ontogenéticos que afetam a capacidade cognitiva que herdamos. De acordo com o autor, o fato de sermos capazes de nos identificar com nossos conspecíficos, compreendendo-os como seres intencionais tanto quanto nós, permite-nos “[...] aprender não apenas *com* o outro mas *através do outro*” (TOMASELLO, 1999, p. 6, grifos do autor).⁸

Além de apresentar essa razão filogenética, que, como discutimos anteriormente, suscita alguns questionamentos, Tomasello justifica o caráter especial que atribui à cognição humana em comparação a outras espécies a partir de mais dois aspectos. O aspecto histórico refere-se ao modo como nossa capacidade de interidentificação proporciona processos de sociogênese, os quais consistem na coconstrução de artefatos culturais e comportamentos que sofrem transformações ao longo da história. O aspecto ontogenético diz respeito à condição humana de beneficiar-se do conhecimento acumulado, no contexto dos processos de sociogênese, pelo grupo social, condição da qual se desdobra a possibilidade de apropriar-se de representações cognitivas na forma de símbolos linguísticos e de operações construídas com

⁸ “[...] learn not just *from* the other but *through* the other” (TOMASELLO, 1999, p. 6, grifos do autor).

base nesses símbolos, como analogias e metáforas, e de adquirir, a partir da internalização de certos tipos de interações discursivas, habilidades de metacognição, redescrição representacional e pensamento dialógico.

A ancoragem da cognição humana na cultura e as consequentes determinações ontogenéticas da nossa linguagem, ressaltadas no estudo de Tomasello, evidenciam, a nosso ver, como a iterada noção de que a produção dos sentidos é uma atividade colaborativa está radicada na própria sociogênese que caracteriza o processo evolutivo de nossa espécie. Nesse sentido, damos razão a Wittgenstein ([1958] 1996, p. 127, § 257) quando argumenta que “[...] muita coisa já tem que estar preparada na linguagem para que o simples dar nome tenha um sentido” e a Marcuschi (2007, p. 140, grifos do autor) quando afirma que “[...] as *categorias* são muito mais *modelos socioculturais* do que *modelos mentais*”.

Reconhecemos, com Salomão (2005), a cena comunicativa como o espaço em que constituímos e reconstituímos esses modelos. Segundo afirma a autora, o “[...] ‘encilhamento’ inevitável de representação-do-mundo pela representação-de-si dramatiza inapelavelmente a semiose linguística” (SALOMÃO, 2005, p. 165). Postulando a fabricação do sentido como uma operação necessariamente social, já que, sendo o sentido construído em vez de revelado, nós o construímos sempre para alguém, Salomão (1999) encontra na proposta de Goffman ([1974] 1986), que concebe como drama a organização da experiência pelos indivíduos em suas interações sociais, uma alternativa interessante para explicar a semiose da língua.

Producir sentido é, de acordo com essa alternativa, o ato mesmo de inserir-se no jogo dramático da interação, pois

“[...] **toda experiência social** é [...] **semantizante**: só é possível atuar na **cena social** (de caráter micro ou macro), investindo-a de sentido, seja com base em **conhecimento consensualizado** [...], ou por conta da **motivação singular** de realizar objetivos localmente relevantes” (SALOMÃO, 1999, p. 71, grifos da autora); por sua vez, “[...] a experiência social não prescinde da semantização primária, que corresponde ao investimento do sujeito em específico papel comunicativo, configurado frente à sua **audiência**, num trabalho de **mútua determinação**, através do qual se constrói a **face**” (SALOMÃO, 1999, p. 72, grifos da autora).

Na jornada do protagonista de *A maçã no escuro*, percebemos certa alusão a essa noção de representação como drama, à nossa inserção no espetáculo semantizante que engendramos e coordenamos:

Os quatro representantes. Representando, [...] representando a luta diária que encetamos contra a nossa própria liberdade, que é grande demais e que, com minucioso esforço, diminuímos; nós, que somos tão objetivos que terminamos sendo de nós mesmos apenas aquilo que tem uso; com aplicação, fazemos de nós o homem que um outro homem possa reconhecer e usar (LISPECTOR, 1998c, p. 302).

Os quatro representantes referidos pelo narrador de Clarice investem de sentido a cena em questão – o momento da captura do protagonista –, assumindo seus papéis circunstancial e coletivamente determinados, com base no conjunto partilhado de informações e no propósito que ali assume relevância. Mas é na reflexão do narrador sobre a cena que a alusão parece se materializar com mais força: o “eu” que os “atores” representam é necessariamente

o “eu” para o outro. Além disso, como conclui o narrador, o drama encenado não é a versão reproduzida, ou distorcida, como pensara o protagonista, de um evento primário, puro; é a própria maneira como se forja o evento: “E aqueles quatro representantes sabiam disso: sabiam que toda a questão está em saber profundamente como imitar, pois quando a imitação é original ela é a nossa experiência” (LISPECTOR, 1998c, p. 324).

Coordenações consensuais de ações

Observamos na ideia de jogo dramático um modo de conceber a interação linguística como uma atividade situada, uma vez que a configuração da cena é contingencial; dinâmica, pois o papel comunicativo é redefinido cada vez que a perspectiva sobre a cena é reenquadrada; e inegavelmente colaborativa, visto que não são escolhas individuais a definição dos elementos que compõem a cena nem o reajuste contínuo dos papéis assumidos pelos participantes.

Com base no pensamento de Maturana (2001), afirmamos que nossa inserção mesma nesse jogo dramático é consensual. De acordo com o autor, na história da convivência promovemos coordenações consensuais⁹ de comportamentos. Essas coordenações são resultado da convivência de nossas transformações,

⁹ Maturana (2001) faz distinção entre as noções de consenso e de acordo. Enquanto este último “[...] envolve a condição explícita da *coincidência* na ação sobre algo” (MATURANA, 2001, p. 71, grifo do autor), o consenso diz respeito a “[...] coordenações de condutas que se estabelecem como resultado de estar juntos em interações recorrentes” (MATURANA, 2001, p. 71).

de mudanças estruturais desencadeadas em nós pela interação com outros sistemas determinados estruturalmente,¹⁰ “[...] de modo que uma história de interações recorrentes é uma história de desencadeamentos estruturais, de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser vivo, e o ser vivo e o meio” (MATURANA, 2001, p. 76).

Segundo Maturana (2001), uma história de interações dura enquanto houver conservação de organização dos participantes. Assim, enquanto há conservação de nossa organização, mantemos-nos vivos. Por outro lado, há rearranjo de nossa configuração estrutural a partir das perturbações que admitimos em nossa ontogenia. Conforme explana o autor, da contingência dessas mudanças estruturais, no fluir de nosso viver em acoplamento com o meio, surgem coordenações consensuais de condutas. Como organismos, engajamo-nos num mútuo ajustamento por meio do qual nos constituímos e preservamos; simultaneamente, como observadores linguajantes, percebemos e explicamos nossas experiências, operando em coordenações consensuais de ações de modo a validar contingencialmente as explicações.

Ainda de acordo com o autor, quando há uma história de interações recorrentes, produzimos uma dinâmica de recursões de consenso, isto é, “uma operação num domínio de coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações” (MATURANA, 2001, p. 131). A linguagem, nesse sentido, ocorre quando “[...] duas ou mais pessoas em interações recorrentes operam através de suas interações numa rede de coordenações

¹⁰ Conforme Maturana (2001, p. 75), “[...] tanto ser vivo quanto meio são sistemas determinados estruturalmente”.

cruzadas, recursivas, consensuais de coordenações consensuais de ações” (MATURANA, 2001, p. 130).

Segundo Magro (1999b), nesse modo de conceber a linguagem, não há lugar para a ideia de representação. A autora argumenta que, ao dispensar recurso à transcendência para descrever o modo como vivem os seres na linguagem, o pensamento de Maturana constitui uma viável alternativa ao representacionismo, pois rejeita tanto a noção de linguagem como ferramenta para a apreensão de um mundo externo, para a captação de “[...] objetos perceptivos independentes” (MAGRO, 1999b, p. 193), quanto o conceito de mente como entidade depositária de propriedades cognitivas apriorísticas ou de imagens armazenadas. O espaço mental corresponde nessa abordagem a “[...] um espaço de interações realizadas principalmente na linguagem, como modo de viver num recorrente e recursivo entrelaçamento de emocionar e conversar” (MAGRO, 1999b, p. 194).

Com o intuito de construir uma delimitação conceitual para a forma como neste estudo tomamos a sociocognição como abordagem de linguagem, discutimos neste capítulo ideias que se têm manifestado nas pesquisas de alguns estudiosos ligados a essa linha de investigação, bem como aspectos teóricos aqui definidos como pressupostos dessa abordagem. Tendo identificado alguns desdobramentos desses pressupostos, a saber, a questão da representação e o conceito de recursão, discorremos no segundo capítulo sobre a espécie de trajetória que se delineia entre a desestabilização da ideia de representação como reprodução e a construção do conceito de recursão como modo de viver na linguagem.

DA REPRESENTAÇÃO À RECURSÃO

O percurso conceitual que tencionamos discutir neste capítulo apresenta, a nosso ver, inegável relevância para a compreensão das bases teóricas em que, como vimos no primeiro capítulo, se apoia a sociocognição. O que categorizamos aqui como trajeto é na verdade um curso descontínuo, sinuoso e multilinear, a partir do qual procuramos dar conta da abordagem epistemológica e metodologicamente diversa a respeito do lugar, ou do não lugar, que a representação assume na linguagem.

Nessa oscilante e abrangente trajetória, empenhamo-nos em discernir os abalos embrionários no domínio que a noção de representação exerceu nas diversas hipóteses que ao longo dos séculos buscaram explicar a cognição e a linguagem humana e indicamos, como ponto de convergência, a construção do conceito de recursão como plausível alternativa antirrepresentacionista.

A DESESTABILIZAÇÃO DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

A relação entre linguagem e mundo é problematizada, no Ocidente, desde a Antiguidade Clássica, quando o debate entre socráticos e sofistas era conduzido em torno da questão da verdade. Platão e Aristóteles fundaram, conforme expõe Martins (2004), o paradigma essencialista de leitura da realidade, que pressupunha serem as coisas, o mundo, os sentidos apriorísticos e ser a verdade absoluta e tangível. De outro lado, os sofistas teriam fundado o paradigma relativista, que endossa a noção de realidade manipulável e de verdade contingente.

Esses paradigmas que fundamentaram o pensamento grego orientam diferentes perspectivas linguísticas. O essencialismo, por tomar como dado bruto, como preexistente às práticas humanas, tudo aquilo de que tratamos na linguagem, está na base de uma visão de língua como representação acurada do real. O relativismo, por sua vez, ao sugerir a instabilidade do real e a imprecisão e dinamicidade da verdade, nutre uma perspectiva antirrepresentacionista de linguagem.

De acordo com Martins, norteadas segundo a concepção de que a verdade prevalece sobre o consenso, tanto a perspectiva platônica quanto a aristotélica fundamentam a seu modo enfoques representacionistas de linguagem. De outro lado, a autora considera a filosofia provocativa dos sofistas um embrião de abordagem pragmática do sentido.

O representacionismo realista identificado em Platão se explica, segundo Martins, em razão de as palavras, sob o olhar do filósofo, terem “[...] por propósito representar a realidade, não a

realidade fenomênica, mas a realidade essencial das coisas” (MARTINS, 2004, p. 461). Essas essências seriam entidades extra-linguísticas, autônomas e transcendentes. A tese aristotélica, por sua vez, exibe um representacionismo mentalista. Como afirma a autora, há nela “[...] a substituição de uma díade, linguagem-real, por uma tríade, linguagem-alma-real” (MARTINS, 2004, p. 464). Sob a ótica de Aristóteles, pelos sentidos, o intelecto humano seria capaz de abstrair essências universais, e as palavras teriam com essas essências abstraídas um vínculo lógico e objetivo. Seja como reprodução de essências metafísicas, seja como reflexo das representações mentais universais de tais essências, a linguagem para os socráticos é mero instrumento para espelhar uma instância definida e autônoma.

Em oposição ao pensamento socrático, manifesta-se a postura relativista associada aos sofistas, associação que Martins justifica evocando Górgias: “Nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado não poderia ser compreendido” (*Do não ser*, Fragmento I, *apud* MARTINS, 2004, p. 450). A autora propõe compreendermos a célebre nota do sofista como resposta à problematização da relação linguagem-real. Diante do questionamento, Górgias sugeriria a impossibilidade de ser o mundo dito pela linguagem, negando o representacionismo e a existência de uma realidade autônoma, anterior ao discurso.

O relativismo manifesto no pensamento dos sofistas, para quem “[...] um mesmo dizer [...] pode não apenas significar mais de uma coisa, como também, e mais importante que isso, pode significar uma coisa e seu exato contrário” (MARTINS,

2004, p. 452), desestabiliza, segundo Martins (2004), a distinção absoluta entre falso e verdadeiro e sobreleva o protagonismo do discurso na constituição do real, fazendo emergir “[...] um ângulo segundo o qual a linguagem significa quando é usada em circunstâncias concretas e variáveis, inscrevendo-se nos assuntos humanos e com eles mantendo laços mutuamente constitutivos” (MARTINS, 2004, p. 452-453).

Martins (2000, p. 22) chama a atenção para o modo como o ponto de vista dos sofistas se tem mantido sob luz mortiça em face das fortes raízes estabelecidas pelo projeto essencialista no mundo ocidental, o qual, apesar dos “[...] prognósticos negativos da reflexão filosófica mais recente”, continua fundamentando o desenvolvimento das ciências cognitivas. A resistência estaria, conforme a autora, na dificuldade de renunciar a uma expectativa persistente: “[...] trata-se de estar preparado para pensar talvez que a linguagem ‘não diz o que é’, mas em alguma medida ‘faz ser o que diz’” (MARTINS, 2004, p. 453, grifos nossos).

Transformações no campo das ciências cognitivas

Ao recompor as primeiras décadas da história das ciências cognitivas, Varela (1988) também reconhece a presença dominante do representacionismo. Em meados do século XIX, os esforços para conceber uma ciência da mente eram orientados, segundo o autor, pela ideia de que era necessário “[...] recorrer a mecanismos explícitos e a formalismos matemáticos para descrever os processos a ela subjacentes” (VARELA, 1988, p. 25).

Nesses anos iniciais, na década de 1940, aos quais o autor se refere como primeira etapa da história das ciências cognitivas, o cérebro humano “[...] era descrito como uma entidade cujos constituintes ou neurônios *encarnavam* os princípios lógicos. Cada neurônio era imaginado como sendo um autômato cujo limiar, activo ou não, designaria um valor lógico, verdadeiro ou falso, consoante o caso” (VARELA, 1988, p. 26, grifo do autor). Compreendida como máquina dedutiva, a mente constituía um sistema operacional passível de ser reproduzido, o que fomentou evidentemente a invenção do computador e fez germinar o movimento cibernetico.

Como salienta Varela, a fase cibernetica das ciências cognitivas rendeu resultados entusiasmantes, como o largo desenvolvimento na tecnologia da comunicação, e criou as bases para a configuração do que o autor concebe como a segunda etapa, a das representações simbólicas.

Aquilo que apenas parecia ser uma orientação possível – o espírito como uma forma de lógica, assimilável, portanto, ao comportamento de um computador – passa então a ser considerado como uma *hipótese* reconhecida que se procura destacar dos seus antecedentes pluridisciplinares, ou seja, da influência das ciências sociais e biológicas e das suas complexidades diversas (VARELA, 1988, p. 30, grifo do autor).

A segunda metade da década de 1950 viu surgir, segundo Varela (1988), o cognitivismo clássico, com o argumento de que o comportamento inteligente consistiria na reação do agente a representações dotadas de uma realidade física, sob a forma de códigos simbólicos. O pensamento poderia assim ser efetuado pela computação

de representações regida por regras algorítmicas; qualquer dispositivo capaz de representar e manipular esses códigos, considerados formas análogas a aspectos da realidade objetiva, constituiria um sistema cognitivo a funcionar de maneira adequada.

Varela (1988) salienta que o problema para o cognitivista, que, ao assumir essa hipótese, atribui a estados intencionais ou representacionais – como crenças, desejos, intenções – propriedades causais, estaria em demonstrar como esses estados poderiam correlacionar-se a mudanças físicas, determinar comportamentos. Como explica o autor, a proposta de paralelismo entre a realidade física e mecânica da inteligência (a sintaxe do código) e a realidade da intencionalidade (a projeção semântica), oferecida como resposta no programa cognitivista, não é nada evidente na linguagem humana. “Embora se saiba de onde vem o nível semântico de uma computação por computador (o programador), não temos nenhuma ideia quanto à proveniência do sentido das expressões simbólicas que o cognitivista supõe existirem no cérebro” (VARELA, 1988, p. 34).

É pertinente o comentário de Pelosi (2014) quanto a essa questão. A autora refuta com vigor a pressuposição cognitivista ortodoxa do espelhamento sintático das relações semânticas estabelecidas nas línguas naturais. Como argumento, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pela teoria gerativa chomskiana, cujas limitações decorreram justamente da ênfase na sintaxe, definida como componente central da gramática gerativo-transformacional,

[...] visto que a evidência reunida a partir de experimentos psicolinguísticos consistentemente indicou que, na compreensão

e no processamento de sentenças, as pessoas, antes de se limitarem estritamente a aspectos sintáticos, como propunha Chomsky, faziam uso de fatores de ordem semântica, intencionais (crenças, propósitos comunicativos, pressupostos) e pragmático-discursivos (PELOSI, 2014, p. 11).

Por não ter sido capaz de identificar a existência de um processador lógico num cérebro real nem de indicar zonas precisas em que estariam guardadas as informações, a ortodoxia cognitivista foi, segundo Varela (1988), substituindo em suas pesquisas os desafios de natureza mais geral que se propunha, como a tradução de línguas naturais ou a resolução de problemas universais, por objetivos, em princípio mais modestos, que se revelaram nada banais. “Tornava-se óbvio que a inteligência mais profunda e mais fundamental era a do bebê que adquire a linguagem a partir de um fluxo quotidiano de palavras dispersas, ou reconstitui ainda objetos significantes a partir de um fluxo difuso de luz” (VARELA, 1988, p. 45).

Como alternativa à frustração experimentada pelo projeto simbolista, a esbarrar sempre em fatos como o de que sistemas vivos menos complexos que os humanos efetuam tarefas mais rapidamente do que elaborados modelos computacionais, apresenta-se o paradigma conexionista, que Varela enquadra na terceira etapa da história das ciências cognitivas.

No conexionismo a noção de representação enfraquece, uma vez que o processamento de informações deixa de ser tido como resultado de projeções operacionalizadas a partir de códigos simbólicos condicionados por regras algorítmicas e passa a ser tomado como efeito emergente de conexões neurais. Conforme Varela, essas conexões podem dar-se de forma muito

densa, configurando-se espontaneamente sem que seja necessária uma unidade central para controlar o funcionamento do sistema cognitivo. “Esta transferência de regras locais para a coerência global constitui o cerne daquilo a que se convencionou chamar a auto-organização” (VARELA, 1988, p. 49-50).

Como explica Pelosi (2014), a auto-organização, atribuída como propriedade às redes neuronais pelos conexionistas, em virtude de essas redes procurarem “[...] estados estáveis que podem representar periodicidades tanto no tempo quanto no espaço” (PELOSI, 2014, p. 13), é incompatível com o processamento cognitivo tal qual ele é concebido pelo paradigma simbólico, isto é, a partir de módulos que interagem linear e sequencialmente. De acordo com a teoria conexionista,

[...] os processos mentais são explicitados com base em configurações estabelecidas *ad hoc* nas redes neuronais. O sistema neuronal lida dinamicamente com dados recebidos do ambiente que desencadeiam sua ativação fazendo emergir estados globais a partir das interações de componentes simples (nodos/neurônios). [...] O processamento das unidades de entrada, externas ou internas ao sistema, se dá simultaneamente e em muitas direções. São muitas as unidades de entrada e estas interagem com inúmeros componentes internos (nodos/neurônios) em milhares de direções (PELOSI, 2014, p. 13).

Contemporânea ao simbolismo, a alternativa conexionista veio a ganhar força mais tarde, na década de 1980, apresentando, segundo Pelosi (2014), avanços no que diz respeito à ruptura com a tese da representação interna do conhecimento, vinculada à ideia de que conceitos linguísticos estariam estocados em compartimentos na memória. Por outro lado, como pondera a autora,

as explicações conexionistas parecem não conferir ainda atenção significativa ao papel de elementos interacionais, ecológicos e contingenciais, que integram a experiência de um indivíduo na emergência do conhecimento. Além disso, esse indivíduo “[...] continua a ser visto como ser dual (i.e. composto por duas partes distintas, corpo e cérebro/mente). O corpo apenas provê meios para a entrada de estímulos que serão processados pelo cérebro, foco central das explicações” (PELOSI, 2014, p. 12).

Nessa mesma década, uma vertente distinta de estudos começa a apresentar, como afirma Pelosi, a cognição dentro de uma visão integrada da interação entre cérebro e mente, entre corpo e mundo. O dualismo cartesiano passa a partir de então a perder espaço para um entendimento segundo o qual o ser não figura no ambiente; ele o constitui e é por ele constituído numa relação de indissociabilidade.

Essa transformação favorece a consolidação do que Varela (1988) designa como a quarta etapa da história das ciências cognitivas. Diferentemente do cognitivismo e do conexionismo, que tomavam a cognição como a capacidade de representar adequadamente um mundo exterior predeterminado e de oferecer respostas a problemas bem definidos, negando ou desconsiderando a contingencialidade do viver, a enação, conforme é denominada por Varela, aparece como uma alternativa à representação.

O autor salienta que qualquer cognição viva tem como faculdade central “enagir”, fazer emergir de modo sempre situado questões pertinentes a um mundo continuamente em desenvolvimento, sofrendo “[...] alterações estruturais ao longo de um historial não interrompido” (VARELA, 1988, p. 89). Nas palavras de Pelosi (2014, p. 18), essa visão atuacionista pauta-se na ideia

de que a “[...] atividade cognitiva está intrinsecamente ligada à ação incorporada e, portanto, decorrente dos tipos de experiências possibilitadas ao organismo por suas capacidades sensório-motoras embutidas em um contexto biológico, psicológico e sociocultural mais amplo”.

Sob essa ótica, a noção de representação enfraquece, como insiste Varela (1988), e ganha relevância a compreensão de contexto e senso comum como componentes substanciais da cognição, não como artefatos residuais elimináveis a partir de regras sofisticadas. Se é naturalmente que o mundo se realiza, se nele não se verifica a predefinição que serviu de base à tradição teórica ocidental, não é possível, de acordo com o autor, dividi-lo nos domínios pressupostos pelas abordagens clássicas das ciências cognitivas: “[...] zonas de elementos discretos e tarefas que o sistema cognitivo impõe a si próprio, agindo no seio de um certo ‘espaço’ de problemas” (VARELA, 1988, p. 74-75), tais como a visão, a linguagem, o movimento etc.

Com efeito, nos anos 70, após duas décadas de progresso muito lento, vários investigadores em [inteligência artificial] chegaram à conclusão de que até a mais simples acção cognitiva requer uma quantidade de conhecimentos aparentemente infinita, que temos como adquirida (na verdade, tão evidente que se torna invisível), mas que deve ser introduzida no computador a conta-gotas (VARELA, 1988, p. 77).

Tanto a pretensão cognitivista inicial de conceber um dispositivo lógico universalmente aplicável à resolução de problemas quanto a expectativa mais modesta da resolução de problemas bem definidos a partir da programação mecânica esbarraram no

que Varela designa como a ambiguidade inabordável do senso comum, tomado pelo autor como a nossa história física e social.

Apoiado na prerrogativa fenomenológica de que o conhecimento se produz com base na indissociabilidade entre nosso mundo, nosso corpo, nossa linguagem e nossa história social, Varela reforça a inconsistência de enquadrar num conjunto de regras aquilo que se trata de um processo de ação e interpretação contínua; aquilo que “[...] é um mundo de significados de que nos apoderamos por imitação e que se torna parte integrante do nosso mundo preexistente” (VARELA, 1988, p. 78).

Em *A maçã no escuro*, o protagonista de Clarice, ainda que, na luta por abolir a antiga forma de vida e a linguagem dos outros, resista, experimenta essa condição de indissociabilidade: “Todo um passado estava apenas a um passo da extrema cautela com que aquele homem procurava se manter apenas vivo [...]. Então com infinito desagrado, fisicamente atrapalhado, ele se lembrou no corpo de como é homem pensando” (LISPECTOR, 1998c, p. 32-33).

Como expressão desse projeto de rejeição, a princípio, o personagem resiste ainda a reconhecer na imitação seu “[...] tremendo poder especificador de realidade” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 15) – isto é, sua notável relevância como conduta que permite que certos modos de interação ultrapassem a ontogenia e constituam nossa história social –, considerando-a, ao contrário, um movimento deformador, falseador: “‘Na verdade apenas imitei a inteligência assim como poderia nadar como um peixe sem o ser!’ [...]. Porque mesmo a compreensão, a pessoa imitava. A compreensão que nunca fora feita senão da linguagem alheia e de palavras” (LISPECTOR, 1998c, p. 34).

De acordo com Varela (1988, p. 79), “[...] concluir que a cognição não pode ser adequadamente compreendida sem o senso comum, que não é senão nossa história física e social”, conduz à dedução de que sujeito e objeto “[...] são a especificação recíproca e simultânea um do outro”. O autor assevera que é justamente essa ênfase na codeterminação que salvaguarda o ponto de vista da enação do espectro solipsista, o qual costuma pairar sobre as abordagens que questionam a representação.

Trata-se, pois, de um processo em que nossa realização social dá vida ao nosso mundo, fazendo emergir regularidades, mundos de pertinência, independentemente de finalidades determinadas, problemas predefinidos, a partir de uma sequência ininterrupta de mudanças estruturais, o que acentua a ideia de que “[...] nossas faculdades cognitivas estão inextricavelmente ligadas ao historial da vivência, da mesma maneira que uma veda anteriormente inexistente vai aparecendo conforme se caminha” (VARELA, 1988, p. 88). Como não têm essas regularidades pontos de referência fixos e independentes, mas são coerências do mundo que produzimos com os outros, nossa dinâmica cognoscitiva opera construindo mundos, não os refletindo.

Abalos epistemológicos gerados por concepções filosóficas

Com a pretensão de elucidar questões filosóficas de ordem epistemológica, o racionalismo moderno elegeu o raciocínio matemático como a ferramenta mais eficaz para conhecer o mundo. Constituindo um marco de sucessão da era renascentista e

fincando fortes raízes no pensamento ocidental, o dualismo cartesiano, que tanto influenciou o desenvolvimento das ciências cognitivas, pressupunha, como sabemos, a dissociação absoluta entre mente e corpo.

Como nos lembra Costa (2005, p. 16), dentre os diversos argumentos com os quais Descartes pretendeu provar o dualismo, o principal consiste nesta consideração:

Se eu posso (em princípio) pôr em dúvida a existência de meu corpo e de todo o mundo material (pois posso estar sonhando, alucinando), mas não posso (sequer em princípio) pôr em dúvida a minha própria existência (de minha mente), [já] que para duvidar eu preciso existir, então devo concluir que sou uma coisa distinta e independente do meu corpo e do mundo material.

A profundidade radicular da lógica cartesiana a que nos referimos é evidente na forma como a filosofia analítica (semântica clássica), mesmo rompendo com a tradição moderna e consolidando uma postura epistêmica que põe a linguagem no centro do exame filosófico, continua a apoiar-se no argumento da existência de uma instância material (em oposição à *res cogitans*) objetiva, independente.

Segundo observa Marcondes (2004), pensar os conceitos analiticamente equivale a interpretá-los como entidades lógico-lingüísticas, não psicológicas ou metafísicas, tais quais eram caracterizadas as formulações conceituais predominantes até o final do século XIX, nos dois primeiros dos três grandes períodos em que costuma ser dividida a tradição filosófica. Sabemos, por outro lado, que a centralidade assumida pela linguagem nesse

contexto está ainda longe de abranger os questionamentos mais tarde articulados nas elucubações austinianas e wittgensteinianas. A preocupação dos filósofos analíticos volta-se para uma tarefa que pode ser entendida “[...] como tradução de uma linguagem imprecisa para uma linguagem lógica isenta de equívocos e ambiguidades; como redução de algo desconhecido ou obscuro a algo conhecido e mais claro; como decomposição de um complexo em seus elementos simples constituintes” (MARCONDES, 2004, p. 13).

O propósito ambicioso dos analíticos lógicos é certamente a lembrança mais saliente quando, tratando de linguagem, pensamos o percurso conceitual da representação, mas essa história começa antes, na trajetória do empreendimento humano de construir conhecimento sobre a origem da existência, a constituição dos fenômenos naturais e o funcionamento das práticas socioculturais, elementos que tinham por muito tempo sido atribuídos a entidades mitológicas. Conforme explica Costa (2007, p. 23), na história da filosofia, as especulações cosmológicas e ontológicas levam à problematização do próprio conhecimento (virada epistemológica); da comunicação desse conhecimento (virada linguística); e, em seguida, da relação de mútua constitutividade entre uma e outra instância (virada pragmática), quando o reducionismo lógico cede lugar à noção de que “[...] a realidade é algo dinâmico que emerge com nossas práticas sociais, entre as quais estão os diversos usos da linguagem”.

A pretensão dos filósofos analíticos é assim precedida pelo problema da validação da representação. Segundo Ghiraldelli (2008), a pergunta sobre o mundo feita pela filosofia antiga de modo direto (*intentio recta*) passa a ser formulada pela filosofia moderna

de modo indireto (*intentio obliqua*). Como explica o autor, a indagação sobre o que há de real no mundo passa a implicar dúvida sobre qual representação do mundo seria válida, verdadeira; a questionar mesmo se haveria conhecimento do mundo. Fundamental no desenvolvimento dessa reformulação epistemológica foi a tentativa de Kant ([1781] 2009) de demonstrar, com a *Crítica da razão pura*, que a racionalidade não é absoluta.

Assim como, nas ciências naturais, Copérnico afastou a hipótese geocêntrica em favor da ideia de que os corpos celestes giravam em torno do Sol, Kant promove, no seio da filosofia, uma mudança de perspectiva que abala a postura dogmática dos pensadores clássicos. Com a revolução copernicana filosófica, Kant sustenta, conforme se vê nas palavras de Figueiredo (2005, p. 25), que “[...] a verdade concerne, não à essência última das coisas, mas ao modo como as conhecemos”, propondo a substituição da ontologia, com sua pretensão de obter o conhecimento das coisas em si, pelo “[...] título modesto de uma simples analítica do entendimento puro” (KANT, [1781] 2009, p. 179).

A justificativa reside naquilo que Kant ([1781] 2009) denomina o problema geral da razão pura, isto é, a insuficiência da faculdade pura da razão diante da tentativa de dar respostas às indagações metafísicas. Para o filósofo, o uso dogmático, acrítico, da razão produz postulados infundados, parciais, contestáveis; é necessário, em face disso, avaliar os limites e potencialidades da razão em relação aos objetos apresentados pela experiência.

Se por um lado “[...] as categorias não se fundamentam, quanto a sua origem, na sensibilidade” (KANT, [1781] 2009, p. 180), são por outro lado juízos apriorísticos sem validade objetiva (abstratos), que só adquirem sentido, significação, ao tornarem-se

sensíveis, ao receberem seu objeto “[...] pela intuição empírica, da qual [eles são] simples forma” (KANT, [1781] 2009, p. 174). A afecção da sensibilidade, por sua vez, não constitui, como explica Kant, a representação do conhecimento de um objeto, pois “[...] pela simples intuição nada é pensado” (KANT, [1781] 2009, p. 184); os objetos nos são apresentados pelos sentidos não como são, mas como nos aparecem.

Conforme o filósofo, por ser a intuição sensível possibilidade única para nós (não somos dotados de outro tipo de intuição), os sentidos permanecerão para sempre desconhecidos como objetos do entendimento puro, isto é, apenas num plano transcendental (que ignoramos existir), poderíamos afirmar que o entendimento nos apresenta as coisas tais quais elas são, mas, sem relacionar categorias e objetos, sem submeter a razão ao plano empírico, a “[...] realidade objetiva não pode, de forma alguma, ser conhecida” (KANT, [1781] 2009, p. 185). Apenas como unidade “[...] o entendimento e a sensibilidade podem determinar os objetos em nós” (KANT, 2009, p. 187), motivo pelo qual os objetos simplesmente inteligíveis a nada se referem e “[...] as coisas são conhecidas por nós somente como **parecem ser**” (KANT, [1781] 2009, p. 182, grifos nossos).

A tese kantiana acerca de nossa incapacidade de conhecer as coisas de fato, objetivamente, é interpretada por Rego (2006, p. 162) como uma crítica que se estende ao discurso. Conforme o autor,

Kant afirma que não há um critério interno à linguagem (evidentemente tampouco externo) capaz de garantir a correspondência da linguagem em relação às coisas em si mesmas [...].

Em termos formais, isso significa: não podemos determinar o valor de verdade dos nossos enunciados.

De nossa parte, não enxergamos na renúncia de Kant a um conhecimento das coisas em si mesmas, seja mediante um racionalismo dogmático, seja a partir de um empirismo autônomo, a indicação de um problema a residir na linguagem. O movimento de desconstrução que Kant realiza no universo convicto da filosofia transcendental não nos parece alcançar a dimensão linguística. Nossa posicionamento encontra apoio nas considerações de Derrida a respeito do problema da linguagem em face da questão do caráter crítico em filosofia. Ainda que para discordar de Derrida, é Trevisan (2012) quem nos apresenta essas considerações:

Derrida acusa a filosofia transcendental de uma “ingenuidade natural” quanto ao problema dos limites e da origem mesma da linguagem e, com ela, do próprio discurso filosófico empregado e de sua legitimidade – para o filósofo transcendental, a linguagem seria um fato, talvez até um “fato da razão”, a ser assumido acriticamente e que “exclui a reflexividade” (TREVISAN, 2012, p. 82).

A nosso ver, essa ingenuidade não é superada; ao problematizar a representação, nosso conhecimento absoluto do real, Kant parece ignorar o papel desempenhado pela linguagem na questão, reportando-se sempre ao pensamento, aos juízos formulados pelo entendimento para moldar o conteúdo das experiências, como se não houvesse opacidade no dizer e os sentidos fossem apriorísticos, dele independentes.

A ausência desse exame crítico no discurso do filósofo nos impõe a reconhecer em seus postulados o pressuposto da linguagem como simples instrumento, neutro e eficiente, de que se utilizariam os indivíduos para organizar racionalmente os dados captados pelos sentidos. Concordamos assim com Derrida, para quem, segundo expõe Trevisan (2012, p. 83), “[...] essa ausência representaria uma ‘zona cinzenta’ em que linguagem e pensamento originário se confundem e se isentam de qualquer reflexão acerca de sua legitimidade”.

Além de deixar essa “zona cinzenta” para ser colorida a partir da virada linguística, a crítica kantiana, apesar de abalar a estabilidade do fundamento racional e fazer estremecer a crença na evidência da verdade, compartilhada entre os modernos, mantém a tradição essencialista, portando certo vestígio platônico ao opor o mundo das coisas em si à realidade fenomênica, e conserva a lógica cartesiana da dissociação entre mente e corpo ao formular a noção de sujeito transcendental. Por pressupor uma estrutura sensível universal, essa noção, concebida com o provável intuito de afastar uma inflexão solipsista, desconsidera que o sujeito é um ser incorporado, cujo comportamento cognitivo é, portanto, a atuação de um sistema sensório-motor situado na natureza e na história.

A ruptura efetiva com o dualismo cartesiano se delineia somente quando tem início a crítica explícita da representação, com alguns pensadores contemporâneos que, segundo Varela (1988, p. 73, grifo do autor), “[...] ocupam-se de todo o fenômeno da *interpretação* no seu sentido circular de ligação entre acção e saber, entre aquele que sabe e o que é sabido”, dentre os quais ele destaca o filósofo fenomenólogo Merleau-Ponty.

A fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty, é também reconhecida por Leite (2007, p. 94) como uma base doutrinária que se aproxima da concepção de cognição sustentada pela chamada escola chilena – erguida, segundo o autor, em torno dos estudos de Varela, Maturana e Thompson – ao pôr “[...] em relevo um corpo fenomênico capaz de fazer emergir um mundo ao mesmo tempo em que é conformado por este”.

Buscando desconstruir na filosofia o privilégio do intelecto, endossado na tese cartesiana, que toma a verdade como dado autorizado pelo *cogito*, e, de outro lado, o desprestígio da percepção, assumido no juízo kantiano, que problematiza a intuição sensível, Merleau-Ponty ([1945] 1999) reivindica a centralidade da experiência perceptiva. “O centro da filosofia não é mais uma subjetividade transcendental autônoma, situada em todas as partes e em parte alguma, ele se encontra no começo perpétuo da reflexão, neste ponto em que uma vida individual se põe a refletir em si mesma” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 97).

Como assevera o autor, admitir um “eu transcendental” implicaria a possibilidade de arrogar ao mundo e aos acontecimentos a categoria de causalidade. A percepção não seria assim mais que a qualidade de um sujeito acósmico de captar “[...] relações de causalidade desdobradas no plano dos acontecimentos cósmicos” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 280). Ocorre que, corpo que somos, temos um campo perceptivo presente, sem distância, e atual, finito, isto é, que assume espaço e tempo ativamente. “Como está necessariamente ‘aqui’, o corpo existe necessariamente ‘agora’; ele nunca pode tornar-se ‘passado’” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 194).

Essa condição perene da atualidade na percepção não quer dizer que é ignorado o instante precedente. Ao contrário, como explica Merleau-Ponty ([1945] 1999), o passado está como que encaixado no presente. A percepção “[...] consiste em suma em repreender, apoiando-se na posição atual, a série das posições anteriores que se envolvem umas às outras” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 194).

Por termos um corpo e com ele agirmos no mundo, imbuímos de consistência o presente – livrando-o da eternidade da filosofia transcendental – ao fazer um passado e também um futuro existirem para um agora. Todavia, “[...] aquele que [...] atribui um passado ao presente e o orienta para um futuro não sou eu enquanto sujeito autônomo, sou eu enquanto tenho um corpo e enquanto sei ‘olhar’. Antes de não ser uma história verdadeira, a percepção atesta e renova em nós uma ‘pré-história’” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 322). Assim é que, para o autor, nossa existência pessoal é a retomada de uma “tradição pré-pessoal”.

Cada elemento do mundo físico traz, conforme salienta Merleau-Ponty, a marca mais ou menos determinada da ação humana à qual serve; ao sermos para um dado objeto enquanto ele é para nós, apresentamos uma espessura histórica, promovendo “[...] a base de uma situação de fato que fazemos nossa” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 236). Movidos em princípio por essa espécie de regulagem operacional, estariam, assim, sempre confrontando a tradição perceptiva com o presente.

Nosso presente é então um momento do tempo, e da mesma forma nosso corpo é um modo do espaço; a espacialidade é, consonte Merleau-Ponty, a maneira pela qual nos realizamos como corpo, está assentada em nossa facticidade. O autor explica,

noutras palavras, que o mundo não está em torno de nós “[...] como um sistema de objetos dos quais fazemos a síntese, mas como um conjunto aberto de coisas em direção às quais nós nos projetamos” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 518), desempenhando nosso movimento mesmo de existência.

Merleau-Ponty argumenta que mantemos em torno de nós, espacialmente, um sistema de significações cujas relações não precisam ser explicitadas representativamente. É a comunicação da concretude de nosso corpo com os objetos que os torna legíveis; por implicar um corpo, a consciência projeta-se originariamente em um mundo físico e, desse modo, antes de ser definida por um “eu penso que”, é manifesta por um “eu posso”. Assim, como nosso meio geral de ter um mundo, o corpo exerce uma espacialidade que não diz respeito a posição, mas a situação, à “[...] situação do corpo em face de suas tarefas” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 146).

Atribuindo ao corpo essa condição de lugar e atualidade dos fenômenos, a filosofia de Merleau-Ponty desconstrói a ingênuas expectativas transcendental de recuperar o contato com um mundo cuja presença é tida como dado preliminar e inalienável e ancora a compreensão do mundo e dos sujeitos em sua facticidade. Sob a ótica da fenomenologia da percepção, a significação deixa de corresponder a representações resultantes da síntese operada por um *logos* oculto na alma e somente se concretiza se olhamos os objetos

[...] de um certo ponto de vista, de uma certa distância e em um certo sentido; em uma palavra, se colocamos nossa convivência com o mundo a serviço do espetáculo. A expressão ‘o

sentido de um córrego' não quer dizer nada se não [supomos] um sujeito que olhe de um certo lugar para um outro (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 575).

Nossa compreensão do mundo efetua-se, como ressalta o filósofo, “[...] sem precisar passar por ‘representações’, sem subordinar-se a uma ‘função simbólica’ ou ‘objetivante’” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 193); ela consiste em ir ao encontro das coisas com nosso campo sensorial e perceptivo, de modo que nosso ponto de vista não é uma limitação de nossa experiência, mas uma forma de nos introduzir no mundo inteiro. “O corpo que percebe não ocupa alternadamente diferentes pontos de vista sob o olhar de uma consciência sem lugar que os pensa” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 441). Explica Merleau-Ponty ([1945] 1999) que, quando percebemos, através de nosso ponto de vista, estamos no mundo inteiro e nem mesmo nos damos conta dos limites de nosso campo visual.

Uma vez que a unidade do mundo não está, de acordo com essa linha argumentativa, fundada na unidade da consciência, podem emergir, como supõe o autor, questionamentos a respeito da comunhão de sentido e direção que por vezes assumem os acontecimentos de nossa vida e os da história coletiva.

Refutando, naturalmente, as respostas oferecidas pelo pensamento clássico, que “[...] procura, em suma, explicar as concordâncias por um mundo em si ou por um espírito absoluto” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 548), o filósofo argumenta que, por estarmos “[...] misturados ao mundo e aos outros em uma confusão inextricável” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 610), nossas experiências nunca estão sem cúmplices; “[...] cada existência se

compreende e comprehende as outras” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 548), de maneira que qualquer unidade, em vez de ser estabelecida por uma subjetividade ociosa e inacessível, “[...] é a retomada de cada subjetividade por si mesma e das subjetividades umas pelas outras na generalidade de uma natureza, a coesão de uma vida intersubjetiva e de um mundo” (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 606).

Merleau-Ponty assevera ainda que o gesto linguístico, como os outros, é manifestação da atividade fundamental pela qual nos projetamos para um mundo; não contém, portanto, significação imanente;

[...] é tomada de posição do sujeito no mundo de suas significações. O termo “mundo” não é aqui uma maneira de falar: ele significa que a vida “mental” ou cultural toma de empréstimo à vida natural as suas estruturas, e que o sujeito pensante deve ser fundado no sujeito encarnado. O gesto fonético realiza, para o sujeito falante e para aqueles que o escutam, uma certa estrutura da experiência, uma certa modulação da existência, exatamente como um comportamento de meu corpo investe os objetos que me circundam, para mim e para o outro, de uma certa significação (MERLEAU-PONTY, [1945] 1999, p. 262).

A ilusão de transparência que se interpõe nas tentativas de compreensão da linguagem se explica, segundo o autor, em razão de a concebermos, na maior parte do tempo, como linguagem constituída das significações disponíveis e das equivalências de definições. Mas, porque a fala é sempre a fala, no mundo comum, de alguém para outrem, os sentidos só nos parecem imanentes por supormos dado o que advém de comunicação prévia e precisa ser recolocado numa corrente comunicativa.

Mudanças de perspectiva nas abordagens filosóficas analíticas

Ao despertar para a compreensão da indissociabilidade entre o falar e o viver, a crítica analítica da linguagem suprime a preocupação com a clareza proposicional, pondo em causa o princípio fregiano de determinação da referência em função do sentido, e propõe, como sabemos, uma abordagem do fenômeno linguístico com base nos usos.

Como bem explica Cardoso (2003), na tentativa de solucionar os problemas da análise lógica tradicional, de base aristotélica, o projeto dos lógicos modernos consistiu em estabelecer uma linguagem formal, circunscrita a proposições lógico-matemáticas vericondicionais, com o intuito de evitar os equívocos potenciais nos enunciados das línguas naturais.

Em evidência entre esses filósofos, Frege ([1892] 2011) salientava que, para se considerar verdadeira uma proposição, era necessário existir identidade de estrutura entre ela e aquilo que referia, entre sentido e referência. Tão explícita era a distinção feita pelo autor entre os dois elementos que, dentre os problemas da linguagem comum a serem abolidos por meio do simbolismo lógico, destacava o das descrições com sentido, mas sem referência, argumentando que

[...] nelas são possíveis expressões que, em conformidade com a sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto, mas em casos excepcionais não realizam esse fim porque isso depende da verdade de uma frase. Assim, depende da verdade da frase “existe alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas” se a

oração subordinada “quem descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas” realmente designa um objeto ou só desperta essa impressão, quando na verdade não tem referência. [...] Deve-se exigir de uma linguagem logicamente perfeita (*Begriffsschrift*) que cada expressão, construída gramaticalmente de modo correto como nome próprio a partir de símbolos já introduzidos, também designe realmente um objeto, e que nenhum novo símbolo seja introduzido como nome próprio sem que uma referência lhe seja assegurada (FREGE, [1892] 2011, p. 34-35).

Tal qual no *Begriffsschrift*, o espírito formalizante, de que também se investiu a teoria da figuração wittgensteiniana, expressou-se no *Tractatus*, como nos lembra Araújo (2004, p. 75), com o propósito de traduzir a “[...] estrutura lógica do mundo em uma notação adequada”. Segundo a autora, pela figuração dos fatos no espaço lógico, Wittgenstein restringiu a linguagem a proposições capazes de projetar, como modelos de realidade sujeitos à validação vericondicional, a estrutura relacional dos elementos do mundo. “As proposições são modelos, figurações da realidade tal como pensamos que seja, afirma Wittgenstein (§ 4.01), e pela projeção a proposição mostra como estão as coisas. Se ela for verdadeira, diz que as coisas estão assim. A realidade confirma ou não as proposições” (ARAÚJO, 2004, p. 80).

Consolidando a virada pragmática, os analíticos críticos passaram a rejeitar a semântica formal dos analíticos lógicos e observar a centralidade assumida na linguagem de aspectos sociais e culturais. Com sua teoria dos atos de fala, Austin é apontado por Cardoso (2003) como protagonista desse movimento contra-formalizante. Na proposta do filósofo, “[...] o que importa não é

mais produzir grandes sistemas através dos quais se possa *conhecer o mundo* ou *interpretar a realidade*. O que verdadeiramente importa é *transformar a realidade* através de nossa ação no mundo; [...] transformar o mundo através da nossa ação com a linguagem" (CARDOSO, 2003, p. 86, grifos da autora).

Segundo Cardoso (2003), a incompletude dos enunciados das línguas naturais deixou de ser tomada, com a virada, como imperfeição a ser corrigida e passou a ser considerada sob outra perspectiva: categorizando esses enunciados como eventos discursivos, os filósofos do período procuraram demonstrar que, por estarem sempre enquadrados em um contexto que extrapola os limites formais, eles não se sujeitam jamais a qualquer relação intrínseca entre notação e referência. Desse modo, "[...] se para a semântica lógica de Frege a necessidade do contexto situacional deixa o enunciado sem referência [...], para a teoria dos atos de fala é justamente a omissão do contexto que deixa o enunciado sem referência" (CARDOSO, 2003, p. 86).

Visando à promoção de uma concepção de linguagem que levasse em consideração fatores até então ignorados, como situações e convenções de uso e intenções do falante, Austin renuncia, como reforça Cardoso, a uma teoria do significado em favor de uma teoria da ação. A autora chama a atenção para o modo como o intento originário do filósofo, o de opor enunciados performativos a constatativos, foi muito cedo por ele reconhecido como insustentável. A dicotomia foi logo suspensa em razão da compreensão do alinhamento entre dizer algo e fazer algo.

Austin (1962) estabeleceu, inicialmente, distinção entre uma classe de enunciados que explicitam supostamente a ação a ser

desempenhada, apresentando, como exemplos típicos desse grupo, aqueles em que o verbo na primeira pessoa do singular no presente do indicativo anuncia a “performance” (“Prometo que estarei lá”),¹¹ e uma classe de enunciados em que a “performance” não é proclamada (“Estarei lá”),¹² considerados meramente declarativos ou descritivos.

Ao falhar em definir critérios – seja pela presença de traços gramaticais específicos, seja pela satisfação de condições de felicidade ou verdade – para tornar precisa a delimitação conceitual entre a primeira classe, dos enunciados performativos, e a segunda, dos enunciados constatativos, o autor reconsidera as formulações teóricas inaugurais e questiona ele mesmo: “Quando emitimos um enunciado, qualquer que seja, não estamos nós ‘fazendo algo’?” (AUSTIN, 1962, p. 91).¹³

Respondendo à própria indagação, o filósofo argumenta que, porquanto na linguagem estamos em geral realizando simultaneamente dois atos, isto é, “[...] as próprias coisas empregadas como meio de distinguir, sob os nomes ‘fazer’ e ‘dizer’, performativos de constatativos” (AUSTIN, 1962, p. 132),¹⁴ a dicotomia originalmente proposta, difícil de sustentar desde o começo, deveria “[...] ser abandonada em favor de *famílias* mais gerais de

¹¹ “I promise that I shall be there” (AUSTIN, 1962, p. 69).

¹² “I shall be there” (AUSTIN, 1962, p. 69).

¹³ “When we issue any utterance whatsoever, are we not ‘doing something?’” (AUSTIN, 1962, p. 91).

¹⁴ “[...] the very things which we tried to use as a means of distinguishing, under the names of ‘doing’ and ‘saying’, performatives from constatives” (AUSTIN, 1962, p. 132).

atos de fala relacionados e sobrepostos” (AUSTIN, 1962, p. 149, grifo do autor).¹⁵

Como fizemos em Barros (2014), destacamos que, caracterizados como locucionários, ilocucionários e perlocucionários, os atos de fala parecem não se ter de todo livrado de contradição teórico-metodológica. Referimo-nos aqui à

[...] incongruência que parece residir entre uma proposta que abriga a pretensão de superar as teorias vericondicionais da referência e a tentativa de isolar o ato *locucionário* do ato *ilocucionário*. Não fora exatamente por perceber que uma teoria da ação tornar-se-ia incoerente admitindo um enunciado que fosse simplesmente uma declaração que Austin (1962) suprimiu o enunciado *constatativo* ao abolir a dicotomia pensada *a priori*? Para quê, então, trazê-lo de volta, embutindo-o no ato *locucionário*? (BARROS, 2014, p. 25, grifos da autora).

Cardoso (2003, p. 102), ciente desse “[...] remanescente da teoria da verdade analítico-referencial”, oferece ao questionamento a suposição de que, a deduzir pelo estilo autocrítico do filósofo, ao qual alude Rajagopalan (1990), “[...] a nova dicotomia entre ato locucionário (que conteria o constatativo) e ato ilocucionário seria apenas mais uma dicotomia a aguardar o golpe fatal, que só não aconteceu por causa da morte prematura de Austin” (CARDOSO, 2003, p. 103).

Outro indício da iminência da desconstrução dessa dicotomia pelo próprio Austin nos chega a partir das observações de Ottoni (2002), que enfatiza, ao examinar as tentativas de formalização

¹⁵ “[...] be abandoned in favour of more general *families* of related and overlapping speech acts” (AUSTIN, 1962, p. 149, grifo do autor).

da proposta austiniana, o alerta manifesto pelo filósofo sobre a necessidade de ter em vista o caráter global do ato de fala. Com efeito, Austin (1962, p. 153, grifos do autor) salienta, como princípio norteador de sua teoria, que “[...] o ato de fala total na situação de fala total é *na verdade o único* fenômeno que, em última instância, deve ser elucidado”.¹⁶ A distinção entre sentido, força e efeito parece, diante de tal declaração, não se estabelecer – senão descritivamente, conceptualmente – com base em limites bem delineados, contraditórios à defesa da natureza performativa do enunciado.

De fato, Austin assinala que as declarações em geral (em princípio, atos locucionários) apresentam potencialmente todas as características de atos ilocucionários, argumentando que, “[...] assim que percebermos não serem as sentenças nosso objeto de estudo, mas a problematização dos enunciados numa situação discursiva, dificilmente poderá haver ainda a possibilidade de não se enxergar que declarar é performar um ato” (AUSTIN, 1962, p. 144).¹⁷

Em contrapartida, o autor nega que enunciados performativos constituam simples declarações, explicando que, embora ao fazer algo, esses enunciados digam algo, é impossível afirmar “[...] que eles não são essencialmente verdadeiros ou falsos como

¹⁶ “[...] the total speech act in the total speech situation is the *only actual* phenomenon which, in the last resort, we are engaged in elucidating” (AUSTIN, 1962, p. 153, grifos do autor).

¹⁷ “[...] once we realize that what we have to study is not the sentence but the issuing of an utterance in a speech situation, there can hardly be any longer a possibility of not seeing that stating is performing an act” (AUSTIN, 1962, p. 144).

são as declarações” (AUSTIN, 1962, p. 145).¹⁸ Essa ressalva formalizante é problematizada pelo próprio Austin, que relativiza as noções de falso e verdadeiro: “A verdade ou falsidade de uma declaração não depende meramente dos significados das palavras, mas do ato que se está performando em determinadas circunstâncias” (AUSTIN, 1962, p. 150).¹⁹

Diante da ambiguidade dessas observações, é o autor mesmo quem esclarece que, como resquício da distinção entre constataivos e performativos e como expressão de uma simplificação reducionista, se ergueu sua proposta de abstrair do ato ilocucionário um conjunto de aspectos supostamente isentos de contingencialidade, isto é, um tipo de declaração idealmente enunciável, sem particularidade de circunstâncias, propósitos e audiência. Para dissolver os vestígios da contradição, assevera ainda que, “[...] em geral, o ato locucionário, tanto quanto o ilocucionário, é apenas uma abstração: todo ato de fala genuíno constitui ambos” (AUSTIN, 1962, p. 152).²⁰

Promovendo a ruptura com as análises logicistas, a teoria dos atos de fala assume uma crítica analítica que deixa de centrar-se na significação (*the meanings of words*, nas palavras de Austin) para voltar-se à enunciação (*the occasion of an utterance*, nos

¹⁸ “[...] that they are not essentially true or false as statements are” (AUSTIN, 1962, p. 145).

¹⁹ “The truth or falsity of a statement depends not merely on the meanings of words but on what act you were performing in what circumstances” (AUSTIN, 1962, p. 150).

²⁰ “[...] in general the locutionary act as much as the illocutionary is an abstraction only: every genuine speech act is both” (AUSTIN, 1962, p. 152).

termos austinianos). Ao lado de Austin, em sua segunda fase, Wittgenstein contribui fortemente, como nos lembra Costa (2007), para que as teorias formais da linguagem percam espaço para a perspectiva pragmática. Segundo a autora, ao abandonar a teoria da figuração em nome de uma abordagem de linguagem ancorada nos usos, nos “jogos’ que os falantes desenvolvem ao porem a linguagem em funcionamento” (COSTA, 2007, p. 36), o filósofo é quem de fato protagoniza a construção desse novo rumo que vinham tomando os estudos da linguagem.

Os jogos na abordagem wittgensteiniana seriam governados, como explica Costa, por regras que “[...] poderiam ser vistas como ‘consensos de formas de vida’, em oposição a ‘consensos de opinião’” (COSTA, 2007, p. 38), como princípios e parâmetros coestabelecidos de maneira não deliberada, constituídos e assimilados na própria prática dos jogos. A essa concepção subjaz, segundo a autora, uma visão de linguagem que extrapola o mérito de dispensar atenção a aspectos ligados aos contextos de uso da língua; ela implica tomar os usos linguísticos como formas de viver. “Entre as formas de viver e a linguagem, existem ‘laços mutuamente constitutivos’. [...] A linguagem é parte da própria realidade, não apenas uma ferramenta usada para projetar essa realidade” (COSTA, 2007, p. 39).

Com efeito, conforme Wittgenstein ([1958] 1996), é na varie-dade, contingencialidade e regularidade dos jogos que a linguagem acontece, não como unidade formal idealizada, mas como forma de vida, atividade real coorientada, fenômeno vital coconstituído, sem apoio de regras rígidas e claras, segundo consensos situados e critérios inextricáveis das práticas dos sujeitos.

Os jogos de linguagem estão aí muito mais como *objetos de comparação*, os quais, por semelhança e dissemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem. Seremos capazes de escapar da injustiça ou do vazio de nossas assertões somente na medida em que considerarmos o modelo como aquilo que é, como objeto de comparação – por assim dizer, como medida; e não como preconceito ao qual a realidade *tem que* corresponder (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 75-76, § 130-131, grifos do autor).

O filósofo avalia a premissa lógica de que outrora compartilhara, a suposição de que há um ideal a ser encontrado na realidade, e propõe uma guinada reflexiva que permita eliminar esse “[...] preconceito de pureza cristalina” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 70, § 108). Critica nossa tendência de pensar o significado das palavras na linguagem como se aquele fosse uma penumbra que acompanha cada uma delas pronta a ser transferida para todos os seus empregos.

A justeza ou plenitude de nossas assertões estariam, portanto, longe de depender dessa penumbra ilusória. Para Wittgenstein, “[...] uma vez que tudo se encontra em aberto, não há também nada para esclarecer” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 75, § 126); além disso, [...] as confusões que nos dão o que fazer originam-se, por assim dizer, quando a linguagem está em ponto morto, não quando ela trabalha (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 76, § 132). Quando em ação a linguagem não se dissocia de nossas práticas, ela as constitui e nelas se realiza.

Nesse sentido, consoante o autor, quando participamos de determinado jogo, não tratamos de fixar as regras, nós nos enleamos nelas com outros participantes enquanto as seguimos; estabelecemos entre nós concordâncias que oferecem constância

ao certo e errado, ao falso e verdadeiro. Como sugere o filósofo, tais concordâncias não implicam coincidência de parecer, mas coordenação consensual das regularidades de conduta.

Como esclarece Martins (2000), sob a ótica wittgensteiniana, a maneira como nos comportamos nos jogos, isto é, o modo como manifestamos nossa observância aos critérios públicos, é que indica se nos compreendemos na linguagem. Segundo a autora, em vez de resultar de uma reconfortante operação uniforme e transsubjetiva, como apregoam os representacionistas, a intercompreensão é para Wittgenstein uma questão de nossa conduta “[...] ser aceita como lance legítimo no jogo da linguagem, ser tomada como adequada no contexto particular em que ela é produzida: na situação particular, segundo os costumes da cultura particular, no momento particular da história etc.” (MARTINS, 2000, p. 34).

Diante de tal entendimento, Martins identifica e destaca na perspectiva do filósofo a noção de ausência de contiguidade entre linguagem e qualquer outra instância. Como explica, o entrelaçamento entre o dizer e o fazer, o dizer e o viver, na proposta dos jogos, pressupõe que a linguagem não representa nenhuma entidade ou plano exterior a ela própria. “Wittgenstein repudia justamente a ideia de que a linguagem e a realidade são dois domínios discretos, autocontidos, havendo a necessidade de uma ‘ponte’ para interligá-los” (MARTINS, 2000, p. 38).

Conforme Araújo (2004), também no pensamento de Donald Davidson a linguagem não é redutível à representação do que quer que seja. Na proposta do filósofo, falar a mesma linguagem quer dizer, como expõe a autora, convergir acerca de teorias provisórias. Elas dizem respeito ao comportamento dos falantes de

produzir tentativas de interpretar ocorrências linguísticas apelando para critérios flexíveis; testando pressuposições, formulando conjecturas, ajustando teorias prévias de acordo com as contingências da elocução.

Ao rejeitar o fundacionalismo das teorias vericondicionais, Davidson sustenta, nas palavras de Araújo (2004, p. 172, grifos nossos), que “[...] a verdade de sentenças e a referência de palavras dependem de uma linguagem não por constrangimento empírico, pois [...] é sempre **numa linguagem** que certos papéis são atribuídos à referência, à verdade e à satisfação”. Como explica Araújo, isso equivale a dizer que a referência é uma questão discursiva. Ao usar a língua é que os falantes constroem interpretações, crenças, desejos, dentro de “[...] um esquema de interpretação, que não é nem arbitrário, nem depende de um conjunto fixo de regras autoaplicáveis” (ARAÚJO, 2004, p. 174). A linguagem, nesse sentido, não recupera nem fixa a referência, pois, além de não constituir instância intermediária, instrumento de representação, ela funciona como processo dinâmico, que permite ajuste a cada enunciação, que é “[...] parte [indissociável] da lida humana com outros e com o mundo” (ARAÚJO, 2004, p. 174).

Como explicita o próprio Davidson (1997), não há razão para supormos que ter uma atitude proposicional implique a existência de uma entidade na mente ou diante dela; as atitudes proposicionais manifestam disposições, como percepções, intenções, dúvidas, anseios, que se constituem na dependência contínua de sua posição em uma rede ampla de outras disposições. Não há, pois, padrão objetivo, impessoal, com o qual co-tejar nossos juízos do racional e do verdadeiro.

Longe de sujeitar-se a padrões definitivos de racionalidade, interpretar requer, para o autor, ajustar aos dos outros nossos padrões de pensamento. Não se trata obviamente de pensarmos todos do mesmo modo, mas de uma questão de estabelecer a racionalidade como coerência, isto é, do exercício do chamado princípio da caridade. Para Davidson (1974, p. 19), [...] nós compreendemos ao máximo as palavras e os pensamentos dos outros quando os interpretamos de uma maneira que otimize o acordo.²¹ O filósofo ressalta que, embora o termo possa sugerir algo distinto, o princípio da caridade nos é imposto: não há alternativa se desejamos dar sentido às disposições e ações dos agentes com quem interagimos. Na intersubjetividade reside, portanto, a base da noção de objetividade. Nesse sentido, o necessário

[...] não é que as pessoas falem da mesma maneira, embora isso servisse. O que é requerido, a base da qual os conceitos de verdade e objetividade dependem para aplicação, é uma comunidade de compreensão, concordâncias entre os falantes sobre como cada um deve ser compreendido. Tais concordâncias consistem em nada mais do que compartilhar expectativas: o ouvinte espera que o falante prossiga como na vez anterior; o falante espera que o ouvinte prossiga como antes. A frustração dessas expectativas significa que alguém não prosseguiu como antes, isto é, como o outro esperava. Dada tal divergência, não há que se dizer quem está errado; isso deve depender do desenvolvimento sequencial ou de observadores adicionais. Mas as expectativas compartilhadas e a possibilidade de sua frustração dão substância à ideia da

²¹ “[...] we make maximum sense of the words and thoughts of others when we interpret in a way that optimizes agreement” (DAVIDSON, 1974, p. 19).

diferença entre estar certo e estar errado, e ao conceito de verdade objetiva (DAVIDSON, 1997, p. 233).²²

Tanto a teoria davidsoniana da racionalidade como coerência quanto a proposta wittgensteiniana dos jogos de linguagem como forma de vida respondem muito bem à crítica de Pinker (2008). Esse linguista confronta a premissa pragmática de que uma palavra não corresponde a uma representação mental alegando que as formas linguísticas ativariam unidades de sentido, ainda que mínimas – como traços semânticos ligados a noções de espaço, tempo, força, substância –, armazenadas no cérebro, de maneira a compor “[...] a estrutura de nossos edifícios conceituais” (PINKER, 2008, p. 101).

Ao autor parece plausível a ideia de que a referência não seja um fenômeno do mundo, mas absurda e caótica a hipótese de que ela resida na própria linguagem, não na mente. A razão disso estaria no fato de que a língua, conforme tal suposição, nas palavras do linguista, “[...] permite aos ouvintes esticar e moldar as palavras de uma frase de modo a encaixar as associações de

²² [...] is not that people speak alike, though that would serve. What is required, the basis on which the concepts of truth and objectivity depend for application, is a community of understanding, agreements among speakers on how each is to be understood. Such agreements are nothing more than shared expectations: the hearer expects the speaker to go on as he did before; the speaker expects the hearer to go on as before. The frustration of these expectations means that someone has not gone as before, that is, as the other expected. Given such a divergence there is no saying who is wrong; this must depend on further development or additional observers. But the joint expectations, and the possibility of their frustration, do give substance to the idea of the difference between being right and being wrong, and to the concept of objective truth (DAVIDSON, 1997, p. 233).

forma a produzir a mensagem mais provável que um falante naquela situação transmitiria” (PINKER, 2008, p. 136).

As palavras de Pinker evidenciam, a nosso ver, uma compreensão da perspectiva pragmática que está longe de alinhar-se àquela que, com Wittgenstein e Davidson, defendemos. Quando fala de “encaixar associações em formas linguísticas” ou de “transmitir mensagem”, Pinker demonstra interpretar o caráter indicial da linguagem não como tal, mas como o resultado de um uso desastrado de uma ferramenta cartográfica, um modo forçado, que beira o equívoco, de atribuir etiquetas inadequadas a entidades predefinidas. Isso está bastante explícito também na tira com que o autor ilustra a maneira segundo a qual “[...] a linguagem é usada no contexto à luz do conhecimento e das expectativas dos falantes” (PINKER, 2008, p. 131):

Imagen 1 – Tira “Monty”



Monty © United Feature Syndicate, Inc.

Fonte: Pinker (2008).

A caricatura expressa na tira é a estratégia que Pinker emprega para discutir quão insólito é refutar uma “[...] estrutura conceitual que exista de forma permanente e que seja subjacente ao

significado de uma palavra” (PINKER, 2008, p. 131). O autor reconhece no texto cômico um fenômeno que ele julga ser a pedra de toque da abordagem pragmática, a polissemia, mas parece interpretá-lo de forma bastante restrita.

Ao indicar que “[...] de alguma maneira parece que configuramos **o sentido apropriado para uma palavra polissêmica** de acordo com seu ambiente dentro da frase e da conversa ou do texto” (PINKER, 2008, p. 132, grifos nossos), Pinker aparenta mais uma vez não compreender (ou não admitir) que, ainda que a polissemia possa ser considerada uma premissa pragmática primordial, ela constitui um fenômeno atribuível não a elementos linguísticos particulares, mas à linguagem; ela é seu modo de operar, não uma conduta desviante. Além de deixar isso evidente, as teses wittgensteiniana e davidsoniana são boas respostas à crítica de Pinker porque demonstram que não precisamos sequer nos preocupar com um sinistro vale-tudo semântico, uma vez que, vivendo na linguagem, construímos sentidos e damos a eles relativa estabilidade consensualmente. Assim, a plasticidade linguística é norma, não exceção, justamente porque é com os outros que pensamos e dizemos o mundo.

Como bem argumenta Wittgenstein ([1958] 1996), não poderíamos aplicar regra nenhuma à suposta conversão privada de um processo psíquico em palavra. As regras estariam, nesse caso, pairando no ar, pois não haveria a instituição de sua aplicação. “Pensar não é um processo sem corpo, que empresta vida e sentido ao falar, e que poderíamos desligar do falar [...]. Não se pode adivinhar como uma palavra funciona. É preciso que se veja a sua aplicação e assim se aprenda” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 149, § 339-340). Conceber a linguagem como expressão do

pensamento seria, segundo o autor, como admitir que pessoas que nunca se tivessem comunicado fossem capazes de falar uma língua íntima, privada.

O fato de a resposta à pergunta pelo significado da expressão não ser dada com a descrição, induz, por conseguinte, à conclusão de que entender é uma vivência específica, indefinível. Esquece-se, porém, que o que nos tem de interessar é a questão: como comparamos essas vivências; o que fixamos como critério de identidade do acontecimento (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 144, § 322).

De acordo com Martins (2012), ao nos convidar a reconhecer na linguagem esse conjunto de práticas que, em vez de representar, forjam provisoriamente nossas partições psicológicas, ontológicas, éticas, estéticas etc., Wittgenstein nega a existência de “[...] um inefável compreendido como *região ignorada*, como um *espaço exterior* que ultrapassaria as fronteiras da linguagem” (MARTINS, 2012, p. 101, grifos da autora). Todavia, conforme ela alerta, não quer isso dizer que seja a linguagem espaço cômodo, pacífico, isenta do estranho, inexplicável, incomprendido (nenhuma forma de vida é). A autora enfatiza que a própria escrita wittgensteiniana é testemunha do contrário, como percebemos “[...] nas quebras abruptas, na confusão das vozes, na reticência sonegadora das perguntas, [...] nas afirmações retumbantes ironizadas mas nunca inteiramente descartadas, nas alusões vagas, nas composições fragmentárias e descontínuas” (MARTINS, 2012, p. 103).

Esse testemunho manifesta, consoante salienta Martins, um estranho que, “[...] em certo sentido, promete resistir à

intelecção” (MARTINS, 2012, p. 104), sem contudo evocar a busca compulsiva por um interior oculto a se revelar, pois, como práxis, a linguagem não suporta a dicotomia entre “um dentro” e “um fora”, liberto, expresso.

O estranho, o inexplicável, o incompreendido não são agora descritos – não mais convocam revelações, pois nada está oculto, ou se reduzem a expressões, pois nada há a expressar: deixam-se reconhecer no comum, sem se deixar compreender. E reconhecer no comum o estranho não é aqui torná-lo conhecido: com sorte, é, muito ao contrário, uma ocasião para nele persistir – experimentar seus riscos, suas oportunidades (MARTINS, 2012, p. 104).

Longe de ser um problema bem resolvido no seio da linguística, a relação linguagem-pensamento esteve sempre a se imiscuir na preocupação humana com o conhecimento da realidade. Segundo Blikstein ([1983] 2003), a hipótese da modelagem linguística do universo não livrou a significação da necessidade de recorrer a uma dimensão anterior à experiência verbal, a “[...] *percepção-cognição*, onde justamente se fabricariam os referentes/objetos mentais/unidades culturais” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 39, grifo do autor).

A famigerada hipótese sapir-whorfiana é referida por Blikstein como basilar na tendência de considerar a língua como organizadora da estrutura conceitual do mundo. A hipótese, conforme a qual “[...] categorias mentais como o tempo, o espaço, o sujeito e o objeto são explicadas pelas estruturas linguísticas” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 41), influenciou o trabalho de muitos linguistas, fomentando a ideia de que a palavra antecede o pensamento, e os significados das coisas não existem fora da linguagem.

De acordo com Blikstein ([1983] 2003), a assunção irrefletida dessa hipótese deixa obscuro um imprescindível aspecto do mecanismo de significação, a experiência perceptiva. O autor argumenta que nosso sistema perceptual estaria aparelhado de uma práxis (prática social) que o habilitaria a transformar a realidade em referente. Noutras palavras, nossa percepção da realidade seria atravessada por mecanismos cognitivamente desenvolvidos a partir das condições sócio-históricas do momento e lugar que compartilhamos.

A tese bliksteiniana é a de que a práxis opera na percepção-cognição “[...] gerando conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos, na dimensão cinésica e proxémica [...], independentemente da ação e do recorte da linguagem linear” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 66); haveria assim uma semiose não verbal eclipsada pela primazia atribuída à linguagem. Por outro lado, Blikstein admite que, diante de nossa crescente imersão nos processos de socialização, “[...] nossa percepção-cognição vai-se amoldando, em geral, à lógica linear discursiva e é muito difícil pensar o mundo de outra maneira” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 68).

Como explica o autor, não havendo outra forma de capturar essa semiose enredada na dimensão da práxis, recorremos à língua para materializá-la. Esta, por sua vez, interage com a práxis e a reitera, afetando nossa experiência perceptocognoscente e modelando, portanto, o referente, isto é, fabricando a realidade.

O dinamismo do esquema proposto por Blikstein reforça a desconstrução da ideia do real apriorístico, discretizado, e oferece coerência à explicação da relação entre linguagem, cognição e realidade apresentada pelo autor. Em contrapartida, observamos que

essa explicação preserva em certa medida a noção da existência de uma espécie de dimensão anímica (ainda que socialmente motivada) dotada de propriedades peculiares para captar a instrução do meio e, portanto, fabricar representações.

Sem conseguir livrar-se da recorrência ao conceito de representação, a proposta bliksteiniana enquadra a experiência perceptiva como um modo de organizar o miolo difuso presente no domínio das interações produzindo imagens redutíveis ao organismo, isto é, a nosso domínio fisiológico, garantindo nele um lugar para a mente. Alertando-nos contra a armadilha epistemológica que a nosso ver apanha Blikstein, Magro (2000), apoiada nos estudos do biólogo Maturana, em sua biologia do conhecer, assevera:

Para explicar cognição e linguagem, não precisamos trazer para dentro de nós, sob a forma de representações de quaisquer naturezas, o que vivemos em nossas interações, nem os mundos que nelas constituímos, embora esses dependam claramente de nossa corporalidade, a cada instante [...] (MAGRO, 2000, p. 272).

De acordo com Magro (1999b), em vez de constituir uma entidade psíquica transcendente, a mente é o próprio espaço relacional, interativo, no qual desempenhamos nossas atividades, recorrentes e recursivas. Assim, conforme esclarece a mesma autora (1998), perceber não é captar os traços de uma realidade externa para constituir representações internas a serem posteriormente computadas; nem sequer existe uma dimensão interna, um sistema cognitivo aparelhado de conceitos apriorísticos a ditar de que modo deve ser o mundo percebido.

Como um ato cognitivo, *perceber* nos envolve em nossa corporalidade e em nossa história de seres linguajantes num meio, entrelaçando linguagem e emoção no conversar, como um modo de vida especificamente humano. É nesse conversar que criamos os objetos, distinguindo-os e nomeando-os, e passando posteriormente a tratá-los como independentes dos atos pelos quais os trouxemos à existência (MAGRO, 1998, p. 180, grifo da autora).

Compreendemos, pois, que a experiência perceptiva e a linguagem, o linguajar, nos termos de Maturana, não se desenvolvem em dimensões desmembráveis, como verificamos ocorrer no esquema explicativo de Blikstein. Como observadores linguajantes, perceber e explicar coordenadamente é o nosso modo de estar no mundo.

O movimento que aqui discutimos, mediante o recorte teórico a que procedemos neste estudo, partiu de ramos do conhecimento diversos em direção à desestabilização da ideia de representação como reprodução, cópia, reflexo. Seus impactos foram significativos, a nosso ver, para a compreensão da complexa e enigmática relação entre linguagem e realidade e ensejaram como caminho possível a construção da noção de recursão, de que tratamos na próxima subseção.

O VIVER NA LINGUAGEM: RECURSÃO NAS COORDENACÕES CONSENSUAIS DE AÇÕES

Para discutir o conceito de recursão proposto por Maturana na biologia do conhecer, vale a pena determo-nos inicialmente

em algumas ideias com base nas quais o autor fundamenta sua teoria explicativa do nosso viver na linguagem. A primeira delas diz respeito à determinação estrutural. Segundo o biólogo, “[...] na vida cotidiana, estamos imersos na experiência de nos movermos com sistemas determinados estruturalmente” (MATURANA, 2001, p. 73).

As interações desencadeiam nesses sistemas mudanças determinadas por sua organização e estrutura. Por “organização”, Maturana (1997) comprehende a participação instrumental dos componentes na definição da identidade de classe de um sistema e na determinação de suas propriedades. Já por “estrutura”, o autor entende os componentes e as relações efetivas entre eles que realizam o sistema como uma unidade particular.

Para ilustrar a distinção, Maturana (2001, p. 76) observa que a organização de uma mesa são as relações entre seus componentes que a definem como tal, mas “[...] os componentes e relações entre componentes particulares que fazem esta mesa e não outra constituem a estrutura”. Assim, se a mesa é cortada pela metade, o que se perde é a organização; houve mudanças estruturais sem que a organização fosse conservada. Por outro lado, se em virtude de um propósito hipotético uma das pontas da mesa é serrada, a mesa deformada continua sendo mesa; sua estrutura foi alterada sem perda de organização.

Então, o que acontece ao ser vivo ao longo de sua história individual? O que lhe acontece é que vai estar vivo até morrer – óbvio, parece uma afirmação completamente trivial. Sim, é óbvia. No entanto, é profundamente reveladora. E é reveladora porque o que ela diz é que a ontogenia ou história individual de qualquer ser vivo necessariamente

transcorre sob condições de conservação de organização, porque no momento em que não se conserva a organização, ele morre (MATURANA, 2001, p. 77).

As alterações de estrutura sem perda de identidade são categorizadas por Maturana (1997) como mudanças de estado; as transformações estruturais com perda de identidade, como desintegração. O autor explica que tanto as mudanças de estado quanto as desintegrações sofridas por um sistema nas interações são desencadeadas, mas não especificadas, pelo agente perturbador ou desintegrador. É a estrutura que especifica que relações devem surgir entre os componentes a partir das interações e mudanças de estado desencadeadas e que configurações de propriedades do meio podem perturbar ou desintegrar o sistema.

Conforme o biólogo, se o agente com o qual o sistema interage é que especificasse o estado por ele assumido como resultado da interação, em vez de estruturalmente determinado, esse sistema seria aberto à instrução. Mas o que ocorre durante a ontogenia de qualquer sistema determinado estruturalmente (vivo, social ou artificial) é que, fechado em sua dinâmica de estados, de correlações internas, ele sofre alterações não porque recebe, absorve ou acumula informação do meio, mas porque reage à perturbação que nele o meio desencadeia.

Como explicam Maturana e Varela (1995), ao operar como um sistema dinâmico independente, com uma estrutura particular, o meio na interação com uma unidade sistêmica é também perturbado. “O resultado será uma história de mudanças estruturais mútuas, desde que a unidade autopoietica e o meio não se desintegrem. Haverá um acoplamento estrutural” (MATURANA;

VARELA, 1995, p. 113). A noção de acoplamento estrutural refere-se ao processo contínuo de seleção e desencadeamento recíprocos de mudanças estruturais numa história de interações.

É a esse acoplamento que, segundo os autores, se devem o modo de funcionamento dos sistemas vivos e a posição por eles assumida a cada instante. Por sua vez, a interdependência entre esses sistemas e o meio se estabelece por serem eles unidades autopoieticas. Como entidades autônomas, visto que especificam suas próprias leis, os sistemas vivos conservam sua organização mantendo-se em contínua autoprodução. Nesse processo se apoia o conceito de autopoiese. “Um sistema vivo estruturalmente plástico ou opera como um sistema homeostático determinado estruturalmente, que mantém invariante sua organização sob condições de contínua mudança estrutural, ou ele se desintegra” (MATURANA, 1997, p. 135).

Quando a partir das interações um sistema determinado estruturalmente passa por mudanças de estado que implicam transformações não apenas em suas relações, mas também em seus componentes, como é o caso dos organismos com sistema nervoso, ele é dotado, como expõem Maturana e Varela (1995), de plasticidade. Isso importa sobretudo porque a possibilidade de plasticidade estrutural de um sistema é fundamental no domínio cognitivo.

Segundo os autores, a ontogenia dos sistemas vivos, de modo geral, depende de sua estrutura e de sua história de acoplamento estrutural, mas nos organismos dotados de sistema nervoso há uma expansão dos domínios de interação (pelo acoplamento das superfícies sensoriais e motoras). Todo sistema nervoso, em maior ou menor grau, apresenta plasticidade, que se explica

[...] pelo fato de os neurônios não estarem interligados como se fossem cabos com suas respectivas tomadas. Os pontos de interações entre as células são delicados equilíbrios dinâmicos, modulados por um sem-número de elementos desencadeadores de mudanças estruturais locais. Estas são produzidas pela atividade dessas mesmas células e de outras cujos produtos viajam pela corrente sanguínea e banham os neurônios, tudo como parte da dinâmica de interações do organismo em seu meio (MATURANA; VARELA, 1995, p. 196).

De acordo com Maturana e Varela, ao empreender esse processo contínuo de mudanças para, a cada interação efetuada, manter-se congruente com as transformações do meio – ou seja, para adaptar-se –, o organismo, com seu sistema nervoso, acoplado ao meio, seleciona as alterações estruturais que lhe permitem continuar operando sem desintegrar-se, isto é, conservar-se autopoieticamente. “Em outras palavras, a ontogenia de um indivíduo é uma deriva de mudanças estruturais com *conservação de organização e adaptação*” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 137, grifos dos autores).

Sob essa ótica, todo conhecer depende da estrutura do conhecedor. É na clausura operacional do organismo nos domínios de acoplamento estrutural que os processos cognitivos estão fundados, não em supostas representações erigidas pelo sistema nervoso ao captar informações. Em vez de captar o que quer que seja, este “[...] produz um mundo ao especificar que configurações do meio são perturbações e que mudanças estas desenca-deiam no organismo” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 195).

Prescindir da representação não implica, na biologia do conhecer, negar o meio circundante e legitimar a autonomia solipsista da cognição, como sempre temeu a tradição filosófica

clássica, porque, ao passo que é refutada a objetividade de um mundo cognoscível, há a premissa de que nós, como sistemas vivos, não operamos num vácuo, mas num meio que nos é comensurável em razão de nossa história de acoplamento estrutural. A regularidade do mundo não se dá com base em referências independentes de nós a assegurar a estabilidade absoluta daquilo que experimentamos, mas se estabelece a partir das coerências perceptivas resultantes de nossa história biosocial, de interações recorrentes nas quais coordenamos consensualmente os comportamentos que geramos.

“Quando dois ou mais organismos interagem recursivamente como sistemas estruturalmente plásticos, cada um deles vindo a ser um meio para a realização da autopoiese do outro, o resultado é um acoplamento estrutural ontogênico mútuo” (MATURANA, 1997, p. 146). O domínio de condutas encadeadas que compõem essa história recursiva decorrente do acoplamento ontogênico recíproco é referido por Maturana como domínio consensual.

Para o autor, o consenso não diz respeito à coincidência manifesta dos interactantes na ação coordenada; ele é efeito “[...] da convivência das transformações dos participantes na convivência” (MATURANA, 2001, p. 71), isto é, da coordenação em interações recorrentes das condutas geradas, a partir das mudanças estruturais desencadeadas pelas perturbações, no curso particular da ontogenia dos interactantes. Além dessa coordenação comportamental nas interações recorrentes, o domínio consensual abrange a “[...] coordenação comportamental recursiva sobre a coordenação comportamental” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 71), o que faz da linguagem uma conduta que tem lugar nesse domínio.

Consoante Maturana (2001), o operar na linguagem é o fluir na recursão das coordenações de ação. A recursão é um fenômeno que remete à história de interações recorrentes, não como repetição de condutas sociais precedentes, mas como operação de coordenação de consensos prévios. Consistindo nesse fluir recursivo, a linguagem não é uma habilidade circunscrita ao sistema nervoso dos falantes, tampouco é um conjunto abstrato de relações entre símbolos. Como salienta o autor, nenhum comportamento, gesto, som ou postura particular constitui por si elemento linguístico, muito menos são esses elementos dotados de conteúdo, com significados apensos; as palavras são modos de coordenar ações e coordenações consensuais de ações.

Nessa perspectiva, não resta espaço, pois, para qualquer relação de contiguidade entre mundo, linguagem e ser. Conforme reforça Maturana (1997), o conteúdo de um linguajar está no próprio fluir das coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações. Os seres linguajantes, por sua vez, ao operar na linguagem, desencadeiam uns nos outros mudanças de estado que modulam suas respectivas dinâmicas estruturais.

Dito de outro modo, as palavras constituem operações no domínio de existência, como seres vivos, dos que participam na linguagem, de tal modo que o fluir de suas mudanças corporais, posturas e emoções tem a ver com o conteúdo de seu linguajar. Em suma, o que fazemos em nosso linguajar tem consequências em nossa dinâmica corporal, e o que acontece em nossa dinâmica corporal tem consequências em nosso linguajar (MATURANA, 1997, p. 168).

Esse enleio entre cognição, linguagem e ontogenia, esse vínculo mutuamente constitutivo que ata essas instâncias, é nas palavras do biólogo o suceder do viver na linguagem. Na conservação transgeracional desse modo de vida, que começou há três milhões de anos, “[...] nós explicamos nossas experiências com nossas experiências e com as coerências de nossas experiências” (Maturana, 2001, p. 191), e é esse o fundamento da realidade; “[...] explicamos nosso viver com nosso viver” (Maturana, 2001, p. 191).

Demo (2002) identifica na biologia do conhecer um construtivismo excessivo, alegando que a realidade não teria na proposta de Maturana qualquer efeito relevante nos domínios explicativos. A nosso ver, ao estabelecer como condição existencial *sine qua non* o acoplamento estrutural em que com o meio estamos implicados e a partir do qual se produz uma história de interações recurrentes nas quais se desencadeiam perturbações e mudanças de estado recíprocas, a tese do biólogo não atribui à realidade o *status* de ficção; ela incorpora ao nosso operar na linguagem aquilo que reconhecemos consensualmente como real.

Se por excesso de construtivismo Demo entende o insinuar-se de um solipsismo obscuro, discordamos desse ponto de vista por compreender que produzir o mundo na biologia do conhecer não é um processo privativo nem deliberado. Não é nem mesmo posterior à nossa ontogenia; está a ela entrelaçado, assim como ao nosso modo de viver, em recursão nas coordenações de ação.

Outra crítica do autor dirigida a Maturana refere-se à ênfase no caráter performativo da linguagem, à tese de que na linguagem como tal, fora dos domínios explicativos não haveria símbolos. Para Demo, essa postura, que considera exagerada,

impediria “[...] Maturana de perceber na linguagem algo mais que a coordenação de ação, como seria o mundo semântico simbólico” (DEMO, 2002, p. 78).

De nossa parte, destacamos na concepção do biólogo a pertinência de problematizar “[...] um sistema de comunicação simbólica a respeito de entes que existem com independência dos que se comunicam” (MATURANA, 2001, p. 44), pois é no sentido de pôr em causa uma visão de língua cartográfica que Maturana afirma não serem os símbolos elementos intrínsecos à linguagem; para o biólogo, as palavras são como nós (entroncamentos) no fluir das coordenações de ação porque a simbolização é um processo secundário daquilo que surge como um fenômeno particular da convivência.

Demo (2002) alega ainda haver exagero no fato de ser a perspectiva biológica na proposta de Maturana a única referência decisiva, uma vez que a existência se constrói com base no determinismo estrutural dos seres vivos, que em si mesmos produzem correlações internas sem assimilar nenhuma dinâmica a vir de fora. Também quanto a esse aspecto, compreendemos sob outro ângulo a biologia do conhecer.

Parece-nos bastante razoável incluir o ser humano como ser vivo, seu mecanismo gerativo, nas explicações sobre a linguagem e a cognição. Se é em acoplamento com o ambiente que desenvolvemos nossa existência, nossas mudanças estruturais, embora por nós determinadas, na dinâmica de relações entre nossos componentes (domínio fisiológico), são desencadeadas na interação com agentes perturbadores, na dinâmica de relações entre nós e o meio (domínio comportamental). A recorrência histórica dessa dinâmica de primeira e segunda

ordem constitui nosso(s) mundo(s). Sustentando a não redutibilidade desses domínios fortemente vinculados, o fisiológico e o comportamental, Maturana (2001, p. 62) assevera que não é possível afirmar que a fisiologia explica a conduta e, no entanto, é válido dizer que, “[...] sob tais e tais condições fisiológicas, o resultado é a conduta”.

Concordando com as considerações de Magro (2000, p. 271) a esse respeito, ressaltamos que

[...] tudo o que acontece num domínio modula o que ocorre no outro, e vice-versa, num processo contínuo, histórico e recursivo. Isto nós sabemos experencialmente, quando uma dor de cabeça, ansiedade ou nervosismo pode desaparecer como fruto de algum encontro feliz, ou, ao contrário, quando nosso organismo se altera com batimentos cardíacos inesperados, com elevação da pressão arterial, com baixa da atividade de nosso sistema imunológico ao vivermos conflitos indesejáveis, alterando-se consecutivamente todas as nossas interações no meio. Ainda, sabemos que no fluir de nossas modificações fisiológicas estruturais, que incluem variações hormonais e emocionais, ou ainda como resultado da ingestão de medicamentos ou drogas, o que podemos viver em nossas interações varia significativamente. Reduzir o que ocorre num domínio ao outro dificulta esta observação em termos do próprio fluir da existência. Ainda, dificulta a apreciação de nossa dinâmica corporal e interacional como partícipes simultâneas e indeléveis na constituição daquilo que vivemos a cada instante como nossa realidade, como processos cognitivos e interpretativos, na linguagem. Para explicar cognição e linguagem, não precisamos trazer para dentro de nós, sob a forma de representações de quaisquer naturezas, o que vivemos em nossas interações, nem os mundos que nelas constituímos, embora esses dependam claramente de nossa corporalidade.

Essa corporalidade, que, conforme Maturana (2001), consiste fisiologicamente na condição de possibilidade do sistema vivo, na circunstância de nossa conservação autopoietica, tem ao mesmo tempo seu processo de constituição continuamente modulado pelo fluir de nosso viver no domínio da conduta, em que funcionamos como totalidade. O entrelaçamento recursivo das nossas transformações corporais e das coordenações consensuais de ações que operamos na linguagem faz, assim, de nossa ação no mundo tanto um movimento constituinte quanto uma estratégia de conservação de nossa identidade humana.

Ao apresentar a noção de recursão nas coordenações de ação, a biologia do conhecer fomenta a ideia de que cognição e linguagem não se dissociam de nossa ontogenia. Trata-se de uma concepção que prescinde da ancoragem dos sentidos, seja num mundo de essências e entidades apriorísticas, seja na mente como universo de representações, estabelecendo, segundo nosso entendimento, coerência com a abordagem sociocognitivista.

TRAJETÓRIA DE UM REAL CONSTRUÍDO

Em consonância com a linha argumentativa que vimos tecendo, nosso percurso metodológico está apoiado no pensamento resultante da crise do paradigma científico clássico, que provocou a “[...] dissolução dos discursos homogeneizantes e totalizantes na ciência” (SCHNITMAN, 1996, p. 17). Esse pensamento implica, conforme Demo (2002, p. 46), admitir que “[...] captar o real é ‘escaramuça’ sempre incompleta”. Ocorre que, “[...] como não podemos ver a realidade de fora ou de cima, o que vemos de dentro nunca será suficiente para exararmos qualquer palavra final” (DEMO, 2002, p. 47).

Essa concepção de realidade e ciência, que põe em causa a objetividade e impõe limites ao nosso conhecer, não aponta, como poderia concluir o olhar cético, para o fim do fazer científico. Segundo Demo (2002), a falsa impressão de que o avanço da ciência reduziria, ironicamente, o saber sobre o real está fundada “[...] no eco modernista que a tudo pretende devassar”

(DEMO, 2002, p. 38). Entretanto, “[...] saber que a realidade não tem fundamento último já é saber muito sobre ela, embora saibamos mais o que não é do que o que é” (DEMO, 2002, p. 38).

Demo (1995) já chamava atenção, nesse sentido, para o processo reconstrutivo em que consiste a lide científica. Como seres condicionados, limitados no tempo e espaço, produzimos interpretações também condicionadas. “Todo conhecimento está baseado em pré-conhecimento, em tradições herdadas, em pontos de partida ligados a mundivisões subjetivas [...]. No fundo, nunca colocamos uma pergunta se nada sabemos da resposta. Se nada soubéssemos da resposta, nada teríamos a perguntar” (DEMO, 1995, p. 31).

Nossa problematização do real é assim uma hipótese que construímos a partir do enquadramento necessário do dado nos consensos sempre provisórios da ciência, “[...] porque um dado não fala por si, mas pela boca de uma teoria. O dado não é em si evidente, mas feito evidente no quadro de referência em que é colhido” (DEMO, 1995, p. 133).

Em conformidade com essa perspectiva, de uma empiria necessariamente aparelhada, elaboramos a indagação central de nossa pesquisa com base na hipótese de que o discurso autorreflexivo presente nos romances de Clarice Lispector remete às noções teóricas que sustentam a concepção sociocognitivista de linguagem. Com o intuito de investigar essa questão, delimitamos propósitos específicos em que problematizamos a manifestação, na escrita autoconfrontadora clariciana, do que consideramos pressupostos significativos desse modo de conceber nossa ação discursiva sobre o mundo.

CONTINGÊNCIA NO CONHECER E RACIOCÍNIO ABDUTIVO

Tendo em vista que a formulação de nossa hipótese brotou, de início, de uma motivação espontânea, desencadeada pela observação assistemática do discurso autorreflexivo clariciano, o qual despertou em nós uma conjectura intuitiva a que demos posteriormente os tratos racionais do olhar teórico que fomos construindo em nossa formação acadêmica, ressaltamos que não se tratou de testagem o caminho investigativo que percorremos. A par de que tanto a ciência quanto o discurso são espaços labirínticos e panoramas opacos, pre-víramos desde o início esperarem-nos nessa trajetória contradições, frustrações e epifanias, as quais de fato transformaram nossa compreensão do problema, provocando um ajuste adaptativo de nossas hipóteses nos moldes do movimento em espiral que caracteriza o raciocínio abdutivo,²³ que adotamos como método.

²³ De acordo com Silva (2007), Peirce introduz o conceito de abdução, oferecendo à comunidade de investigação universal um modo extremamente poderoso e fecundo de pensar a descoberta científica. A autora afirma que, na proposta desse estudioso, “a abdução é encarada como o terceiro tipo de inferência susceptível de ser dado numa forma silogística [...], para além da dedução e da indução formalizadas por Aristóteles” (SILVA, 2007, p. 2). De fato, conceituando a abdução como “o processo de formação de uma hipótese explanatória” (PEIRCE, 2003, p. 220), Peirce argumenta que a validade da inferência abdutiva corresponde à simples sugestão de “que alguma coisa *pode ser*” (PEIRCE, 2003, p. 220, grifos do autor); não indica uma conclusão segura deduzida com base na avaliação vericondicional das premissas, como a inferência dedutiva, nem a operacionalidade de uma predição confirmada a partir de verificações experimentais, tal qual a inferência indutiva. Como assevera o autor, a abdução é, nesse sentido, “a única operação lógica que apresenta uma ideia nova, pois a indução nada faz além de determinar um valor, e a dedução meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese pura” (PEIRCE, 2003, p. 220).

Leite (2007, p. 148) destaca o potencial do raciocínio abdutivo “[...] como processo inferencial criativo, de grande contribuição para as ciências e as artes”. Segundo explica o autor, conforme compreendemos em Barros (2014, p. 41), o primeiro passo desse método “[...] envolve a formulação de hipóteses que, após testadas em uma fase exploratória, podem ser suspensas a partir de uma quebra de expectativa e reformuladas numa tentativa de adequação perceptual”.

Ao ressaltar a aplicabilidade do método abdutivo em investigações orientadas sob o paradigma indiciário de ciência, centrado nos resíduos e dados marginais que podem numa pesquisa assumir relevância, Suassuna (2008, p. 366) argumenta que, guiado por esse tipo de método, “[...] o pesquisador não há de esperar a repetição de certas ocorrências, mas deve interpretá-las no que elas têm de relevante ou significativo para explicar aquilo que se quer compreender”.

Como acrescenta a autora, a partir das interconexões estabelecidas entre teorias, hipóteses, dados e enfoques, o pesquisador produz um movimento progressivo, ao longo do processo de investigação, com “[...] sucessivas definições de análise e focalização dos dados, conforme se evidencia a sua relevância para o debate sobre o tema em questão” (SUASSUNA, 2008, p. 359). Esse movimento, por seu turno, permite a apreciação do objeto construído em sua complexidade constitutiva.

Consoante salienta Demo (2002), embora no fazer científico tenhamos apreço pelo ordenamento sistemático dos fenômenos, todo conhecimento é ambivalente. Por não serem lineares os fenômenos nem o pensar, a reconstrução permanente é um modo razoável de lidar com a imprevisibilidade do devir.

Sob esse ângulo, a noção de resolver problemas deixa de ser entendida como a proposta de nos livrarmos deles. “Nossas soluções científicas são sempre parciais, não por defeito, mas por constituição epistemológica (nossos argumentos não se concluem) e ontológica (a realidade não tem ponto final)” (DEMO, 2002, p. 131).

Também chamando a atenção para esse caráter de incompletude na produção do conhecimento, Minayo (2009, p. 26) descreve a pesquisa qualitativa como um “[...] processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações”. Promovendo a renúncia à ansiedade positivista de produzir verdades peremptórias, a “[...] dinâmica disruptiva do conhecimento” (DEMO, 2002, p. 132) provoca o redimensionamento da tarefa do pesquisador, conduzindo-o a uma prática investigativa que se consolida não como o desvendar de um enigma com base em evidências, mas como o interpelar problematizador dos dados, com seus contornos imprecisos e arranjos inconclusos.

Nosso estudo pautou-se em uma metodologia de investigação coerente, a nosso ver, com as orientações desses teóricos, às quais acrescentamos a reflexão que Marcuschi (2010, p. 152) apresenta ao discutir as especificidades dos métodos adotados na pesquisa qualitativa, a de que “[...] um pesquisador não é um missionário da ciência que deve, a todo custo, provar alguma coisa, ou seja, nem tudo em pesquisa se resume a comprovar uma dada hipótese”. Dessa forma, com a pretensão de realizar um estudo de natureza aplicada, examinamos os aspectos da sociocognição que supomos manifestarem-se nos romances de

Clarice, “[...] tendo como resultado um conjunto de análises qualitativas esclarecedoras” (MARCUSCHI, 2010, p. 152).

No que tange ao caráter qualitativo, o assumimos em nossa pesquisa com base em aspectos descritivos que, amparando-se em Monteiro (1991) e Minayo (2000), Suassuna expõe. De acordo com o que cita a autora, há no estudo qualitativo prevalência do processo sobre o produto; a opacidade do real obriga o pesquisador a penetrar suas bordas com olhar abrangente e flexível de modo a divisar novas formulações numa aproximação reconstitutiva do objeto.

Segundo comenta ainda Suassuna (2008, p. 354), “[...] modernamente, depois de um período em que as abordagens quantitativa e qualitativa eram vistas de forma dicotômica, muitos epistemólogos e pesquisadores vêm propondo que as duas se articulem em benefício das análises daí resultantes”. Assim, alinhando-nos a essa tendência observada nas pesquisas atuais, de superação do dualismo metodológico entre qualidade e quantidade, demos atenção também a relações quantitativamente indicadas nos dados coletados que demonstraram relevância para o processo de compreensão do objeto.

Quanto à natureza aplicada, ressaltamos que, embora a preocupação teórica integre de modo inextricável o problema abordado nesta obra, buscamos com ela produzir conhecimentos que se aplicam à compreensão de uma questão específica – a possível manifestação de uma concepção de linguagem num discurso particular – sem pretensões de estabelecer verdades universais ou atender a interesses gerais. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a produção de conhecimentos voltada a fins singulares e o cunho local das verdades construídas e dos interesses

envolvidos caracterizam a pesquisa aplicada, do ponto de vista da sua natureza.

Além disso, ao buscarmos responder às indagações propostas no estudo recorrendo a campos de conhecimento diversos em função da complexidade do objeto, desempenhamos um modo de operar que, segundo Fabrício (2006), caracteriza o processo de reconstrução da linguística aplicada não como perfil disciplinar bem delimitado, mas como diálogo transfronteiras, a mobilizar regimes de verdade estabilizados em áreas distintas, desfamiliarizando os sentidos nelas constituídos.

Contribuir com a consolidação desse perfil frouxamente demarcado importa porque, como salienta Morin ([1982] 2005), as articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas e tipos de conhecimento refletem o risco de um neo-obscurantismo generalizado. Segundo o autor, ao ignorar tudo aquilo que não concerne a sua disciplina, o especialista ostenta “[...] uma reclusão disciplinar, hiperdisciplinar, na qual [...] é proprietário de um magro território que compensa a incapacidade de refletir nos territórios dos outros com uma interdição rigorosa, feita ao outro, de penetrar no seu” (MORIN, [1982] 2005, p. 79). Esse comportamento deixa de reconhecer a unidade multidimensional dos problemas humanos, cuja complexidade requer “[...] um pensar que transcenda a ordem dos saberes constituídos e da trivialidade do discurso acadêmico” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 23).

Romper com essa trivialidade demanda, conforme Morin ([1982] 2005), aceitar a contradição e a incerteza – que comumente se mostram na tentativa de racionalizar o que não é racionalizável, a realidade antropossocial – não como indicativos de

erro, mas como evidências do emaranhado de aspectos e relações de que nossa lógica não dá conta. Consoante adverte o autor, não se trata de querer “[...] dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões” (MORIN, [1982] 2005, p. 177). Nesse sentido complexidade e completude não se confundem. Como explica Morin, admitir a complexidade dos fenômenos é compreender que há articulação, identidade e diferença entre as partes constitutivas do todo, de maneira que cisões simplificadoras e somas redutoras apenas camuflam o princípio de incompletude inerente aos problemas e ao pensar complexos bem como os “[...] mal-entendidos fundamentais” (MORIN, [1982] 2005, p. 176) que eles suscitam.

Assumir essa postura mutilante é, pois, ter esterilizada a reflexão. Em defesa de um pensar que incorpore a errância e o risco da reflexão, Morin, Ciurana e Motta (2003) argumentam que um método de investigação não se reduz a uma atividade programática ou a uma técnica de produção de conhecimento, pois isso seria crer numa forma *a priori* de eliminar a incerteza. De acordo com uma concepção menos pretensiosa, como ensaio de estratégias para responder a essa incerteza, “[...] o método é o que ensina a aprender. É uma viagem que não se inicia com um método; inicia-se com a busca do método” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 29). Na mesma perspectiva dos autores, seguimos, no desenvolvimento de nossa pesquisa, em vez de um programa, um percurso que permitiu nossa aproximação com o objeto enquanto se delineava (gerando e gerando-se), numa trajetória em que se puseram à prova estratégias que se revelaram “[...] frutíferas ou não no próprio caminhar dialógico” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 31).

O DISCURSO AUTORREFLEXIVO NA LITERATURA CLARICIANA

Como nossa suposição era a de que os pressupostos sociocognitivistas insinuavam-se no discurso autorreflexivo presente nos nove romances de Clarice, coletamos nossos dados a partir de releituras de cada uma destas obras: *Perto do coração selvagem*; *O lustre*; *A cidade sitiada*; *A paixão segundo G.H.*; *A maçã no escuro*; *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*; *Água viva*; *A hora da estrela*; *Um sopro de vida*.

Em todos esses romances, a crise em torno da linguagem aparece de alguma forma, afigindo, desapontando, aprisionando, surpreendendo ou desafiando os personagens criados pela escritora:

Em *A maçã no escuro*, Ermelinda e Vitória, como Martim, se veem às voltas com o desafio de organizar a alma em palavras; em *A hora da estrela*, Macabéa adivinha nos significados que desconhece a solidez que falta à sua existência; em *Um sopro de vida*, o “Autor” (narrador-personagem) chega a inventar a personagem “Ângela Pralini”, seu contraponto, para que ela enfrente em seu lugar a temida cilada das palavras; em *Água viva*, a protagonista resigna-se à indicialidade da linguagem, fazendo um apelo para que seu interlocutor compreenda o que ela não diz quando diz; em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, Lóri se debate entre a ilusão de plenitude do silêncio e a confusão imprescindível das palavras; em *A paixão segundo G.H.*, a protagonista experimenta um transe epifânico que lhe revela a linguagem como uma dimensão, e não como um instrumento, da consciência; em *A cidade sitiada*, Lucrécia aceita a linguagem dos outros para mentir suas verdades; em *O lustre*, Virgínia crê na expressão de uma essência que prescinde ou que se dá apesar das palavras; em

Perto do coração selvagem, Joana não confia nas palavras por saber que elas não são passivas (BARROS, 2014, p. 12).

A reflexão sobre a linguagem toma a forma, na literatura claricana, daquilo a que Nunes (1995, p. 145) se refere como uma escritura autodilacerada, um dizer conflituoso, assombrado pelo emudecimento e esvaziamento, “[...] que problematiza, ao fazer-se e ao compreender-se, as relações entre linguagem e realidade”.

Obstinadamente tematizado, esse dilaceramento se opera, conforme explica o autor, pelos desvios frequentes do eixo mimético, criando a realidade negativamente: “[...] a ação propriamente dita se desenvolve na forma de uma errância ao mesmo tempo interior e exterior das personagens” (NUNES, 1995, p. 152). Para Nunes, o desenvolvimento épico dos eventos em cada obra claricana confunde-se com a consciência angustiada dos personagens e as especulações do narrador ainda quando este procura o abrigo da terceira pessoa. Nesse sentido, os personagens e narradores dos diferentes romances acabam por confluir para a figura única da ficcionista, “[...] a quem pertence a paixão da existência e da linguagem que lhes tinha sido delegada” (NUNES, 1995, p. 151).

De acordo com o autor, na prosa de Clarice, as reflexões sobre o dizer comprometem-se com a forma mesma da escritura que se produz para compreendê-lo; na contingência da semiose verbal, no próprio fluxo da aproximação confrontadora com o signo linguístico, o drama da linguagem ganha corpo. O processo empreendido na narrativa é assim nele mesmo problematizado e o conflito encenado prevalente converte-se no seguinte argumento: “O que quer que passe a existir

na rede verbal tecida por esse processo, surge sempre *mentindo* pelos signos que transcendem a intuição ao formá-la” (NUNES, 1995, p. 146, grifo do autor).

Segundo comenta Nunes (1995), ao assumir o fluxo da linguagem como condutor de significações não objetivadas, apresentando a escrita, e também o pensamento, como atividade problemática e problematizante, a ficção medularmente poética de Clarice desafia na própria rede do discurso a (ir)representabilidade das coisas.

O que parece um descomedimento, sujeitando o escritor ao sentimento de fracasso, é a contingência do ato de escrever, que transgride as representações do mundo e os padrões correntes da linguagem. A literatura de ficção estranha a realidade de “fachada”, e, à semelhança do pensamento filosófico, implica um questionamento extraordinário, fora da ordem e sobre o que não está dentro da ordem (NUNES, 1995, p. 154-155).

Esse estranhamento do qual resulta o duplo confronto de que fala Nunes imbui de uma ousadia cômica a tarefa de descrever o escasso enredo dos romances claricianos. Diante disso, temos aqui a pretensão mais modesta de oferecer um vislumbre da tal realidade de “fachada” a que se refere o autor.

Perto do coração selvagem, romance de estreia de Clarice, é a narrativa descontínua das experiências de Joana, sob o olhar mesclado, indistinto, de uma terceira pessoa (que tem a voz) e da personagem. Essas experiências compreendem o brincar sagaz na infância com o pai, a nova condição de órfã e a convivência levemente conturbada com a tia, a paixão embaraçada

pelo professor, o casamento em desequilíbrio com Otávio, o contentamento vago e solitário no encontro com o amante sem nome. No fluxo dessas “pequenas vidas completas” (LISPECTOR, 1998f, p. 101), o desfecho, ou a ausência dele, é a promessa de redenção, com a sugestão de “que terminaria uma vez a longa gestação da infância e de sua dolorosa imaturidade rebentaria seu próprio ser, enfim enfim livre!” (LISPECTOR, 1998f, p. 201).

O lustre é o registro romanesco difuso, expresso em terceira pessoa, da vida de Virgínia. Tem início com a descrição da infância da personagem numa cidade interiorana, sob a aura sombria do ambiente familiar, marcado sobretudo pela relação de submissão e dependência afetiva que mantém com o orgulhoso e arrogante irmão mais velho, Daniel. Desenvolve-se com a exposição do cotidiano da protagonista na capital, onde ela alimenta, nos eventos cheios de impessoalidade do espaço urbano, “uma secreta vida atenta” (LISPECTOR, 1999a, p. 141), que uma vez ou outra arrisca, sem sucesso, revelar a seu contrastante namorado, Vicente, surpreendendo-o com “aquela secreta atmosfera que ela cultivava ao redor de si como um escuru” (LISPECTOR, 1999a, p. 143).

A cidade sitiada é o terceiro romance de Clarice. Apresenta o relato alegórico da trajetória de libertação de Lucrécia Neves. Encerrada na mediocridade dúplice de uma província apinhada “de carroças rangentes, de sobradinhos e mercados, com planos de construção de uma ponte” (LISPECTOR, 1998a, p. 24), e de um espírito “que não possuía as futilidades da imaginação” (LISPECTOR, 1998a, p. 97), a protagonista mistura-se à pequena cidade, passeando pelas ruas, parques e praças, enfeitando-se,

divertindo-se e entediando-se com namorados, até casar-se e partir. Sob o sutil tom de sátira do narrador, suas vivências frívolas são o pano de fundo para a ênfase na “pouco usável vida íntima de Lucrécia Neves” (LISPECTOR, 1998a, p. 23), em sua busca dramática por exprimir “aquela muda existência que estava sempre acima dela” (LISPECTOR, 1998a, p. 68).

A maçã no escuro expõe, sob o olhar de um espíritooso narrador onisciente, a peregrinação expiatória de Martim. Para não assumir a autoria de um suposto crime passional, esse engenhoso personagem imprime à fuga uma dimensão existencial, operando um processo de ruptura com a ordem preestabelecida de seu mundo. Nessa ação, a linguagem torna-se o centro, uma vez que se apresenta ao homem como a chave da grande reconstrução. Convencido de que não havia verdade na linguagem dos outros, Martim passa a rejeitá-la, com a ambição de inaugurar uma linguagem capaz de dar conta da concepção de um mundo autêntico, no qual ele, refeito, renascido, tivesse lugar. Encontrando, após a fuga, abrigo e trabalho em uma fazenda, o personagem procura isolar-se e reduzir-se à desumanidade, ou a uma humanidade rudimentar, para reconstituir, aos poucos, entre experimentos e frustrações, sua condição de ser humano e social e, então, novamente “entrar naquele mundo que tinha a vantagem eminentemente prática de existir” (LISPECTOR, 1998c, p. 314).

A paixão segundo G.H. é o relato em primeira pessoa de uma “lenta e grande dissolução” (LISPECTOR, 1998d, p. 14). Um incidente doméstico banal, o confronto inusitado com uma barata, provoca na narradora, G.H., uma inquietação profunda.

A repugnância sentida ao deparar com o inseto e esmagar aquela “amostra de calmo horror vivo” (LISPECTOR, 1998d, p. 60) desencadeia na personagem um estranho fascínio. A ancestralidade remota do animal a conduz ao clamor pelo desmoronamento de sua vida civilizada, à ânsia de desvencilhar-se de sua organização anterior, um burguês cotidiano bem-ordenado que a “ocupava como uma invenção” (LISPECTOR, 1998d, p. 31). Com a esperança agônica de despojar-se dos acréscimos e atingir o núcleo, G.H. come a substância neutra, a matéria branca que escorre da barata morta.

Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres é a história de amor de Lóri e Ulisses. Narrado em terceira pessoa – num intervalo que se inicia como retomada, com uma vírgula, e é interrompido com dois pontos –, o encontro entre a professora primária, que assume no romance papel central, e o professor de filosofia está entrelaçado à jornada peculiar da protagonista, a de “construir pouco a pouco uma vida” (LISPECTOR, 1998g, p. 13). Enfrentando com tenacidade o didatismo maçante de Ulisses, Lóri, que “havia por medo cortado a dor” (LISPECTOR, 1998g, p. 40), conquista aos poucos a delicada aprendizagem de ser humana. Acolher a “paz estranha e aguda” (LISPECTOR, 1998g, p. 73) dessa condição, sentir enfim a grande dor, a faz ver “que a fruta do mundo era dela” (LISPECTOR, 1998g, p. 150). A comunhão com o mundo rebenta na personagem com a avidez pelo grande êxtase do amor.

Água viva apresenta o fluxo meditativo de uma narradora de identidade manifesta apenas em pronomes e desinências. Um “eu”, feminino, habituado a revolver a “natureza íntima das coisas” (LISPECTOR, 1998e, p. 22) recorrendo à arte da pintura, experimenta, num tom que tende ao improviso, um improviso

densamente lírico, fazer o mesmo usando a voz. Escrevendo uma “convulsão da linguagem” (LISPECTOR, 1998e, p. 25), numa profusão temática pungente e desconcertantemente sedutora, que parece justificar o título da obra, a protagonista admite transmitir “não uma história mas apenas palavras que vivem do som” (LISPECTOR, 1998e, p. 25).

A hora da estrela, obra publicada pouco antes da morte de Clarice, em 1977, é a história exígua da nordestina Macabéa, narrada por um zombeteiro e franco escritor, Rodrigo S. M. Para captar a “delicada e vaga existência” (LISPECTOR, 1998b, p. 15) da protagonista, uma alagoana órfã desde a infância, que, como datilógrafa no Rio de Janeiro, levava uma vida de privação material e existencial, Rodrigo vai mesclando sua voz com os “fatos sem literatura” (LISPECTOR, 1998b, p. 16), combinando com as “fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela” (LISPECTOR, 1998b, p. 15) um olhar penetrante que acusa o desamparo, a precariedade, a contradição, o absurdo, a dor inefável da condição humana. A infância difícil, o cotidiano murcho e o destino trágico de Macabéa resultam assim do “trabalho de carpintaria” (LISPECTOR, 1998b, p. 14) com que o narrador cumpre um dever que acredita seu, o de emprestar-lhe a voz; “o de revelar-lhe a vida. Porque há o direito ao grito” (LISPECTOR, 1998b, p. 13).

Um sopro de vida, último romance de Clarice, publicado postumamente, contém o diário geminado de um narrador autointitulado “Autor” e seu *alter ego*. Alegando escrever para aprender, para entender o mistério de estar no mundo e de deixá-lo, o “Autor” compõe um “malogrado e afoito e brincalhão livro de vida” (LISPECTOR, 1999b, p. 21), criando a personagem Ângela

Pralini, com o intuito de compreender através dessa criação a enigmática e opressora condição de ser um “eu”. Os monólogos alternados desse afliito sujeito e da mulher inventada constituem “um livro feito aparentemente por destroços de livro” (LISPECTOR, 1999b, p. 20), que nenhuma história conta sobre o “Autor” ou sobre Ângela. Em vez disso, tematiza a vida, o ser e a morte em fragmentos, “restos de uma demolição de alma” (LISPECTOR, 1999b, p. 20).

PROCESSOS OPERACIONAIS E UNIDADES CONCEITUAIS DE ANÁLISE

Na primeira fase de nossa aproximação com os dados, destacamos, em cópias digitais dos romances de Clarice, trechos nos quais identificamos o discurso autorreflexivo da escritora, isto é, passagens em que observamos se manifestar o voltar-se da linguagem para a complexidade de aspectos implicados no nosso esforço de fazer sentido de nós e do mundo. Esse processo envolveu tantas releituras (integrais e parciais) de cada obra quantas foram necessárias à nossa percepção, cuja natureza não é estática nem absoluta.

Concordando com Duarte (1998), Suassuna (2008) chama a atenção para a importância do procedimento de construção do *corpus*, chegando a considerar a etapa da seleção dos dados parte do processo analítico. A autora justifica o posicionamento com base no argumento de Minayo (2000), para quem os dados, como modos de construção da relevância do real, equivalem já a interpretações.

Experienciamos na práxis de nosso percurso essa imbricação destacada por Suassuna. Apesar de ter estabelecido um roteiro²⁴ de coleta orientado pela ordem cronológica de publicação²⁵ das obras de Clarice, identificar nos romances os trechos significativos sob o enquadre teórico construído na pesquisa e avaliar sua pertinência para a análise do problema formulado fez da tarefa de coleta um processo descontínuo, por demandar o desenvolvimento concomitante das leituras bibliográficas, e não linear, por suscitar persistentemente reflexões que remetiam à reavaliação de passagens já exploradas.

O passo seguinte foi organizar os trechos coletados de acordo com categorias de análise que definimos no decorrer da execução da pesquisa. Com base em nossos objetivos específicos, construíramos categorias preliminares. Sendo nosso intuito examinar especificamente três noções que consideramos fundamental a visão sociocognitivista de linguagem, definíramos a princípio como as unidades conceituais que auxiliariam nossa

²⁴ Por ter sido a obra que estudamos em Barros (2014), tomando-a como espaço por exceléncia para discutir a trajetória conceitual da referência nos estudos da linguagem, *A maçã no escuro* não foi considerada sob esse critério cronológico que orientou o roteiro de coleta. Propositadamente, deixamos o romance para o final dessa etapa, a fim de desanuviar, tanto quanto possível, as lentes que naquele momento aparelharam nosso olhar.

²⁵ Conforme comenta Olga Borelli na apresentação de *Um sopro de vida*, o romance começou a ser escrito em 1974 e foi concluído em 1977, às vésperas da morte de Clarice. Apesar de sua publicação póstuma, em data posterior à de *A hora da estrela*, levamos em consideração a suposta precedência do processo de escrita, com o intuito de não descartar precipitadamente qualquer indício da existência, na obra da escritora, de um encadeamento argumentativo justificado pelo aspecto temporal.

análise estes elementos: *aspecto indicial*, *caráter constitutivo* e *condição colaborativa*.

Concretizou-se gradativamente em nosso percurso a expectativa que tínhamos inicialmente, a de que, nessa construção, o contato com os dados, confrontado com o amadurecimento teórico que normalmente se concretiza ao longo de uma pesquisa, provocasse, no contexto do raciocínio abdutivo, em que nos apoiamos, reformulações ou desdobramentos dessas categorias.

Nesse sentido, é preciso revelar que, como suspeitáramos, os procedimentos realizados não constituíram etapas cronologicamente bem marcadas. Como desconfiáramos, o momento de organizar os dados, de classificá-los conforme as categorias de análise, suscitou inquietações, dúvidas, reflexões e *insights* que nos remeteram novamente ao procedimento de coleta. Esse retorno foi capaz, por sua vez, de contribuir para a reconfiguração da atividade de organização.

Assim foi que o exame teórico mais detido sobre as noções de representação e recursão na linguagem, bem como a interseção, cronológica e ontológica, entre os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados, inevitável no método abdutivo de investigação, fundamentou a reconfiguração das unidades conceituais de análise que definíramos. Por situarmos esses conceitos numa espécie de trajetória teórica que se delineia entre a desestabilização da ideia de representação acurada do real e a construção do conceito de recursão como alternativa plausível ao antirrepresentacionismo, reorganizamos nossas categorias preliminares e delimitamos outras três unidades conceituais, compondo um quadro no qual agrupamos os exemplos coletados, conforme ilustramos a seguir:

Quadro 1 – Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSAO		
Função designadora	Papel instrumental defectivo	Qualidade materializadora e iterativa	Aspecto indicial	Caráter constitutivo	Condição colaborativa
<i>realidade independente apreensível</i>	<i>realidade independente não apreensível</i>	<i>semiose em dimensão mediadora</i>	<i>nós nas redes de coordenações</i>	<i>configuração de realidades em domínios operacionais</i>	<i>fluir de coordenações consensuais</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Como é possível observar no quadro, as unidades conceituais definidas dizem respeito a características que foram sendo atribuídas à linguagem ao longo do curso de transformações sofridas pela noção de representação como resultado de reflexões oriundas de abordagens teóricas diversas. Assim, alinhada a um sentido de representação que, nas palavras de Varela (1988, p. 82), corresponde à “acepção ‘forte’”, tomada “[...] como um processo de ‘recuperação’ ou de ‘reconstituição’ extrínseca”, a primeira categoria, *função designadora*, está situada na extremidade inicial do curso dinâmico que se estende entre a representação e a recursão. A atribuição dessa propriedade designadora está fundada na presunção essencialista de um mundo predefinido, de uma *realidade independente apreensível* pela cognição e pela linguagem.

Ainda conservando proximidade com o polo da representação, a segunda categoria, *papel instrumental defectivo*, remete aos passos inaugurais de um movimento desconstrutor da ideia de que captamos objetivamente um real ordenado. Definida com base na problematização kantiana da razão e no fracasso

do projeto linguístico cartográfico empreendido pela filosofia analítica formal, essa unidade conceitual se refere à insuficiência atribuída à cognição e à linguagem na apreensão e tradução dos fenômenos do mundo. Subjaz a essa concepção da linguagem como instrumento defeituoso a visão de *realidade independente não apreensível*.

Afastando-se parcialmente do polo representacionista, a terceira categoria, *qualidade materializadora e iterativa*, foi construída com base no esquema conceitual proposto por Blikstein ([1983] 2003), segundo o qual a função modeladora atribuída à semiose linguística consiste num movimento de reiteração circular em que a aproximação perceptocognitiva com a realidade é a um só tempo materializada e produzida pela língua. Como forma única de explicar uma suposta *semiose em dimensão mediadora*, num espaço turvo interposto entre língua e realidade, constituído, em princípio, de processos e recursos não verbais, a linguagem ancora esses elementos em nossas práticas sociais, comuns, e dialeticamente nossos códigos verbais condicionam e aparelham essa dimensão sensorial e proxêmica do silêncio.

As outras três categorias que definimos aproximam-se conceitualmente da outra extremidade em nosso quadro, o polo da recursão. A primeira delas, *aspecto indicial*, está apoiada nos estudos seminais da referenciação, nos quais Mondada e Dubois (2003) apresentam a indicialidade como traço elementar da semiose linguística, nas reflexões de Salomão (1997, 1999) sobre a hipótese sociocognitiva, em que a autora sustenta o princípio da subdeterminação do significado pelo significante, e na biologia

do conhecer, a partir da qual Maturana (2001) concebe as palavras como *nós nas redes de coordenações* de ação.

A segunda categoria alinhada ao polo da recursão, *caráter constitutivo*, foi construída com base na premissa antirrepresentacionista que atribui à linguagem a propriedade modeladora, discretizante. A realidade, conforme tal ótica, fortalecida a partir da virada pragmática, não aparece como instância autônoma; depende da linguagem, configura-se sob a forma relativamente estável que lhe proporcionam nossas ações discursivas. Como assevera Maturana (2001), nossos mecanismos explicativos promovem a *configuração de realidades em domínios operacionais*; fazemos emergir o(s) mundo(s) não pela instituição de verdades transcendentais, mas pela geração negociada de domínios de coerência operacional, pelas reformulações explicativas de nossas experiências, validadas no contexto das operações acordadas entre nós, observadores.

Por fim, a terceira categoria disposta em nosso quadro sob o polo da recursão, *condição colaborativa*, está ancorada num fundamento da abordagem sociocognitivista de linguagem, o de que é necessariamente social nosso agir cognitivo e discursivo; aquele segundo o qual, com os outros, negociamos e acordamos nossas versões do mundo. Do mesmo modo que a indicialidade e a constitutividade, o pressuposto sociocognitivista da colaboração é reforçado pela epistemologia de Maturana. Assim, a delimitação dessa unidade conceitual, como as demais alinhadas ao polo da recursão, firmou-se também nas reflexões do biólogo, para quem todo comportamento, gesto, som que produzimos torna-se componente da linguagem somente ao inserir-se no *fluir de coordenações consensuais* de nossas experiências, na história de nossas interações.

Na organização dos dados extraídos de cada um dos romances considerados na pesquisa, o quadro apresentado foi a base para agruparmos sob o título de cada categoria os trechos que nos pareceram a ela relacionados. Ressaltamos que, desde a fase de coleta, não pudemos deixar de perceber que a delimitação dessas categorias de análise auxilia-nos, por um lado, a fundamentar o olhar minucioso inevitavelmente exigido no exame científico de um fenômeno; provoca, por outro lado, a profunda dificuldade de fragmentar o que é coeso em sua complexidade.

Assim, por pertinentes que sejam essas categorias segundo nosso entendimento, na fase de organização dos dados, as unidades conceituais definidas nos serviram apenas de guias que nos permitiram dar algum tratamento às reflexões claricianas que são objeto de nossa análise. Não se tratou, pois, de encaixilhar tais reflexões em grupos fechados, sob a ilusão de uma correspondência biunívoca entre exemplo e categoria. Prova disso é que alguns exemplos, por adequarem-se a mais de uma categoria, ofereceram grande resistência de enquadramento.

Ademais, boa parte dos exemplos coletados apresentou o comportamento, para nós, angustiante, de não se acomodar em nenhuma das categorias. Acabamos, ainda, optando por deixar fora do quadro organizacional que compusemos os diversos exemplos cujo vínculo com a unidade conceitual era irrecuperável no recorte. Tratava-se nesses casos de relação de sentido sutilmente construída, em sequência extensa de páginas, na interação entre escritora e leitora, a ponto de nem mesmo a força bruta da ciência conseguir isolar essa relação do fluir em recursão nas coordenações de ação.

A análise dos dados coletados consistiu na observação dos indícios da relação de consonância que enxergamos entre o discurso de Clarice sobre a linguagem e os fundamentos da socio-cognição e na reflexão e discussão sobre a plausibilidade dessa relação. No que diz respeito à observação, vale apontar que, dada a indissociabilidade entre fenômeno e objeto em nosso estudo, é apagada, a nosso ver, ou ao menos rasurada, a linha que separa o procedimento de organização e a própria análise, uma vez que as categorias de análise foram definidas no seio mesmo da teoria, a qual é simultaneamente marco teórico e objeto de investigação da pesquisa.

Endossa nossa consideração, o comentário de Suassuna (2008), apoiado em André (2000), sobre a concomitância entre os dois procedimentos:

A análise ocorre paralelamente à observação, na medida em que o pesquisador seleciona aspectos que devem ser explorados e decide quais os que devem ser abandonados. Assim, as categorias analíticas podem derivar diretamente da teoria que respalda a pesquisa ou surgir do próprio conteúdo dos dados sob análise (SUASSUNA, 2008, p. 349).

Nesse sentido, classificar os dados de acordo com as categorias equivale já, de algum modo, a esboçar uma apreciação analítica. Claro está, todavia, que a “[...] categorização dos dados não esgota a análise – é preciso, depois dela, fazer um esforço de abstração, ultrapassar os dados em si mesmos, tentar estabelecer conexões e relações que tornem possível a proposição de novas explicações e interpretações” (SUASSUNA, 2008, p. 350).

As primeiras relações estabelecidas nessa etapa foram aquelas quantitativamente indicadas no *corpus* construído. Para torná-las evidentes ao nosso olhar, fizemos o levantamento das ocorrências relativas a cada unidade conceitual de análise em cada um dos romances analisados, elaborando a planilha que é reproduzida em parte na imagem a seguir:

Imagen 2 – Levantamento dos dados coletados e organizados por romance e unidade conceitual de análise

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Função designadora	Papel instrumental	defectivo	Qualidade materializadora e iterativa	Aspecto indicial	Caráter constitutivo	Condição colaborativa	
2	Perto do coração selvagem	0	6	6	5	6	1	24
3	O lustre	1	6	5	1	3	5	21
4	A cidade sitiada	1	13	5	2	7	3	31
5	A maçã no escuro	0	12	3	17	20	20	72
6	A páidão segundo G.H.	0	14	11	5	12	2	44
7	Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres	0	4	4	3	2	0	13
8	Água viva	0	4	20	10	9	2	45
9	Um sopro de vida	0	8	21	5	9	2	45
10	A hora da estrela	0	2	4	5	6	0	17
11		2	69	79	53	74	35	312

Fonte: elaborada pela autora.

Para proceder à reflexão e à discussão, dando continuidade à concretização da etapa analítica, recorremos às unidades conceituais para nos guiar no exame dos indícios que nos dados encontramos, tecendo argumentativamente a mesma trajetória (da representação à recursão) esboçada na concepção dessas unidades. De modo concomitante à construção da argumentação, apreciamos em nosso *corpus*, ao realizar minuciosas leituras dos trechos organizados em cada quadro, a pertinência que apresentavam no percurso discursivo empreendido. Nesse exercício, ao encontrar muitas passagens semelhantes, procuramos eleger aquelas que remetiam mais evidentemente ao aspecto discutido.

A partir dessa apreciação selecionamos para análise 40 passagens que consideramos fortemente alusivas às ideias expressas

pelas categorias. Essa amostra é composta de 10 trechos de *A maçã no escuro*, 7 de *A paixão segundo G.H.*, 7 de *Água viva*, 5 de *A cidade sitiada*, 5 de *Um sopro de vida*, 3 de *O lustre*, 1 de *Perto do coração selvagem*, 1 de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* e 1 de *A hora da estrela*. Todos os trechos têm como referência as edições dos romances publicadas pela editora Rocco, indicadas na bibliografia.

SOCIOCognição NO DISCURSO DE CLARICE LISPECTOR SOBRE A LINGUAGEM

Como explicamos no segundo capítulo, fundamental para a compreensão das bases teóricas em que se apoia a sociocognição é o percurso conceitual descontínua, tortuosa e multilinearmente traçado entre a desestabilização da ideia de representação e a construção do conceito de recursão. Ao longo dessa trajetória, atribuíram-se à linguagem características que qualificam nosso modo de construir sentidos. Ao problematizarmos esse processo, argumentamos que as características que constituem pressupostos sociocognitivistas são aquelas que, nesse curso, afastam-se da perspectiva representacionista.

A noção tradicional de representação, que fundamenta a crença na linguagem como instrumento de acesso ao real, impulsionou o projeto do protagonista de um dos romances de Clarice. Em *A maçã no escuro*, Martim propõe, de maneira semelhante à dos filósofos analíticos clássicos, abolir a linguagem convencional em nome de um modo de exprimir a realidade sem deformações. Embora fracassando nesta que era sua intenção

original, o personagem se vê vitorioso ao compreender, finalmente, como recurso frutífero a plasticidade da linguagem.

O desenrolar do conflito de Martim não é, contudo, linear. Não obstante a ansiedade do personagem por readmitir, ao final do romance, a linguagem comum, suas descobertas sucedem não exatamente por apaziguar a angústia, sua e provavelmente também a do leitor, em face de um mundo indizível e de uma alma inefável, mas por denunciar um tipo de relação entre linguagem e realidade muito mais complexa do que a de correspondência especular.

Assim como vimos que não há desfecho possível para o conflito entre tal angústia e tal consciência de complexidade em *A maçã no escuro*, entendemos que também não existe conclusão definitiva para a problematização da linguagem desenvolvida, seja por meio das reflexões de um narrador, seja através da voz e atitude dos personagens, nos demais romances claricianos.

Os dados coletados na pesquisa, que confirmaram a forte presença desse discurso autorreflexivo na totalidade dos romances, indicaram que os questionamentos não obedecem a um tipo de trajetória evolutiva, como um conflito que se estabelece nas primeiras obras e se dissolve nas derradeiras. Tão complexos quanto os anseios e os juízos dos narradores e personagens de Clarice, os argumentos que constituem o discurso da autora são contrapontísticos, não redutíveis.

PRESENÇA DO DISCURSO AUTORREFLEXIVO NOS ROMANCES CLARICIANOS

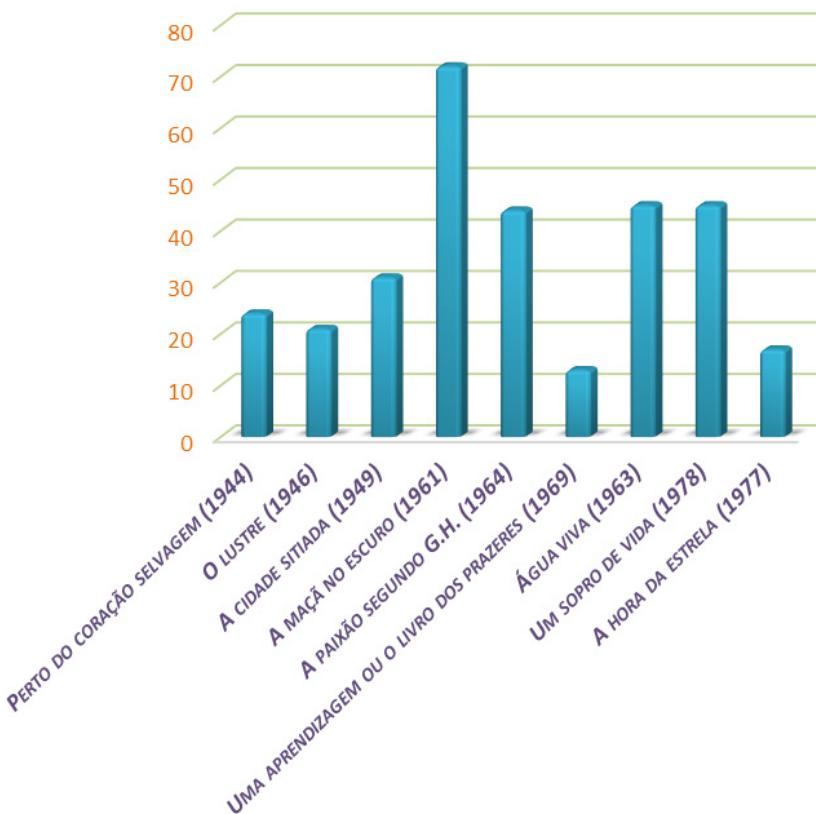
Como explicamos ao descrever nosso percurso metodológico, para construir o *corpus* do estudo, agrupamos num quadro

de organização as passagens destacadas em cada romance conforme as unidades conceituais que definimos, *função designadora*, *papel instrumental defectivo*, *qualidade materializadora e iterativa*, *aspecto indicial*, *caráter constitutivo* e *condição colaborativa*. Ao proceder ao levantamento das ocorrências registradas no quadro, observamos que a presença de alusões a essas categorias mostrou-se mais evidente em *A maçã no escuro* (72 passagens), *Água viva* (45), *Um sopro de vida* (45) e *A paixão segundo G.H.* (44). Em seguida, percebemos destaque em *A cidade sitiada* (31), *Perto do coração selvagem* (24) e *O lustre* (21). Identificamos menos alusões em *A hora da estrela* (17) e *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (13).

Esses dados quantitativos importam tanto por indicarem a manifestação concreta do discurso autorreflexivo na obra de Clarice quanto por oferecerem uma noção geral da maior ou menor evidência desse traço entre os romances da escritora. Todavia, é preciso atentar para aspectos que relativizam a interpretação desses números, como a circunscrição do que estamos concebendo como discurso autorreflexivo às categorias que construímos no contexto específico da pesquisa e o fato de que não foram levadas em conta a extensão dos romances nem a amplitude dos trechos. Ressalva feita, concluímos a partir dessa noção geral oferecida pelos dados que a problematização da linguagem na literatura claricana não se intensifica paralelamente à linearidade cronológica²⁶ das obras, como demonstra o Gráfico 1, a seguir.

²⁶ Referimo-nos, sobretudo, à sequência de publicação dos romances de Clarice. Quanto às duas últimas obras, porém, tomamos em consideração a suposta precedência do processo de escrita de *Um sopro de vida*, como explicamos na nota 25.

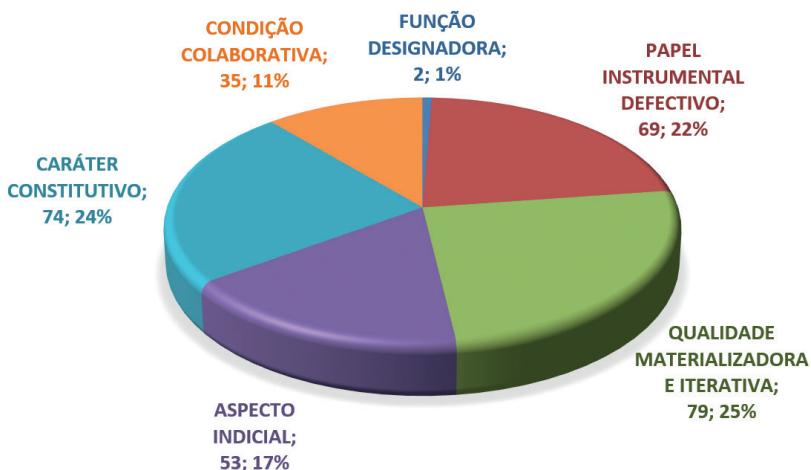
Gráfico 1 – Presença de trechos alusivos às unidades conceituais de análise nos romances



Fonte: elaborado pela autora.

Observamos como categorias de maior expressividade na totalidade dos romances *qualidade materializadora e iterativa* (79 ocorrências), *caráter constitutivo* (74) e *papel instrumental defensivo* (69). Em seguida, aparecem *aspecto indicial* (53), *condição colaborativa* (35) e, por último, *função designadora* (2), como exibido no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Expressividade das unidades conceituais de análise na totalidade dos romances



Fonte: elaborado pela autora.

De antemão, a pouca representatividade da categoria *função designadora* nos conduz à percepção de que o discurso clariciano se afasta de uma noção essencialista de linguagem. Por outro lado, o equilíbrio quantitativo, no conjunto das categorias mais expressivas, entre as ocorrências de uma unidade conceitual que, como explicamos ao descrever nosso quadro de organização dos dados, está mais perto do polo da recursão, *caráter constitutivo*, e as ocorrências de unidades que conservam proximidade com o polo da representação, *qualidade materializadora e iterativa* e *papel instrumental defectivo*, nos permite inferir que a problematização da linguagem, do papel que ela assume na configuração do real, é no discurso em questão estado permanente, conflito insolúvel, percurso espiralado.

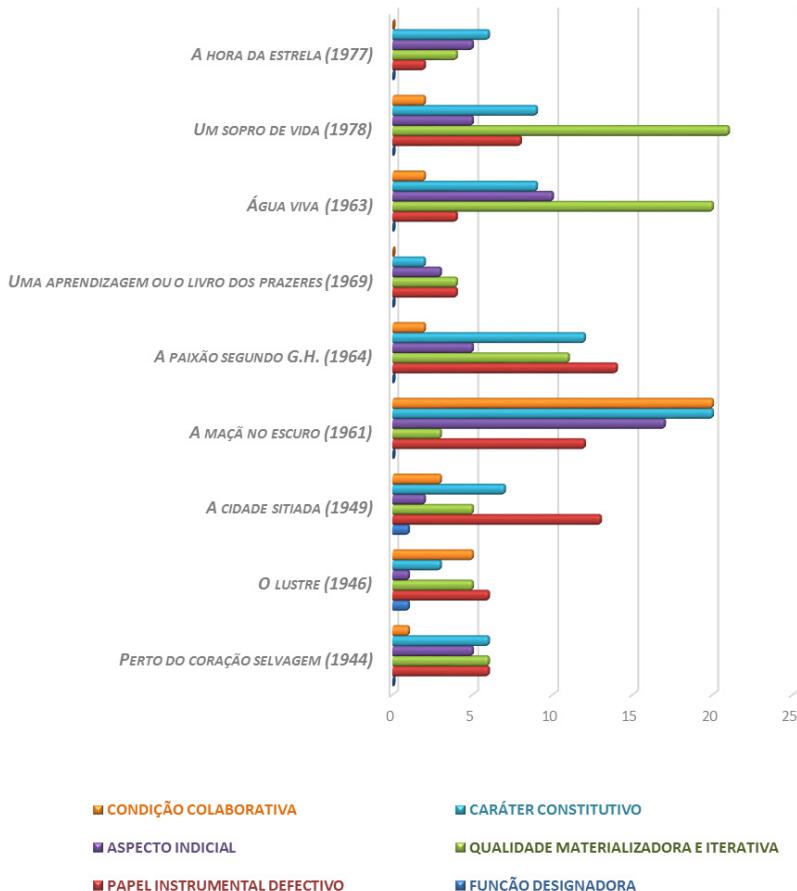
Com isso queremos dizer que não se identifica no conjunto das narrativas em si o desenvolvimento pretensamente evolutivo de uma reflexão sobre as noções de representação e recursão. Esses conceitos inscrevem-se na problematização promovida – em movimento mais aleatório do que linear – no discurso da escritora como expressão da angústia em que se encaram seus personagens e narradores diante da frustrante desconformidade entre o que é palavra e o que não é. No máximo, podemos afirmar que há nas elucubrações forjadas pela voz desses tipos ficcionais, a tendência ligeiramente maior de remissão à ideia de recursão, visto que, somadas, as categorias mais ligadas ao conceito apareceram no discurso com mais frequência (162 ocorrências) do que aquelas ainda ancoradas na noção de representação (150).

Como observamos no Gráfico 3, mais adiante, em *A maçã no escuro*, obra que, conforme explicamos na introdução deste livro, instigou nossa investigação, por apresentar, de acordo com os resultados de pesquisa que realizamos anteriormente, indícios de alusão a pressupostos sociocognitivistas, as categorias mais expressivas são, de fato, *condição colaborativa* (20 ocorrências), *caráter constitutivo* (20) e *aspecto indicial* (17), que se aproximam da noção de recursão.

Em contrapartida, com exceção de *A hora da estrela*, em que as categorias mais evidentes são *caráter constitutivo* (6) e *aspecto indicial* (5), e *Perto do coração selvagem*, em que *caráter constitutivo* equipa-se quantitativamente a *papel instrumental defectivo* e *qualidade materializadora e iterativa*, todas com 6 ocorrências, os outros romances apresentam com mais frequência *papel instrumental defectivo* ou *qualidade materializadora e iterativa*, mais distantes da

noção de recursão. A primeira é a categoria mais expressiva em *O lustre* (6 ocorrências), *A cidade sitiada* (13) e *A paixão segundo G.H.* (14); a segunda, em *Água viva* (20) e *Um sopro de vida* (21). Em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, as duas categorias são as mais aludidas, ambas com 4 ocorrências.

Gráfico 3 – Expressividade das unidades conceituais de análise em cada romance



Fonte: elaborado pela autora.

As relações indicadas nesses dados quantitativos tornam mais evidente a presença de uma escrita autorreflexiva nos romances de Clarice e já sinalizam de que maneira se inserem na problematização da linguagem desenvolvida no discurso da escritora os pressupostos da socio cognição. A alusão a eles não se dá de forma a apontá-los como chave de compreensão, como senha de acesso à elucidação do enigmático fenômeno do dizer; a condição que assumem no discurso autorreflexivo em questão é a de antítese não sintetizável. Ao serem cotejados como premissas de modos possíveis de explicação do complexo funcionamento da linguagem, esses pressupostos não são tomados como razão última; confrontam, mas voltam a ser confrontados, num discurso sempre em movimento. Com a finalidade de examinar esse discurso dinâmico, propomos como direção argumentativa, naturalmente, a trajetória esboçada na concepção das categorias. Seguindo tal curso, analisamos na próxima subseção 40 passagens contidas nos nove romances.

REPRESENTAÇÃO E RECURSÃO NO DISCURSO DE CLARICE SOBRE A LINGUAGEM

Com o intento de discutir as noções de representação e recursão a partir do discurso autorreflexivo presente nos romances claricianos, selecionamos de nosso *corpus* passagens, a nosso ver, fortemente alusivas a essas noções. A ausência de linearidade e epílogo que, como mencionamos, marca o desenvolvimento do discurso em questão nos desobriga a usar o aspecto cronológico como critério de organização desses trechos na

condução de nossa análise, tanto no que diz respeito à sequência de publicação dos romances quanto no que se refere à posição do excerto na narrativa.

Os trechos selecionados estão, assim, organizados conforme a maneira como apresentam indícios alusivos aos conceitos de representação e recursão na linguagem. Aqueles que sugerem essa alusão de forma que consideramos mais ligada à representação e ao movimento de desestabilização do conceito nos serviram de ponto de partida para a discussão; foram categorizados, portanto, como pertinentes às unidades de análise *função designadora*, *papel instrumental defectivo* e *qualidade materializadora e iterativa*. Os que remetem a aspectos que nos parecem mais relacionados à construção da noção de recursão seguiram-se aos primeiros, constituindo expressão das categorias *aspecto indicial*, *caráter constitutivo* e *condição colaborativa*.

Representação na linguagem: função designadora, papel instrumental defectivo, qualidade materializadora e iterativa

Ao partir do conceito de representação, na acepção forte referida por Varela (1988), discutimos de início a *função designadora* que é atribuída à linguagem sob o paradigma essencialista de leitura do real. Como mencionamos na primeira seção deste capítulo, a problematização da linguagem empreendida por Clarice em seus romances pouco remete a essa perspectiva. Os exemplos (1) e (2), a seguir, ocorrências únicas desse enfoque, aludem à preocupação com a forma acurada de traduzir o real e à suposta precedência das entidades a seus nomes.

- (1) Tinha porém poucos pensamentos em relação às coisas e temia repeti-los sempre; nunca usava a expressão certa, sempre errando mesmo quando era sincera (LISPECTOR, *O lustre*, 1999a, p. 110).
- (2) Grega numa cidade ainda não erguida, procurando designar cada coisa para que depois, através dos séculos, elas tivessem o sentido de seus nomes (LISPECTOR, *A cidade sitiada*, 1998a, p. 91).

Em (1), percebemos nas palavras do narrador de *O lustre*, quando este afirma o erro honesto da personagem Virgínia, a ideia de que a desconformidade entre forma e conteúdo seria atribuível à falta de competência da falante, não à plasticidade constitutiva da semiose linguística; em (2), na descrição do narrador de *A cidade sitiada* sobre a condição da personagem Lucrécia, parece insinuar-se como plausível a possibilidade de que tenha ela uma atitude pretensamente adâmica, nos termos de Bakhtin ([1979] 1997), de nomear um mundo já naturalmente discreto, a aguardar apenas a designação, prescindindo, portanto, da atividade dialógica, social, que é a categorização.

A designação deixa de ser tomada como função primordial e incontestável da linguagem quando a noção de representação começa a perder força. Ao serem postas em causa a realidade objetiva e a racionalidade absoluta, sobretudo pelo argumento kantiano do real como aquilo que nossa constituição subjetiva concebe como objeto, a noção se desestabiliza, refletindo nos estudos da linguagem. A esta, julgada incapaz de alcançar a coisa em si, passa a ser imputado um *papel instrumental defectivo*. No exemplo (3), a seguir, a narradora-personagem de *A paixão segundo G.H.* alude a um escuro não iluminável em que consistiria a coisa em si:

(3) Não sei, não sei. Pois a coisa nunca pode ser realmente tocada. O nó vital é um dedo apontando-o – e, aquilo que foi apontado, desperta como um miligrama de radium no escuro tranquilo. Então ouvem-se os grilos molhados. A luz do miligrama não altera o escuro. Pois o escuro não é iluminável, o escuro é um modo de ser: o escuro é o nó vital do escuro, e nunca se toca no nó vital de uma coisa. A coisa para mim terá que se reduzir a ser apenas aquilo que rodeia o intocável da coisa? (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 138).

A narradora sugere que qualquer perturbação no “halo” da coisa em si não provoca descontino, de modo que o abalo resultante resta circunscrito à atmosfera que envolve seu nó vital; não alcança o próprio nó. A forte carga poética do discurso não nos impede de aproximá-lo ao conceito kantiano de númeno e suas implicações. Para Kant ([1781] 2009), a possibilidade do númeno, isto é, da coisa em si, não é passível de ser percebida por nós; fora da esfera dos fenômenos, nada há que uma extensão vazia para a nossa intuição sensível. Segundo o filósofo, embora não possamos descartar de modo geral a existência de uma intuição não sensível, sob o risco de admitirmos apenas um mundo concebido no pensamento, em razão de nossa constituição subjetiva, a intuição sensível é única para nós; conhecemos as coisas não como são, mas como parecem ser. O númeno não é, pois, para nós, um objeto inteligível, é “[...] algo de que não podemos fazer a menor representação” (KANT, [1781] 2009, p. 186); ele não constitui “[...] um conhecimento determinado de uma coisa qualquer, mas somente o pensamento de alguma coisa em geral em que [se faz] abstração de toda forma de intuição sensível” (KANT, [1781] 2009, p. 183).

Conforme Figueiredo (2005), o idealismo transcendental kantiano rompe com a tradição filosófica platônica ao negar que corresponderiam ao inteligível e ao sensível dois níveis diversos de realidade, um menos real (sensível) que o outro (inteligível). Kant teria derrubado o privilégio do inteligível deixando de atribuir-lhe a determinação de uma realidade e sustentando a incidência dessa determinação sobre os fenômenos.

De fato, para Kant ([1781] 2009, p. 183), o fenômeno, que “[...] nada pode ser por si só e fora de nosso modo de representação”, é a única forma sob a qual os objetos nos são dados:

Todas as nossas representações são relacionadas a algum objeto pelo entendimento e, uma vez que os fenômenos são apenas representações, o entendimento os relaciona a alguma coisa apreendida como objeto da intuição sensível; mas essa coisa (na qualidade de objeto de uma intuição em geral), nessa relação, é tão somente o objeto transcendental. Por esse objeto devemos entender alguma coisa = x , da qual nada sabemos e [...] nada podemos saber; mas essa coisa pode, como correlativo da unidade da percepção, servir apenas para unificar a multiplicidade na intuição sensível, operação pela qual o entendimento liga essa multiplicidade ao conceito de um objeto. Esse objeto transcendental não deve nunca estar separado dos dados sensíveis, pois se assim fosse, nada restaria que servisse para concebê-lo. Portanto, ele não é um objeto do conhecimento em si, mas somente a representação dos fenômenos no conceito de um objeto em geral, que pode ser determinado pela multiplicidade dos fenômenos (KANT, [1781] 2009, p. 182-183).

Apesar da permanência de um princípio dualista na proposta kantiana, que reitera a tradição essencialista, percebemos no pensamento do filósofo a desestabilização do conceito de

representação como reprodução, cópia ou reflexo. Ao sustentar a subordinação de nosso conhecer à intuição sensível, Kant evi-dencia o problema da noção de objetividade e estreita o fosso entre o cognoscível e o cognoscitivo.

No exemplo (4), a seguir, o narrador de *A cidade sitiada*, ao re-fletir sobre a atitude da protagonista do romance, parece aludir a essa realidade fenomênica:

(4) Oh, mas as coisas não eram jamais vistas: as pessoas é que viam. E perto a sólida porta da sala. E mais além a mulher de porcelana sustentava nas costas o reloginho parado. Tudo isso era a miniatura da igreja, da praça e da torre do relógio, e neste mapa a moça calculava como um general. Que diria então se pudesse passar, de ver os objetos, a dizê-los... Era o que ela, com paciência de muda, parecia desejar. Sua imperfeição vinha de querer dizer, sua dificuldade de ver era como a de pintar. O difícil é que a aparência era a realidade (LISPECTOR, *A cidade sitiada*, 1998a, p. 72).

O narrador atribui a angústia da personagem à impossibili-dade de a coisa em si ser vista de maneira isenta, livre do olhar dos sujeitos. Em sua afirmação de que a aparência era a reali-dade, percebemos apreciação semelhante à de Kant, o qual pos-tula que a definição real, isto é, a compreensão da possibili-dade do objeto de uma categoria, está inextricavelmente vinculada às condições da sensibilidade dos sujeitos, portanto à forma dos fenômenos.

Ao indicar como dificuldade essa identificação entre apa-rença e realidade e apontá-la como um obstáculo que se inter-punha ao seu desejo de dizer o mundo, o narrador de Clarice nos chama a atenção, ainda nesse exemplo, para o aspecto que

naturalmente emerge do questionamento da noção clássica de representação: o lugar da linguagem na significação. No exemplo (5), adiante, ao denunciar a insuficiência das palavras, o narrador parece definir esse lugar como posto marginal.

(5) Lucrécia Neves talvez quisesse exprimi-lo, imitando com o pensamento o vento que bate portas – mas faltava-lhe o nome das coisas. Faltava o nome das coisas, mas eis, eis aqui, ali, eis a coisa, a igreja, as pombas voando sobre a Biblioteca, os salames à porta da loja, o vidro ardente de uma janela sinalizando com insistência para o morro... Os dois de pé espiando. E a dureza das coisas era o modo mais recortado de ver da moça. Da impossibilidade de ultrapassar essa resistência nascia, de fruto verde, o travo das coisas firmes sobre as quais soprava com heroísmo esse vento cívico que faz tremer bandeiras! a cidade era uma fortaleza inconquistável! E ela procurando ao menos imitar o que via: as coisas estavam como ali! e ali! Mas era preciso repeti-las. A moça tentava repetir com os olhos o que via, tal seria ainda o único modo de se apoderar (LISPECTOR, *A cidade sitiada*, 1998a, p. 49).

A inquietação que opõe a personagem diz respeito à suposição de que, em vez de atuar como elemento semiotizante, discretizando o mundo, “o nome das coisas” falha em exprimir-lhes os sentidos. Sem que conseguisse imitar, repetir com palavras, as coisas que se mostravam a seu recortado modo de ver, Lucrécia é tomada por uma angústia que o narrador considera consequência da imperfeição da linguagem.

Esse juízo que concebe a linguagem como instrumento ineeficaz conserva um veio representacionista, ao pressupor que, em alguma dimensão anterior às palavras, residiriam as coisas com seus significados essenciais; por trás do símbolo restaria a

essência intacta. Às palavras, ideologicamente neutras, caberia, sob essa ótica, a transmissão de conceitos previamente formulados, naturalmente estabelecidos para as entidades. Neste trecho de *A maçã no escuro* (exemplo (6)), a angústia do personagem Martim parece embutir essa ideia de que o sentido é anterior à expressão:

(6) Sem uma palavra a escrever, Martim no entanto não resistiu à tentação de imaginar o que lhe aconteceria se o seu poder fosse mais forte que a sua prudência. “E se de repente eu pudesse?”, indagou-se ele. E então não conseguiu se enganar: o que quer que conseguisse escrever seria apenas por não conseguir escrever “a outra coisa”. Mesmo dentro do poder, o que dissesse seria apenas por impossibilidade de transmitir uma outra coisa. A proibição era muito mais funda... surpreendeu-se Martim. Como se vê, aquele homem terminara por cair na profundeza que ele sempre sensatamente evitara. E a escolha tornou-se ainda mais funda: ou ficar com a zona sagrada intacta e viver dela – ou trá-la pelo que ele certamente terminaria conseguindo e que seria apenas isto: o alcançável (*LISPECTOR, A maçã no escuro*, 1998c, p. 172-173).

Como nos deixa saber o narrador, Martim acredita estar no erro a realização máxima do signo. Ainda que, na tentativa de capturar um sentido supostamente autônomo, ousasse empregar a linguagem, ela iria auxiliá-lo na empresa apenas na medida em que seu restrito potencial, seu *papel instrumental defectivo*, permitisse.

O resquício representacionista que observamos na crença frustrante do personagem remete ao que Bakhtin ([1929] 2006, p. 114) considera declarações típicas do romantismo idealista:

“O pensamento expresso pela palavra é uma mentira’ (Tiutchev). ‘Oh, se pelo menos alguém pudesse exprimir a alma sem palavras!’ (Fiet)”. Assim como a aflição do personagem, essas declarações são contrariadas pela noção de língua viva, segundo a qual, em vez de receber um pacote de categorias lexicais de eficiência duvidosa, tomamos parte no processo, necessariamente social e sempre em construção, de constituir a língua e pô-la em movimento. Como explica o autor,

[...] os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já constituída – graças à língua materna – se confronta com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar. Os sujeitos não “adquirem” sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 109-110).

Ao adotar esse ponto de vista, compreendemos com o autor que “[...] não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental” (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 114). Torna-se pouco plausível, sob esse ângulo, pensar num conteúdo interior a ser deformado pela expressão exterior, uma vez que “[...] não existe atividade mental sem expressão semiótica” (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 114).

A ideia que sustenta o temor de Martim, que o narrador nos dá a conhecer em (6), projeta-se, a nosso ver, nestas palavras de Bakhtin: “No curso do processo de dominar o material, de submetê-lo, de transformá-lo em *meio* obediente, da expressão, o

conteúdo da atividade verbal a exprimir muda de natureza e é forçado a um certo compromisso” (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 113, grifo do autor). Para preservar a forma pretensamente autônoma do conteúdo interior, o personagem renuncia à expressão.

Como observamos no exemplo (7), a seguir, atitude semelhante é adotada pela narradora-personagem de *A paixão segundo G.H.*:

(7) Mas é a mim que caberá impedir-me de dar nome à coisa. O nome é um acréscimo, e impede o contato com a coisa. O nome da coisa é um intervalo para a coisa. A vontade do acréscimo é grande – porque a coisa nua é tão tediosa (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 139-140).

Para G.H., tomada como entidade independente, a coisa nua prescinde do nome; em sua forma pura é intangível. Diante disso, a estratégia por que opta a personagem é recusar nomeá-la. Como percebemos em (8), adiante, definir, conceituar, categorizar são operações das quais se esquia para resguardar a suposta essência irrecuperável dos fenômenos.

(8) Eu sabia que o neutro da barata tem a mesma falta de gosto de sua matéria branca. Sentada, eu estava consistindo. Sentada, consistindo, eu estava sabendo que se não chamassem as coisas de salgadas ou doces, de tristes ou alegres ou dolorosas ou mesmo com entretons de maior sutileza – que só então eu não estaria mais transcendendo e ficaria na própria coisa (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 86).

Essa renúncia cautelosa, a que G.H. recorre para viver no núcleo da experiência, faz, em *A maçã no escuro*, o personagem Martim ir mais longe, desafiar a prudência do silêncio. Ao julgar defectiva a linguagem convencional, a linguagem dos outros,

Martim se propõe inaugurar a própria. Assim é que, do mesmo modo que os filósofos analíticos clássicos, ele procura estabelecer uma linguagem que com êxito traduza a realidade objetiva. O fracasso desse projeto ambicioso leva o personagem a reavaliar a necessidade de descobrir o símbolo perfeito. Desse movimento resulta, para ele, a resignação com a ideia de que a verdade oculta, a ser por tal símbolo revelada, permanece enevoada.

(9) De que lhe valera a liberdade profunda mas sem poder. Ele tinha tentado inventar um novo modo de ver ou de entender ou de organizar, e tinha querido que esse modo fosse tão perfeito quanto o da realidade. Mas o que experimentara fora apenas a liberdade de um cão sem dentes. A liberdade de ir em busca da promessa que o rodeava – pensou o homem tremendo. E tão vasta era a promessa que, se a pessoa a perdia de vista por um segundo, então se perdia de si própria num mundo vazio e completo que não parece precisar de um homem a mais. Perdia-se até que exaustivamente, e nascida do nada, se erguesse a esperança – e então de novo, como para um cão sem dentes, o mundo se tornasse passeável, tocável. Mas apenas tocável (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 220-221).

O novo modo de ver, entender, organizar de Martim, em vez de garantir-lhe acesso à realidade intacta que supunha existir, proporcionou ao personagem não mais do que a recompensa vã de um mundo vazio e completo. Tal qual uma massa amorfa, esse mundo completo, ainda não discretizado, vazio de categorias, não supriu a expectativa de tornar para ele mais do que apenas tocável a realidade.

Além da dissociação entre a configuração do real e as práticas discursivas, é possível identificar no conflito em que sevê

o personagem outro pilar da representação, a presença de dualismo entre cognição e mundo. Como discutimos no segundo capítulo, a visão cartesiana de cognição, que desconsidera a constitutividade mútua entre cognição e ser e entre ser e mundo, tem nutrido há bastante tempo a ideia de que a cognição consiste na faculdade de representar adequadamente uma instância exterior predeterminada.

Em oposição a essa ideia, com base na premissa fenomenológica de que nosso conhecimento do mundo resulta do modo como nele operamos com nosso corpo e nossa linguagem, construindo nossa história social, Varela (1988) argumenta que é pouco razoável considerar dado autônomo aquilo que não é estático nem admite nossa ausência; aquilo que é, ao contrário, contingencial e necessária e simultaneamente objeto e circunstância de nossa ação. A codeterminação, esse processo de constituição recíproca que se estabelece entre nós e o mundo, contradiz o lamento de Martim, visto que tocar a realidade é constituí-la, é o próprio modo de tê-la. O que nutre o tormento do personagem é provavelmente o fato de que, como graceja Varela (1988, p. 83), “[...] as origens deste processo estão perdidas para todo o sempre e o nosso mundo é, em todo caso, estável (... salvo quando desaba)”.

Entre linguagem e cognição, também se desenha, como observamos no exemplo (10), adiante, uma espécie de cesura intransponível. A protagonista de *Perto do coração selvagem*, Joana, parece ansiar por conectar-se à dimensão “verde e vaga” da consciência, que contém a substância pressentida, que se advinha, mas se corrompe ao ser dita.

(10) O que havia naquele instante longínquo era alguma coisa verde e vaga, a expectativa da continuação, uma inocência impaciente ou paciente? espaço vazio... Que palavra poderia exprimir que naquele tempo alguma coisa não se condensara e vivia mais livre? Olhos abertos flutuando entre folhas amarelecendo, nuvens brancas e muito embaixo o campo estendido, como envolvendo a terra. E agora... Talvez tivesse aprendido a falar, só isso. Mas as palavras sobrenadavam no seu mar, indissolúveis, duras. Antes era o mar puro. E apenas restava do passado, correndo dentro dela, ligeira e trêmula, um pouco da antiga água entre cascalhos, sombria, fresca sob as árvores, as folhas mortas e castanhas forrando as margens. Deus, como ela afundava docemente na incompreensão de si própria. E como podia, muito mais ainda, abandonar-se ao refluxo firme e macio. E voltar. Haveria de reunir-se a si mesma um dia, sem as palavras duras e solitárias... Haveria de se fundir e ser de novo o mar mudo brusco forte largo imóvel cego vivo (LISPECTOR, *Perto do coração selvagem*, 1998f, p. 190).

Afundar na incompreensão de si sem colidir com as palavras aparenta ser para Joana modo único de garantir a integridade da verdade frousamente intuída num domínio independente da linguagem. À ânsia da personagem subjaz a ideia de mente como dimensão de significação a ser deficientemente revelada pela língua. Contrapondo-se a essa perspectiva, a hipótese sociocognitiva de construção dos sentidos sugere que a linguagem, em vez de instrumento de resgate de verdades obscuras armazenadas na consciência, é uma prática inevitavelmente social (negociada; coordenada), situada (contingencial; indeterminável) e sistemática (historial; estabilizadora) de conhecer. Assim, linguagem e cognição não são domínios contíguos. Como assevera Salomão (1999), trata-se de instâncias que, embora não redutíveis entre si,

assumem identidade fragmentária conforme as exigências circunstanciais, específicas, da interação humana.

A aflição de Joana, todavia, pode também ser lida como manifestação de um aspecto diverso. É possível que, justamente por reconhecer o papel ativo da linguagem na significação, a personagem tema desprender-se do “mar mudo brusco forte largo imóvel cego vivo”. Submersa, enreda-se segura ao recôndito bloco coeso, atômico, de “coisas não condensadas e livres”, impressões, percepções viscerais. Discretizar esse bloco, organizar os pedaços em realidade intercomunicável era para ela perdê-lo. No exemplo (11), a seguir, observamos que, para escapar desse arriscado movimento, tal qual Joana resguarda-se nas águas, a personagem Virgínia, de *O lustre*, abriga-se na escuridão.

(11) [...] pelo deslizar de um segundo podia ultrapassar aquela afirmação cálida e misteriosamente veemente de que a coisa, comprehende? está ali, ali mesmo e portanto é assim, os objetos, aquele jarro pequeno por exemplo, sabe-se profundamente; e mesmo aquela janela entreaberta, a mesinha pousada sobre as pontas de três pernas sob o teto, comprehende? sabe-se profundamente; e depois há também o que não está presente (e que auxilia, que auxilia, e tudo avança) (mesmo aquela força) (um instante que se segue e dele nasce o sim e o não) (mas se se demora um pouco fica-se “sabendo” que o instante é um instante e então está mudamente (roto) (é preciso recomeçar) (enovelando, renovelando, enovelando forças) (sem permitir que certas coisas do mundo se aproximem de mais) (sobretudo o que é passado é passado e é exatamente apenas desse pequeno instante que se trata e de mais esse, e de mais esse, e de mais esse) (mas cada um por si) – e eis que sem nenhuma palavra ela já realizara. Aliás toda ela era sustentada por algumas palavras. Mas empregadas com tal sentido, com tal sentido,

com tal espécie de natureza cega e estranha que, quando as usava alto ou em pensamento ou quando as ouvia, não estremecia, não reconhecia, não notava; na sua intimidade ocupada e minuciosa ela vivia sem memória. Antes de adormecer, concentrada e mágica, dizia adeus às coisas num último instante de consciência ligeiramente iluminada. Sabia que na penumbra “suas coisas” viviam melhor sua própria essência. “Suas coisas” – pensava sem palavras, sabida na própria escuridão – “suas coisas” como “seus animais” (LISPECTOR, *O lustre*, 1999a, p. 141-142).

Observamos na descrição do narrador alusão a uma dimensão de sentido que a personagem acredita pouco ou nada vinculada à linguagem. Admitindo, quando muito, que tal domínio é estruturado por uma linguagem peculiar, de natureza cega e estranha, Virgínia deseja, em devaneio consciente, manter “suas coisas” na penumbra, a fim de preservar essências supostas. Cautelosamente, para não “ficar sabendo”, a personagem parece rejeitar dar forma à cognição. Aparenta atribuir ao amorfismo a integridade de uma verdade, evitando, portanto, entender pautadamente o que lhe acontecia, assim como Martim em *A maçã no escuro*, que se questiona: “Se nós profundamente o entendemos, precisamos também entendê-lo superficialmente? Se reconhecemos no seu mover-se lento o nosso próprio formar-se – assim como se reconhece um lugar onde pelo menos uma vez se esteve – será necessário traduzi-lo em palavras que nos comprometem?” (LISPECTOR, 1998c, p. 139).

Pensar a relação de mútua constitutividade entre linguagem e cognição é importante para compreender em que consiste de fato atribuir à língua a fabricação do real. Considerando a assunção irrefletida dessa premissa um clichê metodológico precário,

Blikstein ([1983] 2003) aponta sua reformulação como um avanço epistemológico inevitável, por julgar a significação linguística tributária do referente. Para o autor, “[...] o universo e o próprio pensamento já começam a se organizar na percepção-cognição, antes, portanto da própria linguagem” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 45); o recorte oferecido pela linguagem não seria assim o recorte da realidade propriamente, mas o recorte da realidade fabricada, da realidade transformada em referente. Conhecer o mundo, ainda que “vazio e completo”, como o de Martim (exemplo (9)), e as coisas, mesmo que “não condensadas e livres”, como as de Joana (exemplo (10)), seria sob esse ponto de vista um processo desencadeado “antes/atrás” da linguagem.

Favorecendo a desconstrução parcial da visão representacionista, a atribuição de uma *qualidade materializadora e iterativa* à semiose linguística implica um modelo explicativo para nosso modo de produzir sentidos que propõe a fabricação da realidade pela língua a partir de um movimento de reiteração circular em que captamos o mundo por meio de uma instância posicionada nesse espaço “anterior” à linguagem, uma espécie de dimensão perceptocognitiva, obscura, lugar de uma semiose sensorial e proxêmica, com processos e recursos não verbais, a ser dialeticamente condicionada e aparelhada por nossos códigos verbais.

Nos exemplos (12) e (13), a seguir, a narradora autodiegética de *Água viva*, uma artista plástica que procura compor uma espécie de retrato narrativo da consciência do tempo e do espaço, alude a uma dimensão da significação que, assim como na proposta de Blikstein, segundo nosso entendimento, estaria “atrás” da linguagem ou do que ela denomina pensamento primário:

(12) Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando sorrateiramente em contato com uma realidade nova para mim que ainda não tem pensamentos correspondentes e muito menos ainda alguma palavra que a signifique: é uma sensação atrás do pensamento (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 44).

(13) Quando se vê, o ato de ver não tem forma – o que se vê às vezes tem forma, às vezes não. O ato de ver é inefável. E às vezes o que é visto também é inefável. E é assim certa espécie de pensar-sentir que chamarei de “liberdade”, só para lhe dar um nome. Liberdade mesmo – enquanto ato de percepção – não tem forma. E como o verdadeiro pensamento se pensa a si mesmo, essa espécie de pensamento atinge seu objetivo no próprio ato de pensar. Não quero dizer com isso que é vagamente ou gratuitamente. Acontece que o pensamento primário – enquanto ato de pensamento – já tem forma e é mais facilmente transmissível a si mesmo, ou melhor, à própria pessoa que o está pensando; e tem por isso – por ter forma – um alcance limitado. Enquanto o pensamento dito “liberdade” é livre como o ato de pensamento. É livre a um ponto que ao próprio pensador esse pensamento parece sem autor (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 81-82).

O “pensamento liberdade”, conceptualizado nesses trechos pela narradora de Clarice, aproxima-se a nosso ver do sistema perceptocognitivo descrito por Blikstein ([1983] 2003). A discretização do mundo, a transformação da realidade nova, sem pensamentos correspondentes, nas palavras da narradora, em realidade fabricada, nas palavras de Blikstein, dar-se-ia a partir dessa dimensão interposta entre a linguagem e a massa amorfa do real.

Ao afirmar em (13) que “o que se vê às vezes tem forma, às vezes não”, a narradora nos permite ainda enxergar no “pensamento liberdade” um elemento crucial na dimensão da

percepção-cognição concebida no esquema proposto por Blikstein. Na discussão empreendida pelo autor a respeito do filme de Werner Herzog “O enigma de Kaspar Hauser”, de 1974, ele argumenta que sem a práxis social não há significação:

Kaspar Hauser descodifica de modo sempre aberrante a significação do mundo. A permanência do déficit cognitivo de Kaspar Hauser seria um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 55).

Conforme explicamos no primeiro capítulo, segundo Blikstein ([1983] 2003), a práxis modela a percepção-cognição a partir de mecanismos que consistem em traços de diferenciação e identificação que nos permitem discriminar, reconhecer e selecionar os elementos de uma realidade amorfa e contínua. Para o autor, esses traços tornam-se ideológicos e desencadeiam corredores semânticos ou isotopias que orientam a percepção-cognição, produzindo modelos ou padrões perceptivos, os “óculos sociais”.

Assim, ao mesmo tempo que nos permite a discretização de um universo amorfo e contínuo, a dimensão da práxis a que estaria necessariamente sujeita nossa percepção-cognição reitera padrões perceptivos, que relativizam a ausência de forma desse universo. De acordo com nossa compreensão é consonte com essa ideia o que declara a narradora de Clarice no exemplo (13): o que pensa o “pensamento liberdade”, que a narradora assim denominou “só para lhe dar um nome”, “às vezes tem forma, às vezes não”. Ousamos afirmar, com base na explicação de Blikstein, que, embora o “pensamento liberdade”

não seja determinado como o “pensamento primário”, é justamente em razão dos “óculos sociais” que, como alerta a narradora, tal pensamento não sucede “vagamente ou gratuitamente” e, por outro lado, “ao próprio pensador esse pensamento parece sem autor”.

Ocorre que, nas palavras de Blikstein, as quais mencionamos no primeiro capítulo, “[...] embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não verbal, é praticamente só por meio desses códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 80), isto é, a semiose não verbal, da qual temos apenas frágil consciência, só pode ser explicada pela língua, que por sua vez a reitera e a subverte, (re)organizando “[...] toda uma estrutura de movimentos, espaços, distâncias, gestos, objetos, construída pela estereotipia da nossa percepção” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 74).

Essa possibilidade subversiva na interação entre língua e práxis é, para o autor, o que se manifesta no conflito de Kaspar Hauser: ao desarranjar os corredores isotópicos e os estereótipos, as condições de aquisição de linguagem a que foi submetido o personagem – um momento tardio da vida e um ambiente socialmente restrito – denunciam a fabricação da realidade. No exemplo (14), a seguir, percebemos na argumentação da narradora de *A paixão segundo G.H.* certa alusão a essa “práxis libertadora” de que fala Blikstein:

- (14) Mas era como uma pessoa que, tendo nascido cega e não tendo ninguém a seu lado que tivesse tido visão, essa pessoa não pudesse sequer formular uma pergunta sobre a visão: ela não saberia que existia ver. Mas, como na verdade

existia a visão, mesmo que essa pessoa em si mesma não a soubesse e nem tivesse ouvido falar, essa pessoa estaria parada, inquieta, atenta, sem saber perguntar sobre o que não sabia que existe – ela sentiria falta do que deveria ser seu (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 135).

A “práxis libertadora”, fruto da subversão de modelos perceptocognitivos contingencialmente determinados, “[...] acaba por patenteiar como a realidade tão bem ordenada e natural é apenas um produto da práxis da comunidade” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 86). G.H., ao afirmar hipoteticamente que a pessoa cega, tendo assim nascido e vivido entre outras igualmente privadas de visão, não saberia de que sentia falta ainda que sentisse a falta, parece justamente argumentar que o real existe para nós conforme a percepção moldada pela práxis. E ao insistir que, mesmo ignorando que “ver” existia, tal pessoa restaria inquieta, com a angústia de uma pergunta que não saberia formular, a narradora problematiza a aceitação do real fabricado para a nossa percepção.

Entendemos essa problematização do real fabricado como a compreensão de que é aparente a naturalidade das estruturas ordenadas que confortavelmente admitimos; como a quebra da ilusão referencial, nos termos de Blikstein. A nosso ver, essa quebra é o reconhecimento, como possibilidade, de realidades outras; tratar-se-ia de um equívoco percebê-la como sinal acusador de uma realidade una, última, não ilusória. Em *Um sopro de vida*, nas vozes mescladas do narrador (“Autor”) e da personagem que cria como *alter ego* (“Estou falando eu ou está falando Ângela?”) (LISPECTOR, 1999b, p. 83)), parece haver menção, como observamos no exemplo (15), à inexistência dessa “realidade em si mesma”:

(15) Não existe realidade em si mesma. O que há é ver a verdade através do sonho. A vida real é apenas simbólica: ela se refere a alguma outra coisa (LISPECTOR, *Um sopro de vida*, 1999b, p. 83).

Percebemos no trecho a ideia de que a significação não consiste na atividade de designar entidades ou fenômenos preconcebidos, fora do domínio perceptocognitivo, mas num processo desencadeado em “[...] um abstrato lugar [...] onde não se pensa, esse lugar escuro, amorfo e gotejante como uma primitiva caverna” (LISPECTOR, 1999b, p. 37). No exemplo (16), a seguir, a personagem Ângela alude à semiose não verbal obscuramente processada nessa dimensão diáfana qualificando-a como modo certo, fecundo, embora fugaz, de compreender o que “não tem sinônimo no mundo da fala”.

(16) Eu adivinho coisas que não têm nome e que talvez nunca terão. É. Eu sinto o que me será sempre inacessível. É. Mas eu sei tudo. Tudo o que sei sem propriamente saber não tem sinônimo no mundo da fala mas enriquece e me justifica. Embora a palavra eu a perdi porque tentei falá-la. E saber-tudo-sem saber é um perpétuo esquecimento que vem e vai como as ondas do mar que avançam e recuam na areia da praia. Civilizar minha vida é expulsar-me de mim. Civilizar minha existência a mais profunda seria tentar expulsar a minha natureza e a supernatureza. Tudo isso no entanto não fala de meu possível significado (LISPECTOR, *Um sopro de vida*, 1999b, p. 67).

Por outro lado, ainda que, como pondera Ângela, as “[...] pré-palavras e desmaiadas visões auditivas de ideias” (LISPECTOR, 1999b, p. 124) resguardem “sua natureza e a supernatureza”,

parecem não prescindir dos signos verbais. Como observamos no exemplo (17), em apuro semelhante sevê o “Autor”:

(17) Eu – eu quero quebrar os limites da raça humana e tornar-me livre a ponto de grito selvagem ou “divino”. Mas me sinto indefeso em relação ao mundo que me é então aberto. Quem? quem me acompanha nessa solidão que se não fores tu, Ângela, não atingirei o cume? Ou talvez eu esteja querendo entrar nos mais remotos mistérios enquanto durmo que apenas afloram nos sonhos. A imaginação antecede a realidade! Só que eu só sei imaginar palavras (LISPECTOR, *Um sopro de vida*, 1999b, p. 76).

Mesmo ambicionando divisar a dimensão remota que supõe anteceder a realidade, parece reconhecer que a liberdade do “grito selvagem” sucumbe à lógica linear discursiva à qual, segundo Blikstein ([1983] 2003), tende a amoldar-se nossa percepção-cognição. Para o linguista, nossa sociabilidade crescente promove esse processo, tornando cada vez mais natural recorrermos à discursividade como modo de pensar o mundo. Conforme esclarece, esse modo é de fato o único a que somos capazes de recorrer para materializar a semiose tecida em nosso sistema perceptual. Como vemos no exemplo (18), o “Autor” reconhece essa condição ao afirmar captar o ar da ideia muda, do “pré-pensamento”, já no instante materializado em símbolo, não antes, no elusivo “pré-instante”:

(18) Meu pensamento, com a enunciação das palavras mentalmente brotando, sem depois eu falar ou escrever – esse meu pensamento de palavras é precedido por uma instantânea visão, sem palavras, do pensamento – palavra que se seguirá, quase imediatamente – diferença espacial de

menos de um milímetro. Antes de pensar, pois, eu já pensei. Suponho que o compositor de uma sinfonia tem somente o “pensamento antes do pensamento”, o que se vê nessa rapi-díssima ideia muda é pouco mais que uma atmosfera? Não. Na verdade é uma atmosfera que, colorida já com o sím-bolo, me faz sentir o ar da atmosfera de onde vem tudo. O pré-pensamento é em preto e branco. O pensamento com palavras tem cores outras. O pré-pensamento é o pré-ins-tante. O pré-pensamento é o passado imediato do instante. Pensar é a concretização, materialização do que se pré-pensou. Na verdade o pré-pensar é o que nos guia, pois está intimamente ligado à minha muda inconsciência. O pré-pensar não é racional. É quase virgem. Às vezes a sen-sação de pré-pensar é agônica: é a tortuosa criação que se debate nas trevas e que só se liberta depois de pensar – com palavras (LISPECTOR, *Um sopro de vida*, 1999b, p. 18).

Ao aludir, contudo, à precedência de uma instantânea visão sem palavras, que guia o pensar racional, evoca a ideia sus-tentada por Blikstein ([1983] 2003, p. 68) de que “[...] nem toda cog-nição seria governada pela língua”. Como argumenta o linguista, sistemas semiológicos de ordem sensorial ou cinestésica são ofuscados pela língua apesar da função capital que exercem na produção da significação. Blikstein ([1983] 2003) explica que isso se dá porque, sem que tenhamos consciência do fenômeno em progresso, esses sistemas icônicos, já engendrados pela práxis social, são impregnados de corredores isotópicos e traços valora-tivos, os quais favorecem a possibilidade de uma semiotização do mundo independente da intervenção da língua. A matéria-prima a que o narrador de *A hora da estrela* refere-se no exemplo (19) teria, conforme essa ótica, estrutura própria, que não re-produz a lógica operacional da língua:

(19) Esta história são apenas fatos não trabalhados de matéria-prima e que me atingem direto antes de eu pensar. Sei muita coisa que não posso dizer. Aliás pensar o quê? (LISPECTOR, *A hora da estrela*, 1998b, p. 69).

Se pudesse ser respondida por Blikstein, a questão formulada pelo narrador teria talvez como retorno o argumento de que o pensamento icônico é capaz de semiotizar, sem necessariamente recorrer aos códigos verbais, “[...] toda uma estrutura de movimentos, espaços, distâncias, gestos, objetos, construída pela estereotipia da nossa percepção” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 74). Sua sujeição à língua, que se torna, por outro lado, inevitável, parece comprometedora, danosa, em razão da linearidade imposta pela semióse verbal, “[...] que desmantela a simultaneidade das estruturas visuais” (BLIKSTEIN, [1983] 2003, p. 68). Disso já suspeita a narradora-personagem de *Água viva*, sobre a qual paira o sempre evidente “[...] desespero das palavras ocuparem mais instantes que um relance de olhar” (LISPECTOR, 1998e, p. 15), como mostra o exemplo (20):

(20) Que estou fazendo ao te escrever? estou tentando fotografar o perfume. Escrevo-te sentada junto de uma janela aberta no alto de meu atelier. Escrevo-te este fac-símile de livro, o livro de quem não sabe escrever; mas é que no domínio mais leve da fala quase não sei falar. Sobretudo falar-te por escrito, eu que me habituei a que fosses a audiência, embora distraída, de minha voz. Quando pinto respeito o material que uso, respeito-lhe o primordial destino. Então quando te escrevo respeito as sílabas. Novo instante em que vejo o que vai se seguir. Embora para falar do instante de visão eu tenha que ser mais discursiva que o instante: muitos instantes se passarão antes que eu desdobre e esgote a complexidade una e rápida de um relance. Escrevo-te à medida de

meu fôlego. Estarei sendo hermética como na minha pintura? Porque parece que se tem de ser terrivelmente explícita. Sou explícita? (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 50).

A captura do instante exige da personagem a conduta paradoxal da discursividade. Ao passo que se impõe como alternativa exclusiva de materializar a substância complexa do relance, o efeito linear da língua acaba por tornar longínquo o impulso primário e filtrar os dados sensoriais dessa composição volátil.

Conceber a linguagem como mecanismo mediador (da materialização e compreensão de uma semiose mais primária, não verbal) que, ao mesmo tempo, aparelha nosso sistema percepto-cognitivo e dialeticamente reitera a realidade fabricada promove a desconstrução da ideia do real apriorístico, naturalmente discretizado, na qual se fundamenta o conceito de representação. A parcialidade que, de outra parte, atribuímos a essa desconstrução firma-se no fato de que, a nosso ver, persiste nesse modo de compreender a semiose linguística a noção da existência de um domínio dotado de propriedades especiais para processar a instrução do meio, capaz de projetar imagens redutíveis ao organismo, a mente.

Concordando com Magro (1999b), consideramos ainda ancorado no modelo representacionista o ponto de vista de que a percepção é a faculdade de uma instância psíquica transcendente, separada do domínio das interações e de nossa ação discursiva. Parece-nos mais distante desse modelo o entendimento da experiência perceptiva como uma prática que, em vez de transfigurar (fabricar) a realidade a partir de uma dinâmica que opõe o que é externo e o que é interno, consiste num ato

cognitivo entrelaçado à linguagem, a compreensão de que, por meio desse ato, isto é, discretizando e categorizando o mundo, compomos coordenadamente a história que passamos a posteriormente tratar como independente do processo através do qual a fizemos existir. Na próxima subseção, discutimos com base nos exemplos as características atribuídas à semiose lingüística que a nosso ver são pautadas por essa compreensão, alinhando-se ao conceito de recursão na linguagem.

Recursão na linguagem: aspecto indicial, caráter constitutivo, condição colaborativa

De acordo com Maturana (2001), a noção de recursão na linguagem diz respeito ao fluir de nossas coordenações de coordenações consensuais de ação. Operamos na linguagem interagindo e materializando a história de nossas interações; articulamos nossas condutas negociando sentidos, regulando consensos e reportando-nos recorrentemente a esse operar discursivo.

As palavras, conforme esse modo de conceber a linguagem, não funcionam como símbolos a respeito de fenômenos com existência independente do discurso, mas engendram esses fenômenos “[...] como entroncamentos no espaço de coordenações de ação” (MATURANA, 2001, p. 99). A simbolização, frequentemente admitida como recurso intrínseco dos signos verbais, é, para o autor, processo secundário; os símbolos surgem como relações que estabelecemos na dinâmica de nossas coordenações de ação. “O que fazemos na linguagem, na explicação,

tem a ver com a experiência. A experiência nos acontece, nos encontramos nela e nos encontramos na linguagem, e em seguida explicamos o que fazemos” (MATURANA, 2001, p. 100). Os significados não são, portanto, elementos da linguagem, mas reflexões, explicações que produzimos nas coordenações.

Em conformidade com essa premissa, o *aspecto indicial* atribuído à linguagem refere-se ao fato de serem as palavras pistas que, com outros elementos semióticos, guiam os interlocutores na enunciação, na construção de objetos discursivos. O que frequentemente nos parece uma inadequação crônica, discrepância insuperável entre símbolo e sentido, pode indicar, sob esse ângulo, não mais do que a vantajosa condição de sermos seres linguajantes: contar com um modo de agir social que nos permite fazer distinções, (re)categorizar nossas experiências, trazer o mundo à existência. Em *Água viva*, ao refletir sobre o fracasso aparente do símbolo, a narradora-personagem sugere que “[...] o que parece falta de sentido – é o sentido” (LISPECTOR, 1998d, p. 35). Como declara nos exemplos (21) e (22), a seleção daquilo que julga “parecenças erradas” a conduz pelo “enovelado” por elas armado:

(21) Mas há a transfiguração do meu terror: então entrego-me a uma pesada vida toda em símbolos pesados como frutas maduras. Escolho parecenças erradas mas que me arrastam pelo enovelado (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 19).

(22) Porque agora te falo a sério: não estou brincando com palavras. Encarno-me nas frases voluptuosas e ininteligíveis que se enovelam para além das palavras. E um silêncio se evola sutil do entrechoque das frases. Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha –

morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente. Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 20).

Ao comparar à isca a palavra que captura a entrelinha, no exemplo (22), a personagem nos adverte de que é parcial a analogia, por não haver cesura entre signo e sentido, palavra e “não palavra”. Percebemos no trecho alusão à ideia sustentada por Mondada e Dubois (2003) de que as categorias é que reificam as práticas humanas, as entidades do mundo. Como asseveram as autoras, ao agir discursivamente, o interlocutor “[...] não está simplesmente tentando buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical. Ao contrário, o processo de produção das sequências de descritores em tempo real ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 34).

A personagem de Clarice afigura ciência dessa circunstância quando afirma não poder livrar-se da isca, após “pescar a entrelinha”, por se terem tornado palavra e “não palavra” indissociáveis. A par, ao que parece, da inexistência de um ponto preciso, *habitat* da entrelinha pronta, discreta, onde lançar seu anzol, a narradora sugere, para alcançar esse modo peculiar de fisgar (incorporar) sua verdade inventada, a espreita paciente, o trabalho diligente para obter o que deseja do signo, essa isca especial.

Em *A paixão segundo G.H.*, a protagonista também reflete, no exemplo (23), adiante, sobre a natureza laboriosa do dizer e, ao

apresentar a consequência da “enorme surpresa com a pobreza da coisa dita”, a reformulação, parece aludir à noção de processo, que subjaz à abordagem construcionista de linguagem.

(23) Será preciso coragem para fazer o que vou fazer: dizer. E me arriscar à enorme surpresa que sentirei com a pobreza da coisa dita. Mal a direi, e terei que acrescentar: não é isso, não é isso! Mas é preciso também não ter medo do ridículo, eu sempre preferi o menos ao mais por medo também do ridículo: é que há também o dilaceramento do pudor. Adio a hora de me falar. Por medo? E porque não tenho uma palavra a dizer. Não tenho uma palavra a dizer. Por que não me calo, então? Mas se eu não forçar a palavra a mudez me engolfará para sempre em ondas. A palavra e a forma serão a tábua onde boiarei sobre vagalhões de mudez (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 20).

A reformulação, o ajustamento categorial, a que se refere G.H. remete, a nosso ver, à compreensão, fomentada nos estudos seminais da referenciação, de que, não havendo no mundo referente autônomo, entidade preexistente à linguagem, dizer consiste no processo de construir tal entidade ao curso do próprio agir discursivo, não de resgatá-la com a posse da palavra, que a personagem lamenta não ter.

Em *A maçã no escuro*, a experiência do herói Martim parece evocar a mesma compreensão. Ao longo de sua trajetória, ele encontra nas palavras, em vez de correspondência com sentidos delas independentes, um modo de organizar verdades. Observamos no exemplo (24), a seguir, que o personagem reconhece, embora relutante, certa vantagem na indicialidade constitutiva da semiose lingüística, comprazendo-se com os sentidos forjados em razão da plasticidade proporcionada por essa condição.

(24) Esta última frase o homem disse com vaidade porque lhe pareceu que organizara com alguma perfeição as palavras. Certamente o que fez Martim experimentar essa perfeição foi o fato de suas palavras terem de algum modo ultrapassado o que ele quisera dizer. E, embora se sentindo ludibriado por elas, preferiu o que dissera ao que realmente pretendera dizer, por causa do modo muito mais certo como as coisas nos ultrapassam. O que também lhe deu, no mesmo instante, uma impressão de fracasso; e de resignação ao modo como acabara de se vender a uma frase que tinha mais beleza que verdade. A primeira coisa que ele estava esbanjadoramente comprando com seu novo dinheiro era um público – mas este já o forçara a uma verdade organizada (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 43).

A verdade organizada exigida pelo novo público de Martim é propiciada pela indicialidade da língua, que o personagem hesita em acolher, leva à reflexão sobre a relevância do discurso na promoção da comensurabilidade das versões que elaboramos para explicar a realidade. Ao negociar com seus interlocutores, Martim surpreende-se com “o modo muito mais certo” assumido pela coisa dita. A surpresa do personagem decorre, conforme compreendemos, da ideia criticada por Rorty (1980) de haver uma descrição única e correta do real, naturalmente pertinente a nossa intuição.

Como explica o filósofo, a desconstrução dessa ideia requer o entendimento de que, além de não ser a exteriorização de representações internas, o discurso não representa o que quer que seja. Ele assevera que “[...] precisamos deixar de lado a noção de correspondência tanto para enunciados quanto para pensamentos, e enxergar os enunciados em sua relação

com outros enunciados em vez de com o mundo” (RORTY, 1980, p. 371-372).²⁷

Concordando com as perspectivas filosóficas de Wittgenstein e Heidegger, o autor argumenta que o dizer não é necessariamente dizer como as coisas são, expressar sobre elas um juízo formulado. Sustenta que, ao dizer, não procedemos à investigação dos verdadeiros referentes, mas tomamos parte na conversação, assumindo a responsabilidade de negociar palavras, ideias e teorias. A verdade é, pois, “[...] o resultado comum do discurso comum” (RORTY, 1980, p. 377).²⁸ Para Rorty, essa percepção implica conceber os seres humanos como agentes, como “[...] autores de novas descrições em vez de seres de quem se espera a capacidade de descrever corretamente” (RORTY, 1980, p. 378).²⁹

Para o personagem de Clarice, contudo, persistem o desconcerto e a impressão de erro, fracasso em face do vácuo deixado pela falácia da verdade transcendental, plena (*truthfulness*, como designa Rorty). Tendo “comprado com seu novo dinheiro” improváveis interlocutores, as pedras, Martim parece enfrentar dificuldades ao fazer com elas “toda a infinita soma de algarismos” de resultados provisórios, contingencialmente validáveis, como mostra o exemplo (25):

²⁷ “[...] we have to drop the notion of correspondence for sentences as well as for thoughts, and see sentences as connected with other sentences rather than with the world” (RORTY, 1980, p. 371-372).

²⁸ “[...] the normal result of normal discourse” (RORTY, 1980, p. 377).

²⁹ “[...] generators of new descriptions rather than beings one hopes to be able to describe accurately” (RORTY, 1980, p. 378).

(25) Depois que Martim disse o que tinha a dizer, apesar de estar satisfeito, sentiu-se cansado, como se houvesse um erro em alguma coisa que ele dissera – e ele fosse obrigado a fazer toda a infinita soma de algarismos de novo. Em algum ponto não identificável, aquele homem ficara preso num círculo de palavras. Esquecera de informar alguma coisa? As pedras iam certamente ter uma impressão falsa. Para quem nunca viu uma cabeleira, um fio de cabelo não era nada, e tirado de sua água, o peixe era apenas uma forma (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 44).

O comentário do narrador, ao pôr em questão a compreensão da plateia peculiar de Martim, remete, a nosso ver, à discussão tecida por Wittgenstein ([1958] 1996) a respeito de como nossas escolhas lexicais não são motivadas por uma intenção de expressão dissociada de situações, costumes e instituições humanas. De acordo com o filósofo, “[...] o que chamamos de ‘descrições’ são instrumentos para empregos especiais” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 137, § 291); é ao experimentar e comparar vivências que aprendemos a usá-las em jogos específicos. “Quando se pergunta ‘Como é que a frase faz para expor?’ – a resposta poderia ser: ‘Você não sabe? Você o vê quando a usa.’ Não há nada oculto” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 174, § 435).

A menção em (25) ao fio de cabelo irreconhecível e à forma obsoleta do peixe fora d’água evoca, segundo nosso entendimento, a ingênua expectativa referida por Wittgenstein de esperar descobrir o que significa “mate” mediante a observação aplicada do último lance de uma partida de xadrez. Para o autor, é com base nas comparações que estabelecemos nos jogos de linguagem que somos capazes de fixar critérios de identidade para eventos e coisas. Nesse sentido, a proeza de “chegar às

coisas”, como suspeita a protagonista de *O lustre*, Virgínia, no exemplo (26), é de fato condicionada pelos signos, não por capturarem a realidade, mas por nos permitirem produzir efeitos que a modelam.

(26) Sua impressão então era a de que só poderia chegar às coisas por meio de palavras. Era sempre um pouco de esforço entender, entender tudo. [...] Ele fitara-a devagar penetrante, jamais deixando-a escapar, jamais: – Que foi exatamente que eu disse? Ela tentara falar, confundira-se corada. – Eu sabia que você não tinha ouvido, suspirara ele alcando os ombros. Confusa e eloquente ela explicava: – Eu não ouvi as palavras, não sei mesmo o que elas poderiam ser mas eu lhe respondi, não foi? senti sua disposição quando você falou, senti como eram as palavras... Eu sei o que você quis dizer... não importa o que você tenha dito, juro... (LISPECTOR, *O lustre*, 1999a, p. 109).

Ainda que Virgínia estivesse perfeitamente atenta, a veemência do protesto de seu interlocutor (“– Que foi exatamente que eu disse?”) pareceria incongruente se a avalíssemos sob a perspectiva de Wittgenstein. O filósofo argumenta: “Mas quando se diz: ‘Como vou saber o que alguém tem em mente, pois vejo somente os seus signos’, então digo: ‘Como *ele* pode saber o que tem em mente, ele também só tem os próprios signos’” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 188, § 504, grifo do autor).

A explicação de Virgínia, em sua eloquência atrapalhada, sugere a ideia, na qual insiste Wittgenstein, de que a compreensão de uma proposição não é a apreensão de uma representação a ela acoplada. Para o autor, nosso interpretar na linguagem é, em vez do resgate de imagens engrenadas nos signos, um processo que tem como sistema de referência o modo de agir comum dos seres

humanos. Dado o caráter labiríntico desse processo, a linguagem se apresenta, conforme afirma o filósofo, não como condição em si mesma para a promoção do entendimento mútuo, mas como modo de produzir efeitos que modelam a realidade e, ainda, como recurso cujo uso nos permite a compreensão recíproca:

Não: “sem a linguagem não poderíamos fazer-nos entender” – mas sim: sem a linguagem não podemos influenciar outras pessoas desta e daquela maneira; não podemos construir estradas e máquinas, etc. E também: Sem **o uso** do discurso e da escrita as pessoas não poderiam fazer-se entender (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 185, § 491, grifos nossos).

Em (26), não é vislumbrar explicações remotamente afixadas aos signos, mas sentir a “disposição das palavras” que faz Virgínia compreender seu interlocutor. Assumindo o ponto de vista wittgensteiniano, poderíamos dizer que estarem os personagens concordes numa forma de vida é que os habilita a desempenhar seus movimentos no jogo de linguagem em que tomam parte. Esse mover-se coordenado é, por sua vez, a maneira como moldamos o formato flexível do real. Como assevera Wittgenstein, apenas quando falta o jogo de linguagem em que poderíamos empregar as palavras, elas nos parecem enigmas, e deixamo-nos levar na busca obstinada de uma ordem *a priori* do mundo escondida no fundo da linguagem.

De acordo com essa noção clássica da ordem oculta, do ideal, o sentido dos signos não é “[...] algo que já está abertamente manifesto e que se torna visível em seu conjunto mediante organização. Mas é algo que se situa *sob* a superfície. Algo que se situa no interior, algo que vemos quando penetrarmos a coisa, algo que

cabe à análise desenterrar” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 66, § 92, grifo do autor).

Uma vez contestada, essa noção cede espaço à crença de que a realidade pré-linguagem tem contornos imprecisos; é etérea, amorfa; assume as formas relativamente estáveis que lhe conferem nossas ações discursivas. Esse *caráter constitutivo* atribuído à linguagem permite compreender que “[...] afirma-se da coisa o que já se encontra no modo de sua exposição” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 69, § 104). Como mostram os exemplos (27) e (28), ideia semelhante parecem insinuar a narradora de *Água viva*, quando nega ao signo a representação de uma essência propriamente dita, e o narrador de *Um sopro de vida*, quando atribui ao discurso a existência de si e das coisas.

(27) Não estou brincando pois não sou um sinônimo – sou o próprio nome. Há uma linha de aço atravessando isto tudo que te escrevo (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 35).

(28) O que não existe passa a existir ao receber um nome. Eu escrevo para fazer existir e para existir-me. Desde criança procuro o sopro da palavra que dá vida aos sussurros (LISPECTOR, *Um sopro de vida*, 1999b, p. 97).

Em (27), a menção à “linha de aço” que ata os movimentos discursivos da narradora suscita a reflexão sobre como é pensada a referência de acordo com uma abordagem que refuta a correspondência, como a de Wittgenstein. Discutindo a pertinência de considerar exata ou inexata uma explicação, o filósofo ressalta que mais congruente do que estabelecer essa dicotomia seria observar se a explicação é utilizável; se ligadas às outras,

numa exposição de conjunto, nos termos do autor, ela nos faz avançar. Desse modo, como ele argumenta, uma dificuldade de compreensão não significa uma fenda no fundamento.

É como se uma explicação, por assim dizer, estivesse pendurada no ar, caso uma outra não a sustentasse. Ao passo que uma explicação pode repousar sobre uma outra que se tenha dado, mas uma não precisa da outra – a menos que nós precisemos dela para evitar um mal-entendido (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 63, § 87, grifo do autor).

Já em (28), o sopro da existência que o narrador procura no signo somente se produz quando ele escreve, isto é, quando põe o signo em funcionamento, condição consoante à ideia sugerida na maiêutica espiritosa de Wittgenstein: “*Todo signo, sozinho, parece morto. O que lhe confere vida? – Ele está vivo no uso. Ele tem em si o hálito da vida? – Ou é o uso o seu hálito?*” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 173, § 432, grifos do autor).

Se não há entidade autônoma a que corresponder, a linguagem exime-se de apresentar o rigor lógico que dela esperou a tradição. Se os usos da língua é que geram os sentidos, não há coerência em entender como imperfeição a indeterminação, a indicialidade do discurso. Para Wittgenstein, a precisão que nele se costuma buscar consiste numa noção problemática, de pouca utilidade para a compreensão da semiose linguística. Como alega o filósofo, “[...] não está previsto *um* ideal de precisão; nem sabemos que ideia fazer disso – a não ser que você mesmo estipule o que deve ser denominado assim. Mas vai ser difícil para você encontrar uma tal estipulação; uma que o satisfaça” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 64, § 88, grifo do autor).

No exemplo (29), a seguir, como nos faz saber o narrador de *A maçã no escuro*, o personagem Martim, ao pensar sobre o efeito de palavras certas e erradas na construção de verdades, sugere que não há noções predefinidas mediante as quais discernir um conceito absoluto:

(29) Depois do que, Martim recomeçou mais devagar e procurou pensar com muito cuidado pois a verdade seria diferente se você a dissesse com palavras erradas. Mas se você a disser com as palavras certas, qualquer pessoa saberá que aquela é a mesa sobre a qual comemos. De qualquer modo, agora que Martim perdera a linguagem, como se tivesse perdido o dinheiro, seria obrigado a manufaturar aquilo que ele quisesse possuir. Ele se lembrou de seu filho que lhe dissera: eu sei por que é que Deus fez o rinoceronte, é porque Ele não via o rinoceronte, então fez o rinoceronte para podervê-lo. Martim estava fazendo a verdade para podervê-la (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 40).

As palavras certas não são para Martim as que equivalem a um estado determinado, mas aquelas que fazem qualquer pessoa reconhecer “a mesa sobre a qual comemos”. Entendemos esse reconhecimento como o movimento de orientação que concretizamos ao cotejar nossas formas habituais de linguagem, os modelos que, como explica Wittgenstein ([1958] 1996), construímos como objetos de comparação. Conforme esclarece o filósofo, “[...] seremos capazes de escapar da injustiça ou do vazio de nossas asserções, somente na medida em que considerarmos o modelo como aquilo que é, como objeto de comparação – por assim dizer, como medida; e não como preconceito ao qual a realidade *tem que* corresponder” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 76, § 131, grifos do autor).

O narrador nos mostra, ainda em (29), ter-se tornado mais evidente para Martim o caráter manufatureiro da linguagem quando, por considerá-la defectiva, o personagem pensara em reformá-la. Aparentemente, ao deparar com o vazio resultante de seu teimoso projeto de decompor a linguagem ordinária, Martim termina com a sensação descrita na engenhosa metáfora wittgensteiniana, a de ter de refazer com os dedos uma teia de aranha destruída. Ele parece cogitar então o próprio protagonismo, como ser linguajante, na construção da verdade que imaginara apriorística e inacessível.

No exemplo (30), adiante, o narrador sugere que, ao procurar desvencilhar-se da linguagem ordinária, Martim se põe à parte dos jogos. Mas, sem a “precaução de transformar a coisa em algo comparável e então abordável”, o personagem acaba por ter diante de si uma massa amorfa, não uma essência intocável.

(30) Então – através do grande pulo de um crime – há duas semanas ele se arriscara a não ter nenhuma garantia, e passara a não compreender. E sob o sol amarelo, sentado numa pedra, sem a menor garantia – o homem agora se rejubilava como se não compreender fosse uma criação. Essa cautela que uma pessoa tem de transformar a coisa em algo comparável e então abordável, e, só a partir desse momento de segurança, olha e se permite ver porque felizmente já será tarde demais para não compreender – essa precaução Martim perdeu. E não compreender estava de súbito lhe dando o mundo inteiro. Que era inteiramente vazio, para falar a verdade (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 34-35).

A estratégia adotada por Martim, excluir-se do processo socio-cognitivo em que consiste nossa semiotização linguística do real, garante ao personagem não mais do que um “mundo inteiro e

vazio”, não discretizado e, portanto, sem forma. Como vemos no exemplo (31), a seguir, situação similar se dá em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Conforme nos deixa saber o narrador, a protagonista, Lóri, não se apropria da massa vaga, indívia, que sem a linguagem não adquire contornos de realidade nem se associa à vida humana:

(31) Era um saber sem piedade nem alegria nem acusação, era uma constatação intraduzível em sentimentos separados uns dos outros e por isso mesmo sem nomes. Era um saber tão vasto e tranquilo que “eu não sou eu”, sentia ela. E era também o mínimo, pois tratava-se, ao mesmo tempo, de um macrocosmo e de um microcosmo. Eu me sei assim como a larva se transmuta em crisálida: esta é minha vida entre vegetal e animal (*LISPECTOR, Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1998g, p. 147).

Tratando-se, “ao mesmo tempo, de um macrocosmo e de um microcosmo”, o saber não categorizado que Lóri experimenta é uma espécie de comunhão sensorial, um aspecto da gnose peculiar à sua “vida entre vegetal e animal”. Por sua vez, a protagonista de *A paixão segundo G.H.*, ao narrar sua experiência epifânica, reflete sobre as implicações de concebê-la como prática humana, como mostra o exemplo (32):

(32) Mas é que também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar uma forma, nada me existe. E – e se a realidade é mesmo que nada existiu?! quem sabe nada me aconteceu? Só posso compreender o que me acontece mas só acontece o que eu comprehendo – que sei do resto? o resto não existiu. Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora

dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa – a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes – então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada. A vida humanizada. Eu havia humanizado demais a vida. Mas como faço agora? Devo ficar com a visão toda, mesmo que isso signifique ter uma verdade incompreensível? ou dou uma forma ao nada, e este será o meu modo de integrar em mim a minha própria desintegração? (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 14).

Na tentativa de compreender e contar a própria experiência, a narradora-personagem pondera se o seu esforço não seria mais do que o de reconstituir; se não seria dando-se forma ao nada, oferecendo-se contorno ao caos, cortando-se em pedaços a “carne infinita” que se criaria o que existe. Identificamos no trecho uma referência à constitutividade exercida pela linguagem, aspecto que remonta à tese humboldtiana referida por Franchi ([1977] 1992), que endossa a concepção de língua como processo criador pelo qual damos forma ao conteúdo impreciso e variável de nossas experiências.

As críticas dirigidas a essa tese, da modelagem linguística do real, costumam tomá-la como a negação obtusa do mundo físico, da matéria, da natureza. Segundo Rorty (1980), tais críticas se apresentam em defesa das noções de objetividade, representação precisa e correspondência. No entanto, conforme o filósofo, nenhuma relação há entre um e outro aspecto “[...] a menos que confundamos *ter contato* com a realidade (uma relação causal, não intencional, não relativa à descrição) com *lidar com a realidade* (descrever, explicar, prever e modificá-la – todas as

quais são coisas que fazemos a partir de descrições)” (RORTY, 1980, p. 375, grifos do autor).³⁰ Nesse sentido, entendemos a constitutividade da língua não como a instituição ontológica do mundo, mas como a conceptualização de nossa experiência inelutável, como ressalta Rorty, de ser “[...] arrastado pela realidade física” (RORTY, 1980, p. 375).³¹

Com base na proposta teórica do biólogo Maturana, afirmamos mesmo que pensar a realidade em termos ontológicos não pode ser distinto, para nós, de pensá-la em termos epistemológicos, pois “[...] o fenômeno do conhecer é um fenômeno do vivo” (MATURANA, 2001, p. 40). Assim, o mundo não é; “[...] o mundo se explica [...] com o suceder do viver, com a práxis e o viver na linguagem” (MATURANA, 2001, p. 58). Segundo o autor, a assunção de que não há referência a uma realidade independente não é caótica ou temerária, porque não se trata de concebê-la como uma fantasia discursiva, mas de percebê-la como uma proposição explicativa, uma versão configurada conforme domínios de coerências operacionais.

O que fazemos na linguagem é, para Maturana, consensualmente coordenar ações e coordenações consensuais de ações; a história dessa recursão, isto é, o que fazemos emergir no fluxo dessas coordenações de coordenações é o que existe. De acordo com o autor, fora da linguagem, nada existe que diga respeito a

³⁰ “[...] unless we confuse *contact* with reality (a causal, nonintentional, non-description-relative relation) with *dealing with* reality (describing, explaining, predicting, and modifying it – all of which are things we do under descriptions)” (RORTY, 1980, p. 375, grifos do autor).

³¹ “[...] shoved around by physical reality” (RORTY, 1980, p. 375).

nós, sistemas vivos linguajantes que somos: “Nós já nos encontramos na linguagem, fazendo distinções na linguagem, quando começamos a refletir na linguagem sobre o que fazemos, e como fazemos o que fazemos” (MATURANA, 2001, p. 125).

Como a linguagem é “[...] o fluir na recursão das coordenações consensuais de comportamento” (MATURANA, 2001, p. 98), é nela que, conforme salienta Maturana, tomam forma as entidades do mundo, “[...] como nós, como entroncamentos no espaço de coordenações de ação” (MATURANA, 2001, p. 99). Apenas se pensarmos a realidade em termos essenciais, em termos de um mundo objetivo e independente, é que a linguagem aparece como limitação, como mediador deficiente. No exemplo (33), a seguir, a narradora de Clarice parece admitir que pode somente permanecer alheia, vaga, indistinta, essa “[...] base absolutamente invisível, a partir da qual surge o que surge na linguagem” (MATURANA, 2001, p. 98):

(33) Ah, mas para se chegar à mudez, que grande esforço da voz. Minha voz é o modo como vou buscar a realidade; a realidade, antes de minha linguagem, existe como um pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui eu e sou impedida a precisar saber o que o pensamento pensa. A realidade antecede a voz que a procura, mas como a terra antecede a árvore, mas como o mundo antecede o homem, mas como o mar antecede a visão do mar, a vida antecede o amor, a matéria do corpo antecede o corpo, e por sua vez a linguagem um dia terá antecedido a posse do silêncio. Eu tenho à medida que designo – e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente

reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas – volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu (LISPECTOR, *A paixão segundo G.H.*, 1998d, p. 175-176).

Ao indicar a linguagem, a própria voz, como modo de buscar a realidade sem encontrá-la e apontar essa realidade como uma grandeza *a priori* que se apresenta apenas como matéria-prima, bruta, não como dado recuperável, a narradora parece endossar o ponto de vista de Maturana (2001, p. 153): “Os objetos, a consciência, a autorreflexão, o self, a natureza, a realidade, e assim por diante, tudo o que nós, seres humanos, fazemos e somos acontece na linguagem como distinções ou como explicações na linguagem do nosso estar na linguagem”.

Percebemos ainda na reflexão da narradora, quando afirma voltar da busca de mãos vazias e não obstante com o indizível, apenas obtido pelo “fracasso” da linguagem, certa congruência com a ideia central subjacente à biologia do conhecer, a de “[...] nossa participação constitutiva no produzir o mundo que vivemos” (MATURANA, 2001, p. 155). Se não há realidade previamente distinta a ser desvelada, as mãos da narradora só poderiam voltar vazias. E se por essa razão “fracassa” a linguagem, o “fracasso” é produtivo porque obtemos o indizível no fluir em recursão nas coordenações consensuais de ação, pois “[...] tudo o que distinguimos, nós distinguimos na linguagem; tudo o que experienciamos, nós experienciamos ao distinguirmos na linguagem nossa experiência” (MATURANA, 2001, p. 155).

No exemplo (34), adiante, o comentário do narrador de *A maçã no escuro* revela que o protagonista, Martim, ao reconquistar sua condição humana, dá-se conta de que a formulação de sua experiência era fruto de um processo de construção por ele engendrado a partir de seu lugar como agente-observador. O personagem passa a admitir que a validade dessa verdade devia-se exatamente ao fato de ela ter sido produzida, o resultado de um arranjo, uma organização particular.

(34) Agora que emergira até chegar ao ponto de homem na encosta, agora que emergira até entender seu crime e saber o que desejava – ou até ter inventado o que se passara com ele e inventado o que desejava? que importava se a verdade já existia ou se era criada, pois criada mesmo é que valia como ato de homem – agora que ele conseguira se justificar, tinha que prosseguir. E conseguir antes do fim próximo a – a reconstrução do mundo (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 135).

Apoiando-nos na proposta teórica de Maturana (2001), podemos afirmar que, como “ato de homem”, a verdade inventada de Martim problematiza a referência a uma realidade independente do observador. Admitindo a inexistência de tal instância, o personagem configura um domínio explicativo que em princípio toma forma de realidade. A autenticidade que ele credita a tal domínio é, contudo, posta em xeque, não em razão da correspondência com valores transcendentais, mas da dependência das coerências operacionais que o constituem.

Segundo Maturana (2001, p. 57), é comum o pensamento de que “[...] se não há referência a uma realidade objetiva independente o que vem é o caos”. Sem uma ordem a garantir a

universalidade dos juízos, estaríamos suscetíveis à arbitrariedade generalizada. Na perspectiva do biólogo, em vez desse estado caótico, emerge do questionamento da objetividade do mundo a compreensão de que um mecanismo descritivo proposto por um observador, como Martim no romance de Clarice, tem validade com relação a alguma coisa, o que não quer dizer naturalmente, ausência de comensurabilidade.

Conforme Maturana e Varela (1995), a coerência e estabilização da sociedade como unidade dependem dos mecanismos tornados possíveis pelo operar linguístico. O problema que observamos na verdade de Martim em (34) é a falácia da solidão cognitiva. Assumindo a premissa sociocognitivista, consideramos ser necessariamente social nosso agir cognitivo e discursivo; a comensurabilidade da verdade é, pois, uma questão ligada à *condição colaborativa* da linguagem. Assim, a organização particular da experiência do personagem fracassa não porque os signos failham em acessar um domínio discreto, mas porque nenhum ser linguajante, em seu lugar de observador, opera sozinho.

As palavras, como sabemos, são ações, e não coisas que passam de lá para cá. É nossa história de interações recorrentes que nos permite um acoplamento estrutural interpessoal efetivo. Descobrimos que compartilhamos um mundo que especificamos em conjunto por meio de nossas ações. Isso é tão evidente a ponto de nos ser literalmente invisível (MATURANA; VARELA, 1995, p. 251).

No exemplo (35), a seguir, ao readmitir a linguagem dos outros “como um parálico dá um passo”, Martim volta a tomar parte nos jogos, a colaborar, a coordenar ações e coordenações de ações:

(35) Mas falara! Ele havia falado enfim. A frase sobre sua mulher fora das mais antigas, lentamente recuperada como um paralítico dá um passo. E havia ainda outras palavras que o esperavam, se a linguagem fosse recuperada... ele o descobrira com curiosidade quando dissera tão simplesmente que suspeitara um amante. O que, se não era a melhor verdade, era afinal uma verdade que tinha valor de troca... Com curiosidade, com o peso no peito, ele estava de novo trocando, comprando e vendendo. Fora isso então que lhe acontecera: suspeitara um amante. Só isso? E tudo o mais que pretendera, pensara ou quisera – tudo o mais começou a se tornar tão irreal que ele passou a mão delicada pela boca, o destino de um homem era inventado? Passou a mão pela boca seca, fascinado (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 298-299).

O personagem redescobre com fascínio, contando com “uma verdade que tinha valor de troca”, que “o destino de um homem era inventado”. Ao assumir o compromisso de negociar verdades, “de novo trocando, comprando e vendendo”, Martim comprehende que “[...] o senso de objetividade é a intersubjetividade” (DAVIDSON, 1997, p. 234).³² A reinserção nos jogos permite, pelo confronto com padrões de racionalidade divergentes dos seus, que o personagem questione a proposição explicativa que apresentara sem negociação. A nosso ver, isso evidencia a noção de racionalidade como coerência, postulada por Davidson. Segundo o autor, essa noção não implica o fracasso da objetividade, mas sua definição em outros termos, nos termos de um esforço mútuo por parte dos interlocutores de estabelecer consensos.

³² “[...] the sense of objectivity is intersubjectivity” (DAVIDSON, 1997, p. 234).

Como mostra o exemplo (36), a protagonista de *A cidade sitiada*, Lucrécia Neves, demonstra compreender, conforme as palavras do narrador, que estar e mover-se na linguagem é compartilhar formas de vida, que “[...] comunicar é reconhecer a existência de outras pessoas em um mundo comum” (DAVIDSON, 1997, p. 234):³³

(36) Porque depois aprendeu a dizer: gostei muito, o teatro estava bom, me diverti tanto. A ordem superior. Estava muito bem dançando, aprendeu ela a dizer mexendo sobrancelhas, e livrou-se para sempre de tantas realidades intransponíveis. Esta é a praça mais bonita que já vi, dizia, e depois podia atravessar com segurança a praça mais bonita que já vira (LISPECTOR, *A cidade sitiada*, 1998a, p. 129).

Ao compor com os outros a realidade, ao compartilhar o mundo através da ostensão, nas palavras de Davidson, Lucrécia vê-se livre do fardo de executar uma tarefa que somente seria possível se houvesse dois domínios contíguos, o da linguagem e o da realidade discreta: transpor o último para o primeiro. A personagem parece abandonar essa hipótese em favor da compreensão davidsoniana de que o mundo, suas entidades e seus conceitos são propriedade comum, que erguemos necessariamente porque nos comunicamos.

De acordo com Davidson (1997), qualquer falante capaz de atribuir uma atitude dispõe de estruturas da própria língua para responder às atitudes de seus interlocutores. Trata-se de

³³ “[...] to communicate is to recognize the existence of other people in a common world” (DAVIDSON, 1997, p. 234).

estruturas que, como aprendizes, eles observam funcionar relativamente bem. Conforme explica o filósofo, o êxito do entendimento mútuo não depende de nenhum padrão objetivo impersonal de medida para eleger quais juízos são verdadeiros e quais devem ser descartados; “[...] nada pode valer para manter um juízo a não ser outro” (DAVIDSON, 2000, p. 156).³⁴

Isso não quer dizer, segundo Davidson (1997), que qualquer juízo é válido, pois, ao ser construído na linguagem, o conhecimento sobre o mundo resulta de uma comunidade de entendimento; um juízo coerente não consiste numa elaboração privada por parte de uma subjetividade. Nesse sentido, como sugere, fazendo referência ao problema wittgensteiniano sobre seguir uma regra num jogo de linguagem, nossas ações discursivas não são “lances” suscitados por interpretações individuais, mas por expectativas em comum e pela possibilidade de sua frustração.

Por sua vez, Wittgenstein afirma que as noções de erro e correção dos juízos emergem da concordância de forma de vida entre os sujeitos na linguagem. Como explica o filósofo, quando dominamos uma língua, imersos nos jogos, somos orientados, mediante a observação de regularidades, a desempenhar comportamentos e empregar expressões num processo em que se tocam expectativa e realização. “Há certos critérios de comportamento para dizer que alguém não entende uma palavra: que a palavra não lhe diz nada, se ele não sabe o que fazer com ela” (WITTGENSTEIN, [1958] 1996, p. 130, § 269).

³⁴ “[...] nothing can count as a reason for holding a belief except another belief” (DAVIDSON, [1983] 2000, p. 156).

Em *A maçã no escuro*, como observamos no exemplo (37), a seguir, ao reaver a linguagem rejeitada, Martim parece ávido por demonstrar-se muito ciente do que fazer com as palavras de seus interlocutores:

(37) – Não, vou me comportar muito direito! disse com prazer e atenção, procurando com gosto repetir alguma situação anterior de modo a que esta atual se tornasse compreensível. E não se esqueçam de que não reagi, viu? não se esqueçam de dizer isso ao juiz: que não reagi! Não vê que eu até podia ter fugido? disse sabido (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 321).

O resgate da circunstância que desastrosamente procurara suprimir, a de viver com os outros na linguagem, faz o personagem coordenar, o mais explicitamente possível, a própria conduta com a de seus interlocutores, “procurando com gosto repetir alguma situação anterior” para que se tornasse compreensível a atual. Valendo-nos das palavras de Maturana (2001, p. 96), podemos dizer que o que Martim faz é “[...] operar sob condições de recursão e conservação da recursão nas coordenações consensuais de comportamento”. Performando uma quase paródia, o personagem faz referência a um consenso prévio, firmado numa história de interações recorrentes.

Segundo Maturana e Varela (1995), conceber a formação do mundo de significados em que existimos como função de nosso viver com os outros, como resultado do fluir recursivo em nossas coordenações de ações, decorre da compreensão de que o próprio desenvolvimento individual depende da interação social, uma vez que esse desenvolvimento, isto é, a ontogenia de

qualquer sujeito, é a história da conservação da condição de ser humano (conservação de sua organização como sistema, nos termos dos teóricos) no curso de mudanças estruturais contingentes com as interações ocorridas.

Os exemplos a seguir parecem corroborar essa premissa da biologia do conhecer. Em (38), o narrador de *A cidade sitiada* alude a esse aspecto histórico de nossa ontogenia e, em (39), a narradora-personagem de *Água viva* sugere que sem socialização não há humanidade:

(38) Vida individual? o perigoso é que cada pessoa trabalhava com séculos (LISPECTOR, *A cidade sitiada*, 1998a, p. 166).

(39) E se eu digo “eu” é porque não ouso dizer “tu”, ou “nós” ou “uma pessoa”. Sou obrigada à humildade de me personalizar me apequenando mas sou o és-tu (LISPECTOR, *Água viva*, 1998e, p. 12).

As reflexões nesses exemplos aproximam-se, a nosso ver, da ideia sustentada por Maturana e Varela (1995) de que nossa experiência individual está acoplada à nossa vivência num mundo de regularidades que resultam de nossa história biosocial. Como explicam os autores, embora produzido em nosso ser com os outros na evolução filogenética, esse mundo oculta suas origens no fluir recursivo que operamos na linguagem, e por essa razão não é evidente que a base das regularidades próprias ao acoplamento de um grupo social é sua tradição biológica e cultural.

Biologicamente, não há meio de desvendar como ocorreram as regularidades do mundo a que estamos acostumados, desde os valores ou preferências até as tonalidades das cores

ou os odores. O mecanismo biológico nos indica que uma estabilização operacional na dinâmica do organismo não incorpora a maneira como este se originou. Nossas visões do mundo e de nós mesmos não conservam registros de suas origens. As palavras da linguagem (na reflexão linguística) passam a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem operacionalmente no domínio linguístico. Daí que tenhamos tantos e renovados “pontos cegos” cognitivos, que não vejamos que não vemos, que não percebemos que ignoramos. Só quando alguma interação nos tira do óbvio – por exemplo, ao sermos bruscamente transportados a um meio cultural diferente – e nos permitimos refletir, é que nos damos conta da imensa quantidade de relações que tomamos como garantidas (MATURANA; VARELA, 1995, p. 259-260).

Conforme argumentam os teóricos, o que temos em comum, isto é, aquilo que uma história estrutural acumulou como óbvio, é uma tradição biológica que teve início com a origem da vida e continua a se desenvolver nas variadas histórias dos seres humanos do planeta. É essa a base da regularidade do mundo que experimentamos; não temos, pois, um ponto de referência independente de nós mesmos a garantir a estabilidade absoluta de nossas descrições, nem há conduta humana que se produza fora da trama de nossas coordenações, de nosso operar recursivo na linguagem.

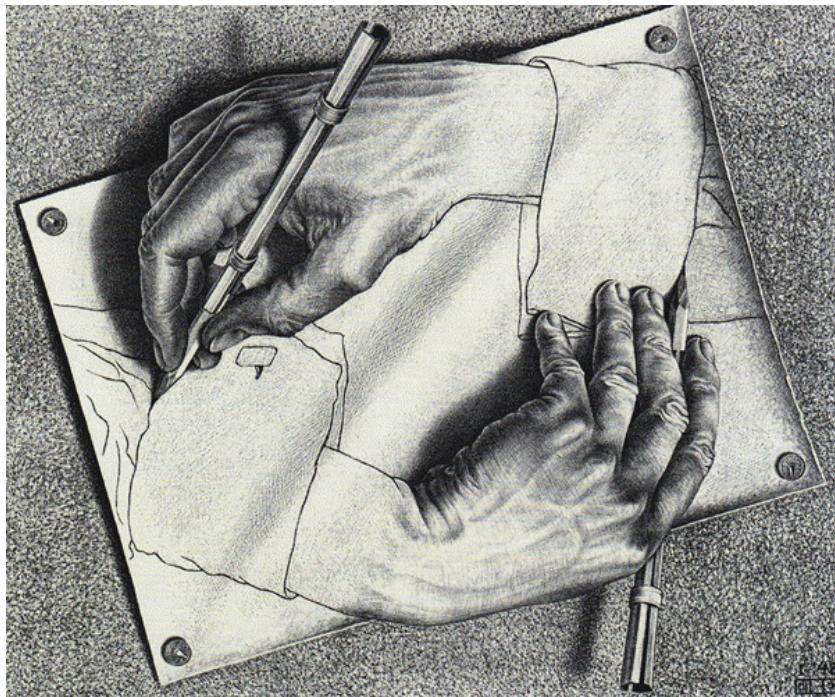
Por ter enxergado a tempo que “cada pessoa trabalhava com séculos” e que trazia em si o “és-tu” inexorável, o personagem Martim, em *A maçã no escuro*, comprehende, como mostra o exemplo (40), a inexequibilidade do desafio que se propusera: “alcançar com a última ponta de seu dedo a própria última ponta de seu dedo”.

(40) Que coisa estranha: até agora eu parecia estar querendo alcançar com a última ponta de meu dedo a própria última ponta de meu dedo – é verdade que nesse extremo esforço, cresci; mas a ponta de meu dedo continuou inalcançável. Fui até onde pude. Mas como é que não comprehendi que aquilo que não alcanço em mim... já são os outros? Os outros, que são o nosso mais profundo mergulho! Nós que vos somos como vós mesmos não vos sois (LISPECTOR, *A maçã no escuro*, 1998c, p. 310).

Entendemos como obstáculo ao desafio de Martim aquilo que Maturana e Varela (1995) designam como circularidade cognoscitiva. Os autores referem-se, com essa terminologia, “[...] ao fato de que o universo de conhecimentos, de experiências, de percepções do ser humano não é passível de explicação a partir de uma perspectiva independente desse mesmo universo” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 18).

Ao problematizar a capacidade da consciência humana de descrever seu próprio operar, isto é, a habilidade atribuída a um instrumento de análise de analisar esse mesmo instrumento de análise, os teóricos ressaltam a sensação vertiginosa provocada pela circularidade manifesta nesse processo, comparando-a ao estranhamento gerado pela pretensão de que um olho veja a si mesmo. Ilustram essa vertigem com uma gravura do artista holandês Maurits Cornelis Escher (Imagem 3), no qual mãos que se desenham mutuamente confundem-se sem que se identifique a origem do processo, tais quais as pontas últimas do mesmo dedo de Martim, em (40), caso se tivesse tornado concreto o desafio que se impusera o personagem.

Imagen 3 – *Mãos que desenham*, de M. C. Escher



Fonte: Maturana e Varela (1995).

Assim como Martim reconhece seu crescimento, desencadeado por esse “extremo esforço”, não temos alternativa, como argumentam Maturana e Varela (1995, p. 68, grifos dos autores), exceto admitir que nosso conhecer “[...] não pode ser equiparado à existência de ‘fatos’ ou objetos lá fora, que podemos captar e armazenar na cabeça. A experiência de qualquer coisa ‘lá fora’ é validada de modo especial pela estrutura humana, que torna possível ‘a coisa’ que surge na descrição”.

Da mesma forma que o personagem de Clarice, o qual, após o afínco vão aplicado à tarefa autônoma de encontrar a verdade,

descobre que se mover na linguagem equivale ao nosso modo elementar de ser humano e que é, portanto, mediante um processo necessariamente social, nos jogos das coordenações, que produzimos o fundamento do mundo que conhecemos, podemos compreender que aquilo que não alcançamos em nós (com a última ponta de nossos dedos) já são os outros.

Conforme Maturana e Varela (1995), há uma coincidência contínua entre nosso ser com os outros, nosso estar e fazer na linguagem e nosso conhecer do mundo comum que geramos. “O fenômeno do conhecer é um todo integrado, e todos os seus aspectos estão fundados sobre a mesma base” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 69); nosso ser cognitivo se constitui nas ações da vida social humana e o que conhecemos é o que produzimos nessas ações.

É nessa perspectiva que se apoia a concepção de sociocognição que defendemos neste trabalho. Entendemos que, como movimentos de um fenômeno complexo, nossos atos de referir não resultam da soma de habilidades cognitivas e comportamentos interacionais – como se fossem estes aspectos contíguos, elementos logicamente dedutíveis de uma composição –, mas se produzem “[...] pelas interações entre indivíduos e essas interações produzem um todo organizador que retroage sobre os indivíduos para coproduzi-los enquanto indivíduos humanos” (MORIN, [1982] 2005, p. 182). Se compreendido sob o prisma da complexidade tal qual a define Morin, nosso operar discursivo é um processo sem “[...] fronteiras bem nítidas dos conceitos como ‘produtor’ e ‘produto’, ‘causa’ e ‘efeito’, ‘um’ e ‘múltiplo’” (MORIN, [1982] 2005, p. 183). Estando com os outros na linguagem é que simultaneamente percebemos e fabricamos

o mundo, o que faz de nossa cognição uma faculdade-atividade necessariamente social.

Averiguar a manifestação desse modo de conceber a linguagem na escrita ficcional de Clarice Lispector, por meio de uma metodologia construída conforme as exigências decorrentes do caráter patentemente complexo apresentado por esse nosso objeto de estudo, nos levou à compreensão de que o discurso autorreflexivo presente nos romances da escritora sugere, de fato, os pressupostos da sociocognição, mas não com argumentos autovalidados, articulados para a suposta defesa de tese que, na gênese de nosso percurso investigativo, vislumbráramos na obra clariciana.

Mediante um operar recursivo em que explicações sobre nosso viver na linguagem são propostas, confrontadas, reformuladas, geradas, cotejadas, rejeitadas, transformadas, reafirmadas, o discurso tecido nos romances de Lispector aduz, não apenas em descrições, mas no próprio fazer-se (um processo em que cognição, linguagem, interlocutores e realidade coproduzida se enovelam numa trama de relações interdependentes), uma concepção de semiotização do mundo consoante à da sociocognição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida de nosso percurso investigativo foi a suposição de que poderíamos encontrar relações entre as reflexões construídas no discurso autoproblematizante que caracteriza os romances de Clarice Lispector e as noções teóricas que sustentam a concepção sociocognitivista do dizer. Como afirmamos no início desta obra, desejávamos saber se havia no conjunto dos romances da escritora a mesma “defesa de tese” que enxergamos em *A maçã no escuro* ao estudarmos, em experiência anterior, essa narrativa, isto é, se existia nos outros romances uma argumentação congruente com fundamentos de uma visão sociocognitivista de linguagem.

Nossa trajetória levou-nos à compreensão de que o discurso clariciano sobre a linguagem sugere, de fato, as noções que em nosso estudo apresentamos como pressupostos da sociocognição. Não foi, contudo, propriamente uma defesa de tese que encontramos na escrita autorreflexiva e autoconfrontadora de Clarice. Livre da preocupação que a nós se impõe no

ato discursivo que aqui desempenhamos, a de firmar e justificar um posicionamento, a escritora empreende um operar recursivo em que tematiza a errância produtiva do signo, com especulações que não se vinculam exclusivamente a um paradigma ideológico ou a uma perspectiva conceitual.

Imbuída do anseio de entender o próprio entendimento e desvendar o mais íntimo segredo daquilo que existe, como declara ao emprestar voz à personagem feminina de *Um sopro de vida*, Clarice nos guia na tessitura de uma rede de significação em que a cognição e a linguagem são tema e processo. Tomando a forma de expressão da consciência angustiada dos personagens e da percepção espirituosa dos narradores, as proposições explicativas engendradas pela escritora remetem a juízos não redutíveis a diretrizes epistemológicas e sempre abertos à revisão; de constância tais juízos apresentam apenas um traço: o questionamento da representação.

Se a análise dessas proposições, por um lado, nos permitiu entrever, no desenvolvimento conflituoso desse questionamento, alusão a cada uma das noções que em nosso estudo propusemos como fundamentos da sociocognição, por outro, revelou na contingência mesma da semiose verbal produzida no discurso de Clarice – que, sob o fracasso aparente do dizer, negocia intensamente com o leitor os sentidos de sua mimese peculiar – uma compreensão de linguagem coerente com a concepção sociocognitivista.

A mimese peculiar que mencionamos é, aliás, um elemento importante para explicar a pouca atenção que dispensamos neste estudo à descrição da elaboração épica dos eventos em cada romance. Caracterizados pela confusão diligentemente arquitetada

entre a ação propriamente dita e as digressões do narrador, amalgamadas às aflições dos personagens, os romances quase sem enredo de Clarice não são histórias que se contam.

Os fundamentos que afirmamos ter identificado nas reflexões da escritora sobre a linguagem foram, por sua vez, observados com base na investigação de cada um dos objetivos específicos que propusemos para nos ajudar a satisfazer nosso propósito central, perquirir as relações entre o discurso clariciano e a abordagem sociocognitivista do dizer.

O primeiro desses objetivos foi verificar, nos romances de Clarice, a presença de traços que indicassem o reconhecimento do caráter indicial da linguagem. Percebemos nas passagens analisadas que os personagens da ficcionista encontram nas palavras, em vez de correspondência com sentidos delas independentes, um modo de organizar verdades, o que sugere a ideia da inexistência no mundo de referente autônomo, de entidade preexistente à linguagem, e o entendimento de que agir discursivamente não é capturar a realidade, mas produzir efeitos que a modelam.

Outro objetivo proposto foi averiguar, nas reflexões construídas pela escritora, a manifestação da ideia de que com a linguagem damos forma ao mundo. Observamos que há nas passagens examinadas alusão à noção de que o real configura-se sob o aspecto relativamente estável que lhe proporcionam nossas ações discursivas e, ainda, de que o aparente fracasso da semiotização do mundo que empreendemos é, na verdade, produtivo, porque é no fluir em recursão nas coordenações consensuais de ação que discretizamos a massa amorfa de nossas experiências.

Finalmente, propusemos identificar, nas considerações claricianas sobre a referência, características associáveis a uma perspectiva que toma a construção de sentidos como uma atividade colaborativa. Nossa análise demonstrou que se insinua em tais reflexões a compreensão de que nenhum ser linguajante, em seu lugar de observador, opera sozinho; o mundo, com suas entidades e conceitos, é propriedade comum, que produzimos necessariamente porque nos comunicamos.

Os pressupostos teóricos em torno dos quais construímos esses objetivos, indicialidade, constitutividade e colaboração, que consideramos aspectos basilares da concepção de linguagem sociocognitivista, nos guiaram também na elaboração de nossas categorias de análise. No decorrer de nosso processo metodológico, vimos que esses fundamentos estavam inseridos num panorama mais amplo, uma espécie de trajetória que se delineia entre os polos hipotéticos da representação e da recursão.

Assim, definimos as unidades conceituais que guiaram nosso exame com base nas características que foram sendo atribuídas à linguagem ao longo do curso de transformações sofridas pela noção de representação. Mais próximo à extremidade inicial desse curso dinâmico situamos as categorias: *função designadora*, fundada na presunção essencialista de um mundo predefinido e apreensível pela cognição e pela linguagem; *papel instrumental defectivo*, definida com base na problematização kantiana da razão e no fracasso do projeto linguístico cartográfico empreendido pela filosofia analítica formal, que remetem à insuficiência imputada à cognição e à linguagem na apreensão e tradução dos fenômenos do mundo; e *qualidade materializadora e iterativa*, construída com base no esquema conceitual proposto

por Blikstein ([1983] 2003), segundo o qual a função modeladora da semiose linguística consiste num movimento de reiteração circular em que a aproximação perceptocognitiva com a realidade é a um só tempo materializada e produzida pela língua.

Mais alinhadas à extremidade final, o polo da recursão, as outras três categorias que definimos foram estas: *aspecto indicial*, apoiada nos estudos seminais da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003), no princípio da subdeterminação do significado pelo significante (SALOMÃO, 1997, 1999) e na biologia do conhecer (MATURANA, 2001); *caráter constitutivo*, construída com base na premissa antirrepresentacionista que atribui à linguagem a propriedade discretizante; e *condição colaborativa*, ancorada no princípio pragmatista de que negociamos e acordamos nossas versões do mundo e reforçada pela epistemologia de Maturana e Varela (1995), conforme a qual todo elemento semiotizante torna-se componente da linguagem somente ao inserir-se no fluir de coordenações consensuais de nossas experiências, na história de nossas interações.

Discursivamente, nosso movimento preliminar foi construir uma delimitação conceitual para a forma como neste estudo tomamos a sociocognição como abordagem de linguagem, discutindo ideias que se têm manifestado nas pesquisas de alguns estudiosos que assumem essa perspectiva epistemológica. Em seguida, tratamos do curso descontínuo, sinuoso e multilinear das transformações sofridas pela noção de representação, o qual apresenta, a nosso ver, inegável relevância para a compreensão das bases teóricas sociocognitivistas. Procuramos, de início, discernir os primeiros abalos no domínio que a acepção forte de representação exerceu nas

diversas hipóteses explicativas da cognição e da linguagem humana e indicamos, por fim, a construção do conceito de recursão como plausível alternativa antirrepresentacionista.

O passo subsequente foi descrever a natureza e as etapas de nosso processo metodológico. Explicamos como a contingência do conhecer e a complexidade constitutiva do objeto exigiu o ajuste progressivo de nosso olhar, com base em inferências criativas, resultantes das interconexões que gradualmente estabelecemos entre teorias, hipóteses e dados. Característica do raciocínio abdutivo, essa dinâmica nos conduziu à negociação de juízos confessamente provisórios, válidos precisamente por implicarem consensos fecundos em novas interrogações.

Por último, apresentamos algumas relações quantitativamente esboçadas nos dados coletados e analisamos as passagens selecionadas conforme as unidades conceituais que citamos. Essas categorias foram fundamentais para dar tratos racionais ao exame minucioso a que nos propomos proceder, formatando, organizando e sustentando nossa compreensão do fenômeno. Em contrapartida, como provocaria certamente qualquer demarcação, o cerceamento por elas promovido ocasionou alguma dificuldade no desenvolvimento de nossa discussão. Por vezes, a riqueza dos dados, que segundo nosso entendimento sobrepuja qualquer proposta de ordenação, despertou o impulso frustrado de “sair dos trilhos” a que nos tínhamos submetido.

Como contribuição, este trabalho deixa o incentivo à reflexão sobre a relação linguagem-mundo, ao pôr em evidência um paradigma ainda pouco considerado. Diante de cenários problemáticos – em âmbito público e privado – engendrados a partir de visões que ignoram ou negligenciam a opacidade da linguagem,

a parcialidade da ciência e a instabilidade do real, é profícua e premente essa reflexão.

Além disso, com nosso estudo, auxiliamos na consolidação do perfil (in)disciplinar da linguística aplicada, ao atender às exigências de nosso complexo objeto, recorrendo ao diálogo transfronteiras para dar conta de elos, interseções, eventos contingentes, indefinições constitutivas e contradições produtivas que escapam ao modo territorial de fazer ciência.

A nosso ver, ao propor uma leitura possível para os romances de Clarice Lispector com base na discussão aqui empreendida, este estudo pode, ainda, subsidiar em alguma medida o ensino e a compreensão da obra da escritora, demonstrando o vínculo que o discurso nela presente estabelece com a condição e o desafio humano de dar sentido ao mundo.

Pensamos, por fim, que este nosso exercício epistemológico, no âmbito dos estudos do texto e do discurso, pode fomentar a compreensão da sociocognição, colaborando até certo ponto para a definição dos rumos de uma perspectiva ainda difusa, ao discutir os aspectos conceituais que favoreceram sua emergência e ao demonstrar a manifestação (alusiva e performática) desses aspectos na escrita claricana.

Nesse sentido, trata-se de contribuição que se desdobra em duas dimensões. A primeira relaciona-se ao fato de que as categorias de análise que construímos em nosso processo, com base na interlocução produtiva entre nosso gradual avanço nos caminhos teóricos que percorremos e a aproximação crescente com os dados, podem servir a outros estudos que investiguem em um dado discurso, literário ou não, indícios de uma concepção sociocognitivista de linguagem. A depender da natureza dessas

pesquisas, de suas especificidades teórico-metodológicas, o quadro contendo as unidades conceituais que elaboramos pode inclusive ser adotado, tal qual é apresentado neste trabalho ou de forma adaptada.

A outra dimensão diz respeito ao nosso empenho de demonstrar num discurso literário, numa escrita poética como a de Clarice, tão diversa da linguagem acadêmica, conceitos pouco tangíveis, de entendimento custoso. As coisas ditas de outro modo nos ajudam, como sabemos, a ampliar nossa compreensão sobre elas, não por revelarem algo que porventura possa restar oculto, mas por nos fazerem progredir na construção de nossos objetos de discurso, por promoverem o próprio operar recursivo de que fala Maturana.

Ao reconhecer e apontar no devir da escrita claricana formas de viver na linguagem que encenam as abstratas ideias que estamos habituados a compor, negociar, organizar, adaptar em outros jogos de linguagem, os da ciência, empreendemos neste estudo um fluir recursivo que, embora nos tenha feito retornar de nossa procura (inaugural) de mãos vazias – assim como a G.H. de Lispector–, nos permitiu obter o inapreensível. Tal qual a personagem, do buscar e não achar vimos em nosso percurso nascer o que não conhecíamos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, I. (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 35-45.
- ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso*: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.
- ARIEL, M. The demise of a unique concept of literal meaning. *Journal of pragmatics*, v. 34, p. 361-402, 2002.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 1997.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, [1929] 2006.
- BARROS, A. K. “*A maçã no escuro*” como metáfora da trajetória conceitual da referência no âmbito dos estudos da linguagem. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de

Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARROS, A. K. *Aspectos epistemológicos da sociocognição no discurso reflexivo de Clarice Lispector sobre o dizer: o malogro da voz e o esplendor de ter uma linguagem*. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, [1983] 2003.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência*. Campinas: Editores Associados, 2003.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. *Linguística de texto e análise da conversação*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. Aquisição da linguagem. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-216.

CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSCARELLI, C. V. Entrevista: uma conversa com Gilles Fauconnier. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 291-303, 2005.

COSTA, C. *Filosofia da mente*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COSTA, M. H. A. *Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão*. 2007. 214 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

COSTA, P. J. da; REIS, C. W. dos; MACHIAVELLI, E. C. Psiquismo pré-natal: uma caracterização da produção psicanalítica escrita brasileira. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 27, p. 6-24, jul./dez. 2007.

DAVIDSON, D. A coherence theory of truth and knowledge. In: SOSA, E.; KIM, J. (org.). *Epistemology: an anthology*. Malden: Blackwell, [1983] 2000. p. 154-163.

DAVIDSON, D. Donald Davidson. In: GUTTENPLAN, S. (org.). *A companion to the philosophy of mind*. Cambridge: Blackwell, 1997. p. 231-236.

DAVIDSON, D. On the very idea of a conceptual scheme. *Proceedings and addresses of the American Philosophical Association*, v. 47, p. 5-20, 1974.

DEMO, P. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, C. *Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário*. 1998. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1993] 2012.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. New York: Cambridge University Press, [1985] 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. Nova York: Basic Books, 2002.

FERREIRA, T. B. *Linguagem, cognição e mundo*: o “Livro do desassossego” e a construção discursiva da realidade. 2011. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FIGUEIREDO, V. de. *Kant & a crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 22, p. 9-39, jan./jun. [1977] 1992.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. Tradução de Sérgio R. N. Miranda. *Fundamento*: Revista de Pesquisa em Filosofia, Ouro Preto, v. 1, n. 3, [1892] 2011.

GHIRALDELLI P. *Virada linguística*: um verbete. Disponível em: <https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, [1974] 1986.

HUMBOLDT, W. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*. Berlim: Druckerei der Königlichen Akademie der Wissenschaften, 1836.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Lucimar Coghi e Fulvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, [1781] 2009.

KOCH, I. G. V. A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. *Investigações*, Recife, v. 18, n. 2, p. 9-38, jul. 2005.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007. v. 3, p. 251-300.

LEITE, R. L. *Metaforização textual*: a construção discursiva do sentido metafórico no texto. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LISPECTOR, C. *O lustre*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999a.

LISPECTOR, C. *Um sopro de vida*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999b.

LISPECTOR, C. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998a.

LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998b.

LISPECTOR, C. *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998c.

LISPECTOR, C. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998d.

LISPECTOR, C. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998e.

LISPECTOR, C. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998f.

LISPECTOR, C. *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998g.

MAGRO, C. O que a biologia do linguista pode dizer para o linguista. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 29, p. 270-275, 2000.

MAGRO, C. Valor de fato. In: VAITSMAN, J.; GIRARDI, S. (org.). *A ciência e seus impasses: debates e tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999a. p. 93-108.

MAGRO, C. Representação, virtus dormitiva e linguagem. In: OLIVEIRA, P.; BENN-IBLER, V.; MENDES, E. (org.). *Revisitações*: edição comemorativa dos 30 anos da Faculdade de Letras. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1999b. p. 181-196.

MAGRO, C. O que é uma teoria da linguagem. In: PINTO, P. M. et al. (org.). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 177-189.

MARCONDES, D. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Aspectos da questão metodológica na análise da interação verbal: o continuum qualitativo-quantitativo. In: MARCUSCHI, B.; AGUIAR, M. (org.). *Colóquio ALED Brasil – Luiz Antônio Marcuschi, seu percurso, seus textos: uma homenagem*. Recife: PPGL-UFPE, 2010. p. 123-155.

MARCUSCHI, L. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTINS, H. Dizer-mostrar o estranho. *ALEA: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 93-105, 2012.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 439-473.

MARTINS, H. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 19-42, 2000.

MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Organização de Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização e tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento*: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Psy II, 1995.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1945] 1999.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. (Clássicos da Linguística, v. 1).

MONTEIRO, R. C. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. *Pro-Posições*, Campinas, n. 5, p. 27-34, ago. 1991.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1982] 2005.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. *Educar na era planetária*: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

NUNES, B. *O drama da linguagem*: uma leitura de Clarice Lispector. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Delta*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 117-143, 2002.

PELOSI, A. C. Cognição e linguística. In: PELOSI, A. C.; FELTES, H. P. de M.; FARIA, E. M. P. (org.). *Cognição e linguística*: explorando territórios, mapeamentos e percursos. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. v. 1, p. 8-28.

PESSOA, F. *Livro do desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PEIRCE, C. S. *Semiotica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PINKER, S. *Do que é feito o pensamento*: a língua como janela para a natureza humana. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico*: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://migre.me/eqVxf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

RAJAGOPALAN, K. Dos dizeres diversos em torno do dizer. *Delta*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 223-254, 1990.

REGO, P. C. Kant: a revolução copernicana na filosofia. In: FIGUEIREDO, V. de. (org.). *Seis filósofos em sala de aula*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2006. p. 149-191.

RORTY, R. A trajetória do pragmatista. In: ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 105-127.

RORTY, R. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

ROSCH, E. et al. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLYOD, B. B. (ed.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum, 1978.

SALOMÃO, M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-168.

SALOMÃO, M. M. A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SALOMÃO, M. M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 23-39, 1997.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNITMAN, D. E (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SILVA, A. P. R. C. de F. *Metamorfoses do conceito de abdução em Peirce. O exemplo de Kepler.* 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

SUASSUNA, L. Pesquisa qualitativa em educação e linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 341-377, jan./jun. 2008.

TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition.* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

TREVISAN, D. K. O problema da linguagem no discurso filosófico kantiano como questão político-jurídica. *Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade*, São Paulo, n. 20, p. 81-100, 2012.

VARELA, F. *Conhecer: as ciências cognitivas – tendências e perspectivas.* Lisboa: Instituto Piaget, 1988.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas.* Tradução de Marcos G. Montagnoli. 2. ed. Petrópolis: Vozes, [1958] 1996.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

A AUTORA

Alana Kercia Barros é graduada em Serviço Social (2006) e em Letras (2011) pela Universidade Estadual do Ceará, mestra (2014) e doutora (2018) em Linguística Aplicada pela mesma instituição. É revisora de textos na Universidade Federal do Ceará e tem experiência na área de linguística, com ênfase em estudos do texto, atuando principalmente nos seguintes temas: linguagem, sociocognição e operar recursivo. Possui artigos publicados em periódicos da área e, com os integrantes do Grupo de Estudos e Ensino do Texto (GEENTE), é coautora do livro *Texto e metatexto: aprendendo a viver (n)a complexidade dos eventos textuais*, publicado pela Pontes Editores em 2020.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – Fundos – Benfica
Fone: (85) 3366 7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa@proplad.ufc.br



Esta obra lança-se no drama da linguagem que toma corpo nos romances de Clarice Lispector para discutir, a partir da aproximação confrontadora que a escritora estabelece com as palavras, noções teóricas que fundamentam a abordagem sociocognitivista de linguagem. Nesse dizer conflituoso, em que os angustiados personagens e narradores claricianos terminam por descobrir no malogro da voz seu próprio esplendor, reconhecemos um discurso que identifica no signo verbal uma errância produtiva, admitindo o caráter indicial da linguagem, sugerindo a ideia de que com ela damos forma ao mundo e concebendo a construção de sentidos como atividade colaborativa. Trata-se, mais ainda, de um operar recursivo que desafia a noção comum de representação e, além de insinuar, encena ele mesmo a continuidade (em vez da contiguidade) entre nosso ser com os outros, nosso estar e fazer na linguagem e nosso conhecer da realidade comum que produzimos.

ISBN 978-85-7485-380-2

9 788574 853802